

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara – SP

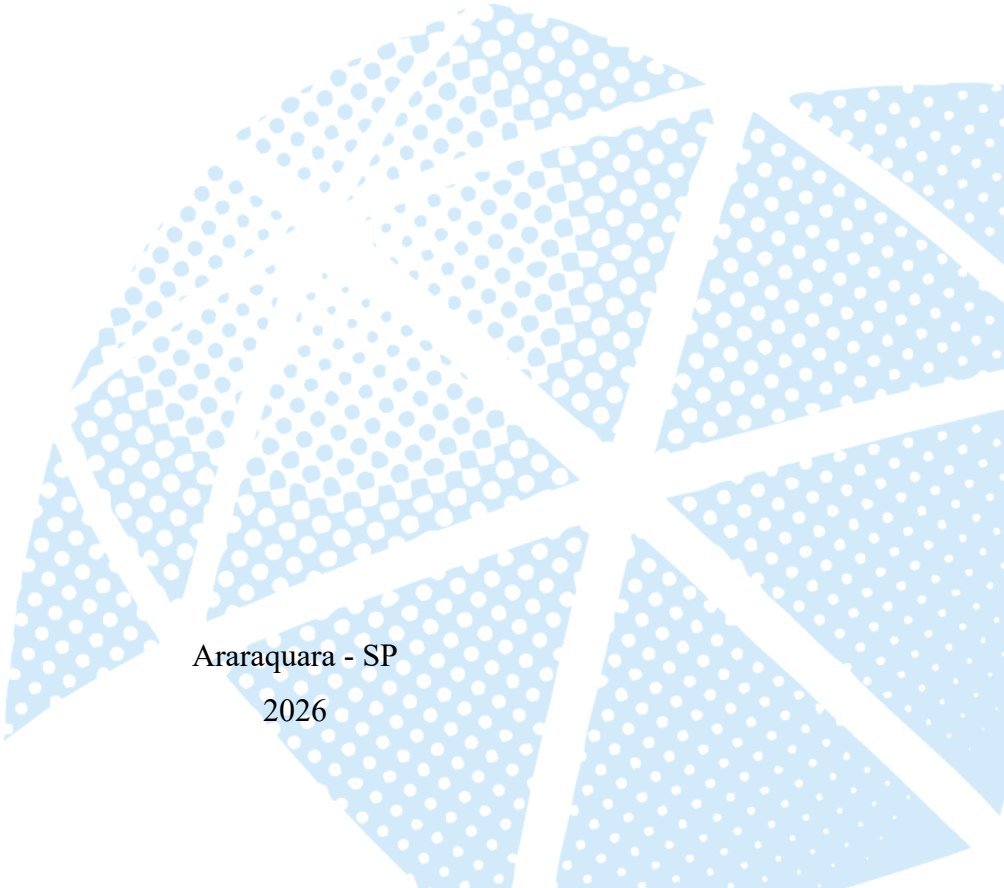
RENAN AUGUSTO CARVALHO

FUTEBOL, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL:

Revisitando a derrota brasileira na Copa do Mundo de 1950

Araraquara - SP

2026



RENAN AUGUSTO CARVALHO

FUTEBOL, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL:

Revisitando a derrota brasileira na Copa do Mundo de 1950

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro.

Bolsa: CAPES

Araraquara

2026

C331f Carvalho, Renan Augusto
Futebol, memória coletiva e identidade nacional : revisitando a
derrota brasileira na Copa do Mundo de 1950 / Renan Augusto
Carvalho. -- Araraquara, 2026
115 p. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Ana Lúcia de Castro

1. Memória Aspectos sociológicos. 2. Copa do mundo (Futebol). I.
Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente dissertação contribui para os estudos sobre a memória da derrota na Copa do Mundo de 1950, evidenciando a multiplicidade memorialística e as disputas em torno desse evento. Ao demonstrar que toda construção memorial ocorre simultaneamente ao esquecimento, a pesquisa oferece instrumentos analíticos para contextos de memória coletiva, trauma social e identidade nacional. Para tanto, articula análise qualitativa de textos jornalísticos com ferramenta quantitativa – o software IRaMuTeQ.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The present dissertation contributes to the scholarship on the memory of defeat at the 1950 FIFA World Cup, foregrounding the multiplicity of memorial narratives and the disputes surrounding this event. By demonstrating that every memorial construction occurs simultaneously with processes of forgetting, the research provides analytical instruments applicable to broader contexts of collective memory, social trauma, and national identity. To this end, it articulates qualitative analysis of journalistic texts with a quantitative tool – the IRaMuTeQ software.

RENAN AUGUSTO CARVALHO

FUTEBOL, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL:

Revisitando a derrota brasileira na Copa do Mundo de 1950

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Data da defesa: 27/03/2026

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. José Paulo Florenzano
PUC – Pontifícia Universidade Católica – São Paulo

Membro Titular: Prof. Dr. Pablo Emanuel Romero Almada
NEV/USP – Núcleo de Estudos da Violência – Universidade de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara

Aos meus pais, Renato e Izabel, dedico este trabalho. Foram eles que, como pilares essenciais em minha trajetória, converteram as adversidades impostas pela vida em incentivo constante aos meus estudos e à minha formação. À minha esposa Leticia, pelo suporte incondicional, amor e presença que iluminaram este percurso.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Meus sinceros agradecimentos.

À minha esposa Leticia, por todo apoio, incentivo diário e pelos aconchegantes abraços que, em diversas ocasiões, trouxeram acalento à minha mente ansiosa.

Aos meus pais, Renato e Izabel, pelo incansável esforço desde a graduação para que este sonho se concretizasse. Jamais esquecerei tudo que fizeram para que eu chegasse até aqui.

À minha sogra Maria, pelo incentivo constante e pela torcida calorosa na conquista de cada etapa desse processo.

Aos meus filhos caninos, Oliver e Lola, cujas caminhadas diárias ofereciam respiro apaziguador em meio à rotina caótica de trabalho e estudos.

Ao meu amigo Gustavo, com quem compartilhei, em tantos momentos, o progresso desta pesquisa e que sempre se mostrou apoiador incondicional.

Ao meu primeiro orientador neste percurso e membro da banca, Prof. Dr. Pablo Emanuel Romero Almada, que me auxiliou na compreensão da importância dos estudos sobre memória e influenciou significativamente minha trajetória acadêmica.

Ao Prof. Dr. José Paulo Florenzano, membro da banca, que desde que o conheci em 2020 tem sido fonte de inspiração, descortinando o caminho e a relevância dos estudos do futebol no Brasil.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro, que tão generosamente acolheu minha orientação a partir de 2025 e cuja gentileza inestimável serviu de amparo para transpor os obstáculos da vida acadêmica.

“(...) a ignomínia de 50 está encravada em nossa alma, para sempre. Haja o que houver, ninguém arrancará de nossa memória. Daqui a duzentos e cinquenta anos, ainda sofreremos aquela humilhação execranda”.

(Rodrigues, 1962a, p.10).

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de construção da memória da derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1950 a partir de diferentes modalidades de esquecimento. Nos dois primeiros capítulos, a pesquisa recorre à consulta do periódico *Jornal dos Sports*. O primeiro capítulo examina as batalhas pela memória em torno da lembrança e do esquecimento ao longo da década de 1960, com ênfase nas crônicas de Mário Filho e Nelson Rodrigues. O segundo capítulo dedica-se a compreender como os jogadores acionam distintas modalidades de esquecimento, que variam entre a adoção do silêncio, o esquecimento ativo e a busca por episódios posteriores de vitória do Brasil em confrontos contra os uruguaios. O terceiro capítulo analisa a cobertura da derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014 no jornal *O Globo*, observando o movimento de irrupção da memória de 1950, mobilizada tanto como explicação para o revés quanto como referência recusada, em razão do distanciamento entre futebol e nação. Metodologicamente, a pesquisa combina a análise qualitativa de textos jornalísticos com o uso do software IRaMuTeQ. Conclui-se que, para além de sua recorrente evocação, a memória da derrota de 1950 é continuamente construída em articulação com diferentes formas de esquecimento.

Palavras-chave: memória coletiva; seleção brasileira; Copa do Mundo de 1950; identidade nacional; imprensa esportiva.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the construction of collective memory surrounding the Brazilian national team's defeat at the 1950 FIFA World Cup through the lens of different modalities of forgetting. The first two chapters draw on consultation of the periodical *Jornal dos Sports*. The first chapter examines the memory battles over remembrance and forgetting throughout the 1960s, with particular emphasis on the chronicles of Mário Filho and Nelson Rodrigues. The second chapter is devoted to understanding how the players themselves deploy distinct modalities of forgetting, ranging from the adoption of silence and active forgetting to the pursuit of subsequent episodes of Brazilian victory in confrontations against Uruguay. The third chapter analyzes the coverage of the Brazilian national team's defeat at the 2014 FIFA World Cup in the newspaper *O Globo*, observing the eruption of 1950 memory — mobilized both as an explanation for the setback and as a refused reference, due to the distance between football and nation. Methodologically, the research combines qualitative analysis of journalistic texts with the use of IRaMuTeQ software. The dissertation concludes that, beyond its recurrent evocation, the memory of the 1950 defeat is continuously constructed in articulation with different forms of forgetting.

Keywords: collective memory; Brazilian national team; 1950 FIFA World Cup; national identity; sports press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do jornal O Globo sobre a derrota do Brasil na Copa do Mundo de 2014.	75
Figura 2 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) das classes lexicais sobre a derrota do Brasil em 2014 no jornal O Globo.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial de Correspondência
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
IRaMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: TEMA, OBJETIVO E METODOLOGIA	13
1. A MEMÓRIA DA DERROTA NA DÉCADA DE 1960	20
1.1. A PREPARAÇÃO.....	20
1.2. O TORNEIO.....	23
1.3. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA DERROTA	34
1.3.1. A DIMENSÃO RACIAL NAS INTERPRETAÇÕES DA DERROTA DE 1950	35
1.3.2. MEMÓRIAS EM DISPUTA.....	38
2. ENTRE O SILÊNCIO, O ESQUECIMENTO E A VINGANÇA: A MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DA DERROTA.....	51
2.1. SILÊNCIO E ESQUECIMENTO	54
2.2. BUSCANDO A REPOSITIVAÇÃO DO EVENTO.....	56
2.2.1. “A VITÓRIA QUE O VASCO PRECISAVA E O BRASIL TAMBEM”	57
2.2.2. “16 DE JULHO EM 16 DE ABRIL DE 52... REVANCHE!”	60
2.2.3. “ORDEM É VINGAR 50 E IR PARA A FINAL: BRASIL ENFRENTA A CATIMBA SEM MEDO”	61
2.3. A IMPOSSIBILIDADE EM REPOSITIVAR 1950.....	65
3. A MEMÓRIA DE 1950 À LUZ DA DERROTA DE 2014: DISPUTAS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE	70
3.1. A MEMÓRIA DE 1950 QUE IRROMPE EM 2014.....	72
3.1.1. 1950 COMO EXPERIÊNCIA INAUGURAL	79
3.1.2. RECLASSIFICANDO 1950	82
3.2. BRASIL: AINDA UM PAÍS DO FUTEBOL?	86
3.2.1. O NOVO LUGAR DO FUTEBOL NA NAÇÃO	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

MATERIAL DE IMPRENSA REFERIDO 104

a. Jornal dos Sports 104

b. O Globo 108

c. Diário de Pernambuco 109

MATERIAL DE IMPRENSA LEVANTADO E NÃO REFERIDO 110

a. Jornal dos Sports 110

b. O Globo 113

INTRODUÇÃO: TEMA, OBJETIVO E METODOLOGIA

No dia 8 de julho de 2014, o Brasil enfrentou a Alemanha em partida válida pela semifinal da vigésima edição da Copa do Mundo. A derrota por 7 a 1, sofrida no Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), constituiu resultado sem precedentes na história da Seleção Brasileira em Copas do Mundo. Naquela mesma data, no programa *Linha de Passe* da emissora ESPN Brasil, o âncora William Tavares lançou a pergunta: “1950 ou 7 a 1 Alemanha?”. Mauro César Pereira, jornalista esportivo e integrante da mesa do programa, respondeu: “Hoje é muito pior. 50 foi uma derrota circunstancial, acontece, pertence ao futebol. Agora o 7 a 1 é uma aberração”¹. Anos mais tarde, ao consultar esse registro, colocava-se a seguinte questão: como a derrota de 1950 pode ser entendida como circunstancial, própria do futebol, se as principais interpretações a tratam como um evento traumático? Diante desse problema, tornou-se necessário compreender de que modo a memória dessa derrota foi construída ao longo do século XX e, especificamente, no contexto de 2014.

A memória surge como objeto de interesse sociológico a partir de um contexto marcado pela ruptura profunda provocada pela eclosão da Grande Guerra em 1914 – evento responsável por rupturas nas sociedades europeias, caracterizadas pela crença no progresso, e por produzir um trauma coletivo que não apenas destruiu as esperanças cultivadas nas décadas anteriores, mas também intensificou contradições econômicas e sociais preexistentes (Hobsbawm, 1995). Nesse cenário de instabilidade, a nação passa a ocupar uma instância garantidora de estabilização e homogeneidade social. É nesse movimento que a memória se configura como uma tentativa de construir um passado coerente e compartilhável, capaz de definir identidades coletivas sólidas. Dessa forma, aquilo que se preserva do passado permanece em função de seu caráter útil, o qual, mediante a atividade sistematizadora da história, complementa as lacunas deixadas pela memória (Seixas, 2004).

Os fundamentos dos estudos sociológicos sobre a memória se estabelecem através da contribuição dos estudos de Maurice Halbwachs. Sua formação filosófica sólida levou-o a desenvolver uma nova abordagem científica dedicada a definir tanto os métodos quanto os objetos de investigação da sociologia. Ainda que o pensamento de Halbwachs manifestasse influência durkheimiana, desde sua tese de doutoramento o sociólogo francês desenvolveu uma perspectiva própria que se distanciava de Durkheim, particularmente ao considerar que o fato social não constitui um fenômeno externo nem ao pesquisador nem aos indivíduos que o experienciam (Alexandre, 2006). Assim, sua grande contribuição teórica consistiu em superar

¹ Os registros do programa estão disponíveis em: <https://youtu.be/UBhjkfqH3-I?si=c652kdsbhvPf8SoD>.

a divisão tradicional entre indivíduo e sociedade, propondo que a sociedade se define fundamentalmente como consciência, tornando-se, assim, o objeto central da investigação sociológica. Nessa perspectiva, a memória está intrinsecamente relacionada à sociedade e à consciência.

Conforme propõe Halbwachs (2006), a memória é sempre moldada pela ótica do presente, de modo que as recordações se configuram a partir das circunstâncias atuais, revelando tanto as transformações quanto as continuidades nas formas como as sociedades interpretam seu passado. Para o autor, lembrar é, antes de tudo, um ato coletivo: mesmo quando isolado, o indivíduo conserva em sua consciência as marcas dos grupos sociais aos quais pertenceu ou ainda pertence. Assim, o processo mnemônico se estrutura na ação permanente desses grupos, que, inseridos em contextos históricos específicos, constroem, reformulam e ressignificam as representações do passado. Essa concepção de memória repousa sobre uma compreensão ontológica do ser humano como sujeito intrinsecamente social, cuja existência se realiza na e pela coletividade. Dessa forma, a memória não consiste em uma reprodução fiel dos acontecimentos, mas em uma reconstrução continuamente mediada pelos laços sociais. A sociologia da memória formulada por Halbwachs, portanto, associa de maneira indissociável os processos mnemônicos à dinâmica vital dos grupos sociais que moldam a experiência individual e coletiva.

Em decorrência de sua filiação à tradição sociológica durkheimiana, a obra de Halbwachs é permeada pela distinção entre indivíduo e sociedade. A primazia conferida ao elemento coletivo da memória relega a memória individual a uma dimensão secundária, uma vez que, para reproduzir na memória determinados acontecimentos, é demandado a agência dos indivíduos no interior de seus grupos sociais. O processo mnemônico, conseqüentemente, não deriva da ação individual isolada, não porque esta se situe no plano do inconsciente, mas devido ao fato de que as memórias “em parte são exteriores a nós e sobre cada uma delas exercemos apenas uma influência muito pequena” (Halbwachs, 2006, p.57). Portanto, a memória individual é de natureza eminentemente social.

Contemporâneo a Halbwachs, o empreendimento intelectual de Marcel Proust apresenta pontos de divergência em relação à abordagem sociológica da memória. Walter Benjamin (1994) reconhece no literato francês a proeza de franquear o século XIX ao trabalho memorialístico. Para Proust, a verdadeira memória manifesta-se através da memória *involuntária*, aquela que, segundo Seixas (2004, p.46), “rompe com o hábito” e “com todo esforço vão de busca e captura intelectual do passado” (Seixas, 2004, p.46). Nessa concepção, recordar não é um ato consciente, mas um movimento espontâneo, que surge e se dissipa à

revelia da vontade do sujeito. A memória autêntica, portanto, escapa à racionalidade e à sistematização intelectual, revelando-se de modo súbito e imprevisível, como fenômenos que irrompem e escapam à consciência.

Seixas (2004) ainda destaca que a autenticidade da memória involuntária proustiana fundamenta-se em seu caráter instável e descontínuo, características que possibilitam sua construção através de lacunas e fragmentos. Em oposição à memória voluntária, que busca preencher os vazios e ordenar o tempo, a memória involuntária admite a incompletude e irrompe de forma imprevista, instaurando um movimento temporal autônomo e descontínuo. Tal autonomia rompe com a causalidade cronológica própria da historiografia, pois a memória proustiana desloca-se “para frente e para trás” sem obedecer a uma sucessão linear, condensando passado e presente no instante em que o tempo “perdido e reencontrado” inaugura novas possibilidades de experiência. Assim, a lembrança não apenas atualiza o passado, mas o recria, revelando-se como força dinâmica de reconstrução e afirmação do presente (Seixas, 2004, p.47-51).

Paul Ricoeur, por sua vez, desloca as reflexões da memória do campo literário para o filosófico. Em sua fenomenologia da memória, o filósofo retoma o modelo de Santo Agostinho, para quem as lembranças seriam conteúdos armazenados em “vastos palácios” ou “depósitos” da mente – uma concepção substantiva que trata a memória como repositório de imagens passadas. Ricoeur, porém, afasta-se dessa metáfora espacial e propõe compreendê-la em termos de relação e de movimento. A memória, nesse sentido, não se reduz a um arquivo estativo, mas é atualizada constantemente através do presente que as constrói. Neste sentido, afirma o filósofo: “Para resistir a essa sedução, é preciso incessantemente formar de novo a cadeia conceitual: sobrevivência igual latência igual impotência igual inconsciência igual existência” (Ricoeur, 2007, p.443). Ao situar a memória no âmbito da latência e da inconsciência, Ricoeur a libera das restrições da espacialidade e a coloca no registro da temporalidade, permitindo que a lembrança seja reativada conforme as circunstâncias.

No campo das teorias historiográficas, a terceira geração da Escola dos Annales voltou-se para a problemática da memória em sua articulação com a história. Pierre Nora, em entrevista a Ana Cláudia Fonseca Brefe (1999), associa esse interesse às transformações sociais e políticas da França nos anos 1970, marcadas pela sensação de perda de uma sociedade em desaparecimento. O falecimento de De Gaulle, a crise do Partido Comunista Francês e o declínio do império colonial intensificaram um sentimento de luto nacional e fomentaram a necessidade de revalorização do passado. Segundo Nora, esse contexto histórico produziu uma consciência de que a França deixara de ser uma grande potência, o que impulsionou o

surgimento de um novo regime de memória e de uma reflexão historiográfica voltada à revalorizar seu passado (Brefe, 1999, p.21-23).

Encontra-se, assim, um movimento de interesse massivo pelo passado, no qual a memória será significativamente afetada. Neste mesmo período, Jacques Le Goff, colaborador dos trabalhos de Nora, desenvolveu um denso trabalho intitulado *História e memória* (1996), abordando as problemáticas que seu período colocava para a historiografia. Como o próprio título de sua obra indica, uma das inquietações colocadas naquele contexto histórico conduziu Le Goff a elaborar uma genealogia do conceito de memória na historiografia, percorrendo cronologicamente a análise da memória desde a Pré-história até a contemporaneidade. A partir da leitura minuciosa de Jacques Le Goff, torna-se possível compreender como a memória foi articulada através das diferentes revoluções técnicas e tecnológicas ao longo da história, bem como de que forma as instituições políticas e religiosas agenciaram a memória.

A oposição entre memória e história, já identificada em Maurice Halbwachs, é amplificada por Pierre Nora. Para o historiador francês, toda memória contemporânea encontra-se necessariamente mediada pela história. Enquanto a memória caracteriza-se pela “tradição vivida” (Seixas, 2004, p.40), atualizando-se permanentemente no tempo presente, a história pauta-se numa reconstrução analítica do passado que aprisiona a memória através de seu discurso. Nesta captura epistemológica, a memória “busca refúgio na história” (idem, p.41), abandonando suas dinâmicas internas e respondendo a interesses externos para sua constituição. Nora, portanto, contrasta memória e história, de modo que a primeira é “carregada por grupos vivos”, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” e “vulnerável a todos os usos e manipulações”, enquanto a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p.9).

Buscando compreender o “sentido do 'nacional'” (Brefe, 1999, p.24), Pierre Nora desenvolveu, a partir de 1978, sua grande obra sobre os “lugares de memória”. Segundo o autor, “fala-se tanto em memória porque ela não existe mais” (Nora, 1993, p.7), já que as instituições tradicionais de transmissão – como a família, a igreja e o Estado – perderam sua capacidade de conservar o passado. Assim, os lugares de memória emergem como tentativa de compensar a ausência da “memória viva”, instaurando espaços simbólicos nos quais se depositam fragmentos da experiência coletiva. Neste sentido, os *lugares de memória* emergem como ausência compensatória deste sentimento de perda. Os lugares de memória situam-se, assim, no interstício entre o exercício historiográfico e o fim da tradição que ancora a memória viva. Esses lugares situam-se entre o exercício historiográfico e o fim da tradição, assumindo caráter artificial e ritualístico – “criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações” (Nora,

1993, p.13) – diante da impossibilidade de uma recordação espontânea. Nora adverte, contudo, que tais lugares não se restringem a espaços físicos, mas referem-se sobretudo à dimensão simbólica e abstrata da memória, expressão de uma necessidade moderna de reinscrever o passado (Brefe, 1999, p.30).

As refundações historiográficas promovidas pela terceira geração dos *Annales* impulsionaram a necessidade de historicizar o tempo presente, materializada na criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent* por François Bédarida, em 1978. Ainda que essa corrente tenha rompido com a separação positivista entre passado e presente, sua ênfase esteve mais voltada para as permanências em detrimento do tempo presente (Dosse, 2012). Para Bédarida (1998), o maior desafio da história do presente consiste em interpretar um tempo cujos desfechos ainda são desconhecidos, ao qual a recorrência metodológica à memória e à história oral erguem-se como instrumentos de compreensão do passado no agora. Nesse contexto, o tempo é concebido como um instante que condensa a “memória das coisas passadas e as expectativas das coisas por vir” (idem, p. 21). Nessa perspectiva, passado e futuro nunca estão acabados, mas existem apenas por intermédio da historicização do tempo presente realizada pelo historiador.

A memória, conforme Sandoica (2004), constitui fenômeno do tempo presente que articula história e identidade, garantindo continuidade e pertencimento mesmo em meio a transformações sociais. Contudo, como observa Candau (2023), ela não atua apenas como força unificadora: o esquecimento e as disputas interpretativas podem gerar fragmentação e conflito. Essa complexidade manifesta-se especialmente no papel desempenhado pelos acontecimentos na constituição da memória. Nessa perspectiva, Pollak (1992) destaca que os acontecimentos, sejam eles vividos ou herdados, são fundamentais para a formação da memória coletiva, cujo poder de permanência relaciona-se à intensidade dos traumas e à transmissão intergeracional dessas experiências.

Como observa a historiadora Elena Hernández Sandoica (2004), a formação da memória coletiva decorre de disputas políticas e ideológicas em torno da definição do que deve ser lembrado e, por consequência, do que será relegado ao esquecimento. Em sua perspectiva teórica, as memórias coexistem em diferentes níveis: algumas permanecem em latência, sustentando um estado de equilíbrio, enquanto outras emergem em confronto aberto, tensionando-se mutuamente na arena discursiva. No caso específico da derrota de 1950, compreender essa dinâmica implica considerar o “trabalho de enquadramento da memória” (Pollak, 1989, p. 9), processo por meio do qual determinados episódios são estrategicamente

elaborados, silenciados ou reinterpretados, conforme as disputas simbólicas responsáveis pela definição da memória coletiva.

Com base nas perspectivas teóricas e metodológicas apresentadas, especificamente as contribuições de Halbwachs (2006), Pollak (1989; 1992; 2010), Ricoeur (2007), Sandoica (2004) e Seixas (2004), retomadas ao longo da análise empreendida nesta dissertação, propõe-se examinar as relações e tensões entre memória e esquecimento, focalizando as representações da derrota da seleção brasileira na final da Copa do Mundo de 1950 pela imprensa. A hipótese orientadora desta investigação sustenta que, embora a interpretação hegemônica situe o episódio como parte constitutiva da memória coletiva nacional – conforme demonstra a definição de Roberto DaMatta (1982), que a caracteriza como a maior tragédia da história recente do país –, essa lembrança foi submetida a distintos processos de enquadramento memorial (Pollak, 1989) voltados à produção de variadas formas de esquecimento. Nesse sentido, tais memórias foram construídas mediante processos tanto de integração (Halbwachs, 2006) quanto de marginalização (Pollak, 1989), escapando, portanto, a qualquer caráter homogêneo. Esses processos manifestaram-se em três dimensões: a tentativa de atenuar o caráter catastrófico do acontecimento diante das vitórias posteriores da seleção em Copas do Mundo; os esforços de recuperação da normalidade empreendidos pelos próprios protagonistas da derrota; a ressignificação dos dramas de 1950 frente à derrota de 2014.

A construção do universo empírico desta investigação fundamentou-se na análise de fontes jornalísticas relativas à derrota do Brasil para o Uruguai na Copa do Mundo de 1950. Para compreender as possíveis mudanças e permanências nas interpretações acerca dessa derrota, consultou-se o acervo digital do *Jornal dos Sports* – principal periódico de cobertura esportiva do século XX – disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Por meio da aplicação de descritores como “derrota de 50” e “Copa do Mundo de 1950”, constituiu-se um corpus documental composto por 51 produções textuais diversificadas, abrangendo o período entre 1961 e 1990, que incluem matérias jornalísticas, crônicas, análises, conferências e entrevistas. Complementarmente, a investigação expandiu-se para examinar possíveis ressignificações contemporâneas dessa memória, explorando como a derrota sofrida pela Seleção Brasileira por 7 a 1 na semifinal da Copa do Mundo realizada em território nacional pode ter reconfigurado as interpretações do evento de 1950. Essa segunda dimensão analítica, desenvolvida a partir da consulta ao acervo digital de *O Globo*, resultou na identificação de 28 textos adicionais, concentrados predominantemente no período posterior a julho de 2014.

Nesta etapa da investigação, a análise qualitativa do corpus foi articulada a procedimentos quantitativos de análise textual, por meio do uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Essa ferramenta possibilitou a exploração estatística do material, evidenciando recorrências e associações entre os termos. Em específico, recorreu-se à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), cujos resultados foram organizados e visualizados por meio de dendrograma e Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

A escolha de ambas as fontes justifica-se pelo fato de o *Jornal dos Sports* ter sido, entre as décadas de 1930 e 1980, o periódico esportivo de maior circulação no país (Hollanda, 2017), além de, a partir de sua aquisição por Mário Filho em 1936, apresentar uma forte presença de discurso patriótico (Hollanda, 2012), o que incidia diretamente nas representações e atuações da seleção brasileira. Por sua vez, ainda que *O Globo* não se configure como um jornal exclusivamente esportivo, sua ampla projeção nacional e a heterogeneidade de colaboradores – incluindo vozes situadas dentro e fora do universo esportivo que se manifestaram sobre a derrota do Brasil em 2014 – justificam sua adoção como fonte fundamental para os objetivos desta pesquisa.

1. A MEMÓRIA DA DERROTA NA DÉCADA DE 1960

Neste capítulo, analisaremos a mobilização da memória da derrota por diferentes agentes do universo esportivo. Para tanto, iniciaremos contextualizando a preparação do Brasil para sediar a quarta edição da Copa do Mundo. Em seguida, avaliaremos o desempenho da Seleção Brasileira ao longo do torneio, estabelecendo diálogo com algumas análises e projeções elaboradas por Mário Filho no *Jornal dos Sports*. Tal esforço de reconstrução do cenário esportivo brasileiro revela-se fundamental para compreender a memória da derrota na década de 1960, particularmente nos antagonismos entre Mário Filho e Nelson Rodrigues concernentes ao binômio lembrança-esquecimento.

1.1. A PREPARAÇÃO

Com o término dos conflitos que assolaram o continente europeu entre 1939 e 1945, o mundo voltou sua atenção para a retomada de uma competição iniciada em 1930 e interrompida em razão da Segunda Guerra Mundial: o Campeonato Mundial de Futebol. Para sua realização, era necessário que a escolha do país-sede fosse estratégica, pois, diante do cenário pós-traumático decorrente da guerra, a humanidade enxergava na realização do maior certame esportivo a possibilidade de um futuro mais promissor e repleto de esperanças de união entre os povos. Nesse sentido, em congresso realizado em 1946, duas candidaturas se destacaram: o Brasil, que já despontava como favorito para sediar a Copa do Mundo de 1942, e a Suíça, que a despeito da necessidade de reconstrução do continente europeu, demonstrava, assim como as Olimpíadas de 1948 realizada em Londres, a viabilidade da Europa receber o evento. O “princípio de rotatividade bilateral” (Hollanda, 2017, p. 206), vigente à época, assegurava que a realização do evento ocorresse de forma alternada entre os continentes europeu e sul-americano. Soma-se a isso o fato de que a ascensão do futebol brasileiro, argentino e uruguaio entre as décadas de 1920 e 1930 provocaram mudanças na “geopolítica da bola”, na qual a centralidade do futebol europeu passou a ser desafiada pelo futebol sul-americano (Franzini, 2010). Tais vicissitudes foram determinantes para a escolha do Brasil como país-sede. A partir desse momento, a nação iniciou os preparativos para o evento.

O entusiasmo nacional para a realização do evento também encontrava suas raízes no desempenho notável alcançado pelo selecionado brasileiro na edição anterior do Mundial, realizado em 1938, na França. Naquela ocasião, o país havia conquistado uma posição de destaque no cenário internacional ao alcançar o terceiro lugar na competição, resultado que elevou as expectativas coletivas. Durante o torneio, o sociólogo Gilberto Freyre publicou no periódico *Diário de Pernambuco* uma coluna intitulada “Foot-ball Mulato”, celebrando a

presença de jogadores negros representando o Brasil, destacando um estilo de futebol artístico que encontrava no atacante Leônidas da Silva sua expressão máxima (Freyre, 1938). Portanto, tal desempenho promissor alimentou a crença de que o Brasil não apenas receberia o torneio em casa, mas que finalmente chegara o momento propício para a conquista definitiva do título mundial, elevando as esperanças de que a vitória no torneio estava ao alcance da seleção nacional.

A principal preocupação dos políticos da época era articular esforços para que o Brasil recebesse, de maneira condizente com sua importância, a IV edição da Copa do Mundo. Impunha-se, assim, o enfrentamento dos desafios de infraestrutura que assolavam o país, como também reavivava um anseio presente desde a década de 1930: a construção de um monumental estádio na capital da República. Nas décadas anteriores, o futebol havia conquistado amplo apoio popular, distinguindo-se de sua matriz britânica ao incorporar, em sua prática, os segmentos mais pobres e a população negra. Assim, a edificação de um espaço de congregação esportiva simbolizava a materialização do progresso esportivo nacional. Contudo, observa-se uma sutil alteração em comparação ao projeto original de construção do estádio no contexto do Estado Novo: este deixaria de ser uma iniciativa nacional para tornar-se municipal, cabendo à prefeitura arcar com os custos necessários à sua realização (Franzini, 2010, p. 249). Nesse contexto, uma resolução tomada para garantir a conclusão do estádio em tempo hábil consistiu no adiamento da realização do evento, previamente acordado para 1949, possibilitando também a realização das eliminatórias em cada continente.

Embora a proposta buscasse congregar interesses difusos em prol da realização de um evento que celebraria a nação e um mundo livre de conflitos, sua concretização esteve longe de ser isenta de embates e dissensões. Para a construção do estádio, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro tornou-se palco de intensos embates políticos e ideológicos entre defensores e opositores da proposta. De um lado, Mário Filho, acompanhado de intelectuais e artistas como Ary Barroso, José Lins do Rego e Vargas Neto, via no Maracanã a expressão do ideal nacional-desenvolvimentista, associando o futebol ao progresso e à unidade nacional. De outro, Carlos Lacerda e seus aliados, vinculados ao ideário liberal e apoiados por setores empresariais, denunciavam o caráter monumental e autoritário do empreendimento, comparando-o às grandes obras do fascismo europeu (Melo; Cid, 2019; Franzini, 2010).

Iniciada a construção do estádio, a questão que a acompanhava relacionava-se ao modelo de sociedade refletido em sua arquitetura. Os defensores do estádio municipal pretendiam um “arcabouço simbólico de país inclusivo” (Melo; Cid, 2019, p. 704), no qual se demonstrava que, independentemente das diferenças, as classes sociais uniam-se em torno de

um projeto destinado a comprovar a capacidade nacional ao erguer o maior estádio do mundo. A aquisição das cadeiras cativas – medida adotada para contornar a crise econômica do pós-guerra –, o empenho conjunto do poder executivo municipal e nacional na obra e a dedicação dos operários à sua conclusão constituem elementos que simbolizam a união do povo brasileiro em torno de um objetivo singular: a realização – e quiçá a consagração – do Mundial em seu território. Por outro lado, a oposição a esse projeto também defendia um modelo de sociedade, cujas ideias estavam associadas ao ideário de embranquecimento da sociedade brasileira, atribuindo ao esporte essa função. Consagrando-se vencedoras, as propostas de Mário Filho e seu grupo transcendem a questão arquitetônica do estádio:

A localização do Maracanã contribuiu para uma cidade de maior contato, em detrimento de uma urbe mais espalhada e segmentada. O estádio municipal efetivou um Estado mais proativo. O plano das cadeiras cativas e perpétuas fortaleceu uma visão mais coletiva, apaixonada e colaborativa do esporte em detrimento de sua submissão à lógica do lucro. Por último, o ideal freyriano de sociedade mais inclusiva e miscigenada se sobrepôs às ideias abertamente eugenistas (Melo; Cid, 2019, p.706).

Superados, ainda que provisoriamente, os desafios relativos à construção do estádio, a organização das seleções participantes constituía um segundo obstáculo para a realização do certame. Além do Brasil, país-sede, e da Itália, detentora do título da Copa do Mundo de 1938, era necessário reunir outras quatorze equipes para a competição. A Argentina recusou o convite, alegando desentendimentos com a CBD, enquanto outras seleções que já haviam garantido vaga – como Índia, Turquia e Escócia – também desistiram de participar. Ademais, Portugal e França, inicialmente convidados, recusaram-se a participar, sendo que esta última justificou sua decisão após tomar conhecimento de que jogaria em dois estados distintos no intervalo de quatro dias. Assim, as desistências das seleções que disputariam o Mundial decorreram de uma combinação de fatores, que incluíam desde entraves logísticos até divergências de ordem política e ideológica, como ocorreu com a Hungria (Hollanda, 2017).

Dessa maneira, em junho de 1950, o Brasil havia confirmado a participação de apenas doze das dezesseis seleções inicialmente previstas para o torneio. Apesar das diversas adversidades enfrentadas ao longo do processo – entre elas, os desafios relacionados à construção do estádio –, a realização da Copa do Mundo configurou-se como uma conquista de grande magnitude para o país. Conforme salienta Fábio Franzini (2010, p.256), embora o número de participantes tenha sido inferior ao das edições anteriores, o Brasil logrou êxito no desafio organizacional do evento.

Para além da redução no número de participantes, o torneio passou por uma reformulação em seu formato competitivo. Nas edições anteriores, realizadas em 1934, na Itália, e em 1938, na França, adotou-se um sistema eliminatório direto, no qual a equipe derrotada em cada confronto era imediatamente eliminada da competição. Caso uma partida terminasse empatada, eram disputados trinta minutos adicionais de prorrogação; persistindo o empate, realizava-se um jogo de desempate em data posterior. Já na quarta edição da Copa do Mundo, implementou-se um formato distinto: as equipes foram distribuídas em quatro grupos, cujos melhores colocados avançavam para a fase final, estruturada em um quadrangular final. Assim, a fase inicial do torneio foi organizada com a seguinte composição de grupos: Grupo 1, formado por Brasil, Iugoslávia, Suíça e México; Grupo 2, composto por Espanha, Inglaterra, Chile e Estados Unidos; Grupo 3, integrado por Suécia, Itália e Paraguai; e, por fim, o Grupo 4, constituído por Uruguai e Bolívia² (Perdigão, 2014).

Estabelecida a contextualização do evento, examina-se agora a trajetória brasileira durante o campeonato com o auxílio da obra *Anatomia de uma Derrota* (2014), do jornalista Paulo Perdigão. A escolha desta fonte justifica-se tanto pela meticulosa reconstituição que o autor empreendeu do torneio décadas mais tarde, quanto pela perspectiva singular que sua condição de espectador infantil – aos onze anos de idade – proporcionou à narrativa (Hollanda, 2014). Tais características, o analítico e o testemunhal, elevam a obra a uma das principais fontes memorialísticas sobre a Copa do Mundo de 1950. Complementarmente, serão destacadas reportagens e análises das partidas durante o torneio, especialmente aquelas assinadas por Mário Filho, de modo a apreender as impressões do *Jornal dos Sports* sobre o desempenho da Seleção Brasileira.

1.2. O TORNEIO

Em 24 de junho de 1950, o Brasil estreou na competição contra o México. Logo nesta primeira partida, Flávio Costa³, técnico da Seleção Brasileira, escalou uma formação improvisada que atuaria apenas neste confronto. Tal decisão decorria das contusões que acometiam o atacante Zizinho e o ponta-esquerda Chico, jogadores fundamentais no sistema

² Note-se que os Grupos 1 e 2 eram compostos por quatro seleções cada, enquanto o Grupo 3 reunia três equipes e o Grupo 4 contava com apenas duas participantes.

³ Responsável pela condução do selecionado nacional neste Mundial, Flávio Costa era herdeiro direto do sistema de jogo conhecido como “WM”, introduzido no Brasil pelo técnico húngaro Dori Kruschner quando este desembarcou no Rio de Janeiro para dirigir o Clube de Regatas do Flamengo. Em entrevista concedida a Paulo Perdigão (2014, Pos. 2387), Flávio Costa ressalta que o referido sistema demonstrou notável eficácia em 1939, durante seu comando técnico no Flamengo. Contudo, durante o Mundial, o sistema foi abandonado por revelar fragilidades específicas, as quais Costa não detalhou.

ofensivo da equipe. Apesar deste contratempo, o Brasil obteve uma vitória expressiva por quatro gols a zero diante de seu adversário.

Na segunda rodada da competição, a Seleção Brasileira enfrentou a Suíça, confronto marcado por dois aspectos inéditos. Realizado em 28 de junho no estádio do Pacaembu, constituiu a única ocasião em que o estádio recebeu uma partida oficial do selecionado nesta competição. Ademais, representava o primeiro embate do escrete comandado por Flávio Costa contra uma seleção europeia. O contexto político-esportivo que antecedeu o jogo revelava-se particularmente complexo. Flávio Costa, após enfrentar período conturbado marcado por tensões com a imprensa e dirigentes paulistas, adotou estratégia específica na composição do elenco. O técnico priorizou a convocação do maior número possível de atletas vinculados a clubes paulistas, almejando conquistar o apoio da torcida local. De acordo com Paulo Perdigão (2014, Pos. 1.321) tal estratégia era uma concessão do técnico “ao bairrismo de dirigentes da CBD”⁴. O desfecho do confronto – empate em dois gols – frustrou as expectativas nacionais e desencadeou manifestações de repúdio por parte dos torcedores. Estes não se limitaram a demonstrações sonoras de desaprovação, mas protagonizaram episódios de violência física dirigida contra Flávio Costa e o médico Paes Barreto.

Nesse estágio da competição, acendeu-se um sinal de alerta diante do risco concreto de o Brasil não se classificar para o quadrangular final. Ao término da segunda rodada, o panorama classificatório do Grupo A apresentava-se da seguinte forma: com duas vitórias consecutivas, a Iugoslávia ocupava a liderança da chave, contabilizando quatro pontos⁵, o que impunha à Seleção Brasileira a necessidade de conquistar a vitória no confronto direto para garantir sua classificação. Esta partida assumia caráter decisivo, uma vez que, à semelhança do selecionado brasileiro, a equipe iugoslava também havia goleado a seleção mexicana; contudo, demonstrara-se “mais habilidosa em desfazer a retranca suíça” (Perdigão, 2014, Pos. 1.360), ao superá-la pelo placar de 3 a 0. Em contrapartida, aos iugoslavos bastava um empate para assegurar a passagem à fase seguinte.

Tanto o técnico Flávio Costa, quanto o goleiro Barbosa, enfatizaram, em declarações posteriores, que consideravam a Iugoslávia como o principal adversário a ser superado naquela

⁴ Esta decisão inseria-se em dinâmica mais ampla de rivalidade regional. Conforme demonstra Gisella de Araújo Moura (2010), as tensões entre Rio de Janeiro e São Paulo já se manifestavam na seleção dos convocados desde o Campeonato Sul-Americano de 1949. A pesquisadora destaca que Mário Filho identificava conflito entre o cosmopolitismo carioca e o regionalismo paulista, antagonismo que deveria ser superado considerando-se que a Seleção Brasileira simbolizava a unidade nacional.

⁵ Diferente das regras atuais, cada vitória garantia dois pontos.

competição⁶. Já neste confronto decisivo, ocorrido em 1º de julho, a instrumentalização política do torneio – que viria a ser repetida na partida final – manifestou-se no pronunciamento do prefeito Mendes de Moraes, que “incumbiu-se de reforçar o fardo de responsabilidade do onze brasileiro” (2014, Pos. 1.376), apontando o *dever* do selecionado na conquista do mundial, uma vez que, embora toda a mobilização em torno da realização do evento pudesse ser considerada uma conquista significativa, esta não se bastaria por si mesma. A vitória brasileira por 2 a 0, caracterizada por uma exibição de futebol primoroso, não apenas garantiu ao escrete nacional a classificação para a fase decisiva, como também propiciou que os percalços ocorridos no embate contra a Suíça fossem ligeiramente esquecidos. Perdígão (idem, Pos. 1.398) dimensiona a magnitude desse triunfo ao afirmar que, neste confronto, “a Seleção Brasileira parecia ter enfim encontrado sua filosofia de jogo, sua escalação definitiva e se tornava, aparentemente, uma equipe imbatível”.

Em sua coluna publicada no *Jornal dos Sports*, Mário Filho não apenas enaltece o empate e o risco da desclassificação após o confronto contra a Suíça, mas também tece elogios aos atletas e aos torcedores. Na perspectiva do jornalista, o resultado foi, de certa forma, positivo, pois, ao ficar próximo da eliminação, criou-se um cenário ideal para que o brasileiro revelasse sua verdadeira capacidade. Além disso, o empate deixou claro para a torcida a urgente necessidade de apoiar incondicionalmente o selecionado, com o objetivo de alcançar uma meta única que mobilizava intensamente todos os envolvidos. O cronista chega a postular que aquele embate produziu um autêntico milagre: “o pessoal deixara de esperar fácil a vitória do Brasil” (Filho, 1950b, p.8). A partir de então, não apenas se revitaliza a possibilidade de o Brasil sagrar-se campeão em virtude de uma atuação técnica incontestável, como também se estabelece uma vinculação direta entre tal êxito e o majestoso estádio do Maracanã, concebido por Mário Filho como o cenário privilegiado das grandes conquistas do futebol brasileiro⁷.

Em contraste com a trajetória brasileira, a campanha uruguaia na etapa inicial da competição mostrou-se extremamente tranquila. Inserida em uma chave que comportava apenas

⁶ Em 1968, no “aniversário” de maioria da derrota, o periódico *Jornal dos Sports* realizou um conjunto de entrevistas com os protagonistas do revés brasileiro. Foram ouvidos, naquela ocasião, os seguintes integrantes da equipe: o goleiro Barbosa, o defensor Bigode, o atacante Ademir, o meio-campista Jair da Rosa Pinto, além do treinador Flávio Costa e o médico Amílcar Gifoni. As considerações específicas em relação ao adversário podem ser verificadas na edição nº 12.262, na qual consta a entrevista de Barbosa concedida ao jornalista Raul Quadros, bem como na edição nº 12.264, que apresenta o depoimento de Flávio Costa ao repórter Jocelyn Brasil, publicadas respectivamente nos dias 16 de julho e 18 de julho daquele ano.

⁷ Cabe destacar que Mário Filho e seu irmão, Nelson Rodrigues, apresentariam perspectivas contrastantes em relação à memória da derrota para o Uruguai. Para Nelson, em crônica escrita em 1975, o estádio do Maracanã carecia de um elemento de imposição psicológica sobre os adversários, configurando-se como um “espaço neutro”, especialmente quando comparado com os jogos disputados em São Paulo – interpretação diametralmente oposta à visão mário-filhiana sobre o significado do estádio para o futebol brasileiro (Rodrigues, 1975, p.14).

um único adversário, a seleção celeste logrou a conquista da vitória mais expressiva do certame, ao superar de maneira contundente a frágil equipe boliviana em um placar de 8 a 0.

Finalizada a primeira fase da competição, avançaram para o quadrangular final as seleções da Espanha, Brasil, Suécia e Uruguai. Conforme se observa, a fase final do confronto expressava um equilíbrio continental, já que havia duas equipes sul-americanas (Brasil e Uruguai) e duas equipes europeias (Suécia e Espanha). Não obstante, as partidas antecedentes disputadas por estas últimas as colocavam em posição de desvantagem logística, considerando-se que haviam realizado numerosos deslocamentos nos confrontos precedentes. Após a realização do sorteio regulamentar, estabeleceu-se que os embates da seleção brasileira obedeceriam à seguinte sequência: Suécia, Espanha e, por fim, Uruguai. Paralelamente, a Comissão Organizadora da FIFA formalizava um acordo com as autoridades esportivas paulistanas para que todos os confrontos envolvendo o selecionado brasileiro fossem realizados no estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro.

Antes de prosseguir com a trajetória brasileira na segunda fase, torna-se fundamental esclarecer o formato adotado na Copa de 1950, que diferia substancialmente do modelo convencional de eliminatórias. Enquanto as edições tradicionais culminam em uma partida final entre dois finalistas, o regulamento de 1950 estabelecia um sistema de pontos corridos no quadrangular decisivo, no qual o título seria conferido à equipe que obtivesse a maior pontuação ao término desta fase. Esta peculiaridade regulamentar é importante, já que embora o confronto Brasil e Uruguai tenha assumido características de jogo decisivo – uma vez que o resultado determinaria o campeão mundial –, tecnicamente não se configura como uma “final oficial” nos termos do regulamento daquele certame.

A segunda fase teve início em 9 de julho, exatamente sete dias antes do confronto decisivo contra o Uruguai, quando a seleção brasileira enfrentou a Suécia. O jogo terminou com uma vitória expressiva por 7 a 1, resultado que se consolidou na história como a maior goleada da Seleção Brasileira em Copas do Mundo. Nessa partida, o atacante Ademir alcançou um feito notável ao igualar o recorde de Leônidas da Silva, estabelecido na edição anterior do torneio, ao marcar quatro gols em um único jogo. Tal resultado levou a reafirmação contundente do Brasil como principal candidato ao título mundial, enquanto um clima de euforia tomava conta do país, atravessando os mais diversos setores da sociedade. O desempenho brasileiro também despertou a admiração da imprensa estrangeira, como expressou o jornalista britânico Brian Glanville, que descreveu a equipe como praticante de “um futebol do futuro, algo quase surrealista, taticamente falho, mas tecnicamente maravilhoso”, formada por “jogadores geniais” (Glanville, 1973 apud Perdigão, 2014, Pos. 1.535).

Em 13 de julho, o Brasil confirmou o favoritismo que já se anunciava. Perdigão (idem, Pos. 1.573) enfatiza que “Por mais elaborada, nenhuma descrição literária poderá expressar, vaga que seja, a magia daquele momento extraordinário e imortal”. Tal afirmação justifica-se pelo fato de que, naquela data, o selecionado nacional aplicou uma goleada expressiva de 6 a 1 contra uma das equipes tecnicamente mais qualificadas de toda a competição, a Espanha. Já às 12 horas – três horas antes do início da partida – o Maracanã encontrava-se completamente lotado, uma vez que tanto as repartições públicas quanto os estabelecimentos comerciais encerraram antecipadamente suas atividades para que a população pudesse acompanhar o confronto. No auge da celebração, após o quarto gol brasileiro, o estádio inteiro passou a entoar, em coro, a marcha carnavalesca “Touradas em Madri”, iniciada por um pequeno grupo de torcedores e que logo se espalhou a todo o estádio⁸.

Para Mário Filho, o resultado, embora expressivo, não era o elemento essencial da vitória, mas sim a “exibição fabulosa do scratch brasileiro”. Divergindo da interpretação da imprensa internacional, o cronista descreve a equipe como “uma máquina de peças ajustadas”, que atuava “a pleno vapor” – a síntese ideal entre técnica, tática e entusiasmo –, combinação que conduzia os jogadores “a uma série de jogadas perfeitas”. Filho encerra sua análise reforçando o valor estético do futebol praticado pela seleção: “Mesmo quando essas jogadas não resultavam em goal nem por isso deixavam de provocar admiração” (Filho, 1950a, p. 7), ao qual a plasticidade dos movimentos dos jogadores desempenhadas em campo, ainda que não fosse objetivo, deslumbrava e encantava a torcida brasileira.

Ainda durante a Copa do Mundo de 1950, já se observava o início de um processo memorialístico voltado ao apagamento de determinados eventos significativos, fenômeno que se consolidaria nas décadas subsequentes, principalmente devido ao simbolismo que a derrota representou para a história do futebol brasileiro e, por extensão, do próprio país. Um indício desse movimento pode ser identificado no tratamento conferido pela imprensa esportiva à vitória brasileira sobre a Espanha, que relegou a um plano secundário tanto o desempenho do selecionado nacional quanto a mobilização entusiástica da torcida no confronto contra a Iugoslávia – partida de grande envolvimento dos adeptos, por decidir a classificação brasileira para o quadrangular final. Mário Filho, ao registrar que “Ficara para trás aquele espetáculo dos lenços do match contra a Iugoslávia” (idem), contribuía para esse deslocamento memorial,

⁸ Embora a marchinha simbolize o apoio brasileiro, sua letra encerra certo presságio do fracasso vindouro. José Miguel Wisnik, ao analisá-la atentamente, observa que “a marchinha radiografa a síndrome carnalizante brasileira e expõe algumas das suas facetas traiçoeiras, que andam junto com a sua face gozosa”. Brasil 6 x 1 Espanha e Uruguai 2 x 1 Brasil tornam-se indissociáveis: a vitória na primeira partida produziu “uma verdadeira precipitação do imaginário coletivo” que reverberou na partida final (Wisnik, 2008, p.256-258).

conferindo à vitória sobre os espanhóis um significado que eclipsava o desempenho anterior. Considerando que a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (Nora, 1993, p. 9), tal desempenho diante de uma seleção como a espanhola acabaria por ofuscar, até aquele momento, quaisquer outras atuações positivas do selecionado nacional.

De acordo com o cronista, as notáveis atuações criaram para o selecionado nacional uma dívida com o Brasil. Assim como o prefeito Mendes de Moraes, Mário Filho reforçava a ideia de que a equipe comandada por Flávio Costa tinha a obrigação de alcançar a glória máxima, mantendo o padrão de excelência exibido contra Suécia e Espanha. É relevante salientar uma mudança no pensamento de Mário Filho sobre a memória da derrota. Posteriormente, após as conquistas do bicampeonato mundial em 1958 e 1962, o cronista inverteu sua perspectiva, passando a atribuir a “dívida a ser paga” ao público que, por antecipação, havia manifestado excesso de confiança. Nesse sentido, Mário Filho afirma que “O público do Maracanã tem uma dívida para com o escrete brasileiro. Contraiu-a em 50 e não a pagou até hoje. Estamos no dia da quitação” (Filho, 1964, p.1), destacando a inquestionável força da Seleção Brasileira, mas que necessitava de apoio, paciência e prudência por parte do público, posto que já se colocava na década de 1960 como um dos mais fortes selecionados do mundo.

Enquanto isso, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o Uruguai enfrentava a Suécia em confronto decisivo. A seleção sueca, que recentemente havia sofrido uma expressiva e humilhante goleada de 7 a 1 contra o Brasil, impunha significativa e inesperada dificuldade à seleção Celeste uruguaia visando manter viva suas esperanças de disputar o título mundial. Na fase final da partida, com o placar ainda empatado por 2 a 2, coube ao atacante Óscar Míguez marcar o gol decisivo que alteraria completamente os rumos da competição. Sem esse gol, a conquista do título pelo Uruguai não teria sido possível, dadas as particularidades do regulamento.

Caso o confronto tivesse terminado empatado – e considerando ainda uma eventual derrota do Brasil na partida final –, Brasil e Uruguai ficariam iguais em número de pontos, o que, conforme as regras da época, resultaria na realização de um “jogo-desempate” para definir o campeão. O gol decisivo de Míguez, contudo, modificou esse cenário ao tornar viável, embora improvável, a possibilidade de título para o Uruguai. Isso porque, mesmo iniciando a partida final em desvantagem numérica na tabela, a seleção celeste passava, a partir daquele momento, a depender apenas de uma vitória sobre o Brasil no Maracanã para assegurar o título mundial (Perdigão, 2014, Pos. 1.668).

É neste contexto que as seleções brasileira e uruguaia se enfrentam no dia 16 de julho, às 15 horas, para a decisão da Copa do Mundo de 1950. Para a equipe brasileira, o empate já

era suficiente para a conquista do título, enquanto para os uruguaiois apenas a vitória interessava. Quase três décadas após o evento, o jornalista mineiro Geraldo Romualdo da Silva destacou que o brasileiro nutria “horror ao empate”, considerando-o uma “fronteira quase imperceptível da derrota” (Romualdo da Silva, 1984b, p.3). Desta forma, ainda que a equipe nacional pudesse se contentar com um resultado de igualdade, não era esse o desfecho esperado ou desejado pelo público e pelos jogadores.

Embora naquela conjuntura Brasil e Uruguai apresentassem um retrospecto equilibrado, o Brasil apresentava um domínio recente, pois sagrou-se campeão tanto no Campeonato Sul-Americano de 1949 quanto na Copa Rio Branco de 1950. Paulo Perdigão observa que essa frequência de confrontos entre as equipes representava um desafio para o escrete brasileiro, uma vez que o adversário possuía conhecimento suficiente do seu estilo de jogo para surpreendê-lo. A nova realidade imposta pelo time brasileiro, refletida nesse repertório recente e extremamente positivo – tanto das conquistas dos dois últimos anos, quanto das últimas partidas do Mundial –, contribuiu para o esquecimento dos feitos da equipe celeste, bicampeã olímpica em 1924 e 1928 e detentora do título da primeira Copa do Mundo, realizada em 1930. Conforme demonstra Perdigão, a única voz que se levantava em defesa da prudência e do cuidado – portanto, contrariando o clima do “já ganhou” – em relação aos orientais era a do treinador Flávio Costa.

À medida que se aproximava a partida decisiva do dia 16 de julho, intensificava-se a convicção da torcida brasileira quanto à vitória inevitável da seleção nacional. Tal clima de euforia coletiva se ampliava através da cobertura realizada pela imprensa ao evento. Dessa forma, o discurso jornalístico, que se pretendia imparcial em sua concepção e abordagem, assumia uma postura declaradamente engajada e parcial quando se tratava da “nação em campo” (Gastaldo; Guedes, 2006), abandonando qualquer pretensão de neutralidade para proclamar a vitória brasileira como resultado incontestável. Do lado uruguaio, predominava uma atitude que não era apenas de prudência, mas adquiria contornos pessimistas entre dirigentes, torcedores e imprensa. Essa postura refletia uma preocupação genuína e bem fundamentada: evitar as goleadas avassaladoras que haviam sido impostas pelo Brasil à Suécia e à Espanha nas partidas anteriores.

O ápice de toda a atmosfera de antecipação da vitória levado a cabo pela imprensa foi a edição do jornal *O Mundo* publicada no sábado, dia 15 de julho. Conforme detalha Geraldo

Romualdo da Silva (1978)⁹, por se tratar de um jornal vespertino, a publicação optou por dar o “furo” jornalístico no sábado, estampando uma manchete que declarava o Brasil como campeão mundial antes mesmo da realização da partida decisiva. Tal atitude provocou intensa reação nos uruguaios que, indignados com a presunção brasileira, passaram não apenas a defender sua pátria com maior veemência, mas também a encarar o confronto com renovada determinação de superar a equipe brasileira e conquistar a vitória.

Paulo Perdigão (2014, Pos. 1.867) interpreta esse episódio como uma verdadeira “inversão da ordem do rito”: ao proclamar um título ainda não conquistado, os brasileiros teriam cometido uma “falha de etiqueta”, desrespeitando os adversários e subestimando as qualidades de seus visitantes. O desfecho foi simbólico e, não por acaso, de grande magnitude: a soberba foi punida em campo, e os uruguaios vingaram, com a vitória, a arrogância antecipada dos anfitriões.

O cenário político apresentava-se particularmente agitado, uma vez que 1950 constituía um ano eleitoral no qual seriam escolhidos presidente, senadores, deputados e vereadores. A classe política, visando angariar votos e aproveitando o desempenho promissor do selecionado até aquele momento, aderiu ao clima de euforia e à declaração antecipada do título brasileiro. Ilustrativamente, o próprio treinador da equipe, Flávio Costa, candidatou-se a vereador pelo PTB de Getúlio Vargas – embora não tenha sido eleito, é plausível conjecturar que o resultado poderia ter sido diferente caso a Seleção Brasileira tivesse conquistado a vitória em 16 de julho. Toda essa atmosfera de expectativa culminou na problemática decisão de transferir a concentração da equipe da Casa dos Arcos, em Joá, para São Januário, na sede do clube Vasco da Gama.

Tal decisão foi tomada no dia 10 de julho, imediatamente após a vitória da equipe contra a Suécia. A mudança representou uma transformação radical no ambiente de preparação da seleção: do clima sereno e tranquilo que caracterizava a concentração em Joá – ambiente que proporcionava condições ideais para o foco e a preparação tática, técnica e mental da equipe –, os jogadores foram transferidos para um ambiente marcadamente caótico, desconfortável e turbulento. Entre as possíveis razões que motivaram essa alteração controversa, destaca-se a pressão exercida pela imprensa, que considerava a localização anterior distante e de difícil

⁹ Publicadas no *Jornal dos Sports* nos dias 3 e 4 de março de 1978, sob os títulos “A Derrota de 1950” e “O Dia do Juízo Final”, respectivamente, ambas as matérias consistiam na transcrição de conferência realizada dias antes pelo jornalista, sob organização do *Jornal do Brasil*, com o título “Panorama do Futebol Brasileiro”. Em outra conferência, o cronista também abordou a Seleção Húngara de 1954. Participaram também da conferência os jornalistas José Inácio Werneck, João Saldanha e Sérgio Noronha, além do treinador Cláudio Coutinho, que trataram de diferentes aspectos do futebol brasileiro.

acesso. Na nova sede, a harmonia do grupo foi comprometida por um episódio específico: o desentendimento entre o treinador Flávio Costa e o zagueiro Juvenal, que se embriagou durante um dia de folga, rompendo definitivamente a confiança do técnico. Costa chegou a considerar retirar o jogador da equipe titular¹⁰.

A despeito dessas circunstâncias adversas, o Brasil chegou ao dia 16 de julho de 1950 – data da partida final do Mundial de 1950 – como o grande e indiscutível favorito. Embora parte da responsabilidade pelo desfecho posterior recaísse sobre o clima de otimismo e euforia que dominava o país, é preciso reconhecer que tal ambiente estava solidamente amparado no desempenho notável da equipe ao longo do torneio. Assim, mesmo que o empate fosse suficiente para assegurar matematicamente a conquista, esse resultado era visto como insuficiente e incapaz de corresponder às expectativas criadas. Tal possibilidade era qualificado para Mário Filho como um “empate desmoralizante” (Filho, 1962, p.1). A expressão utilizada pelo cronista sintetizava o sentimento coletivo que se espalhava pela imprensa esportiva e entre os torcedores: a ideia de que a seleção brasileira não apenas devia vencer, mas fazê-lo de forma convincente, reafirmando o suposto brilhantismo nacional. Um simples empate, ainda que garantisse o título, seria interpretado como incompatível com o esforço empreendido para a realização do torneio e com a imagem de superioridade que se havia construído em torno do futebol brasileiro.

Assim sendo, o empate configurava-se como resultado inaceitável para as expectativas nacionais, representando, conforme destacava Geraldo Romualdo da Silva (1984b), algo perigosamente próximo de uma derrota – situação impensável diante da magnitude do momento histórico. Para o goleiro Barbosa, a grandeza da final se equiparava a uma autêntica cerimônia de coroação (Quadros, 1968). A expectativa coletiva, alimentada pela imprensa e pelos dirigentes esportivos, era a de que a Seleção Brasileira se consagrasse de modo absolutamente eufórico, reproduzindo o padrão das partidas anteriores do torneio através de placar elástico e exibição memorável. Mais do que vencer, a conquista deveria ocorrer “à brasileira” – ou seja, mantendo aquele estilo de jogo artístico e espetacular que vinha projetando a imagem da nação no cenário internacional desde a Copa do Mundo de 1938.

A mobilização popular tomou conta do Rio de Janeiro, com a convergência de pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil para acompanhar o desfecho final da competição. De acordo com Perdigão (2014), o Maracanã, então o maior estádio do mundo, mostrava-se

¹⁰ Tal fato é trazido à tona na edição de 19 de junho de 1970 da Revista Placar após a Seleção Brasileira vencer o Uruguai por 3 x 1 na semifinal. Nessa edição, é estampada em letras grandes na capa da revista os dizeres: “vingança!”.

paradoxalmente pequeno diante da multidão que desejava assistir ao confronto decisivo. Abertos às 11 horas da manhã os portões do estádio para receber o público, quando o relógio marcava 12 horas – ou seja, em apenas uma hora de funcionamento – já não havia mais espaço disponível na arena. Quanto ao público pagante, contabilizou-se a marca de 173.850 pessoas, inaugurando um recorde de difícil superação. Contudo, ao considerar os “convites, permanentes, funções oficiais, de serviço e jornalísticas” (Perdigão, 2014, Pos. 2137), incluindo políticos, representantes da FIFA, profissionais da imprensa nacional e internacional, além de convidados especiais e funcionários do evento, chegou-se ao número estratosférico de 200 mil pessoas presentes no estádio.

Concomitantemente, nos arredores do Maracanã, reuniam-se sambistas e foliões, portando seus instrumentos e indumentárias, com o intuito de promover uma genuína celebração carnavalesca fora de época¹¹. Os preparativos incluíam a disposição de confetes e serpentinas sobre o estádio, além da entrada de jipes que conduziriam as principais sociedades carnavalescas daquele período. Tudo estava organizado para uma grande festa, coroada por uma apoteose pirotécnica: os foguetes que anunciariam a vitória brasileira em “o maior bombardeio jamais visto no Brasil!” (Romualdo da Silva, 1978, p. 14).

A agitação não se restringia exclusivamente às imediações do estádio do Maracanã. Em São Januário, a concentração da equipe era constantemente perturbada, e na manhã de 16 de julho, os jogadores foram compelidos a permanecer em pé desde as primeiras horas para assistir a uma missa especial. Embora o evento religioso tenha sido organizado como parte dos rituais preparatórios, acabou constituindo-se como um impedimento à preparação da equipe. Ademais, encontrava-se presente no local a classe política que disputaria as eleições naquele ano, personalidades que chegaram a atrapalhar até mesmo a refeição dos atletas. Tais políticos aproveitavam aquela ocasião e a relevância histórica que atraía a imprensa para proferir extensos e prolongados discursos eleitorais, transformando a concentração em um palanque político improvisado e privando os jogadores e a comissão técnica da tranquilidade necessária.

Ao chegar ao palco da decisão, com muito custo, já que uma manobra do motorista levou a um leve ferimento no zagueiro Augusto ao bater no vidro da janela do ônibus, Flávio Costa proferiu no vestiário uma preleção que, posteriormente, seria não apenas problematizada como uma das causas da derrota, mas também consolidada como um dos mitos originados naquela ocasião. Até então, a Seleção Brasileira havia chegado à final sem sofrer advertências

¹¹ Embora os planos desta celebração festiva tenham sido frustrados em decorrência da derrota, gerando, conforme observa Arno Vogel (1982), um estado de “luto nacional”, a festividade é finalmente liberada com a conquista do tricampeonato em 1970, sendo celebrada mediante um grandioso carnaval extemporâneo.

ou expulsões. Nesse contexto, Flávio Costa enfatizou a necessidade de “uma partida limpa e muito disciplinada, afinal, éramos os anfitriões e o mundo inteiro acompanhava pela rádio a grande final” (Fernandes; Azevedo, 1989, p.6). Contudo, tal apelo foi interpretado como um sinal de passividade, sugerindo que, para o treinador, o que realmente importava não era a conquista do título, mas a imagem que se desejava projetar ao mundo.

Reproduzindo o procedimento adotado às vésperas do confronto contra a Iugoslávia na primeira fase do Campeonato Mundial, o prefeito Ângelo Mendes de Moraes pronunciou discurso que conclamava “os jogadores a defender as cores do Brasil como se constituíssem uma tropa armada para uma batalha e estivessem lutando pela pátria e sua bandeira” (Perdigão, 2014, Pos. 2253). O discurso do prefeito baseava-se na convicção de que a vitória brasileira era inevitável. Mendes de Moraes afirmava que a conquista do título já constituía realidade próxima, argumentando que a campanha nacional demonstrava a inexistência de adversários à altura da Seleção Brasileira no cenário mundial. O resultado deste discurso foi imediatamente percebido no comportamento dos jogadores em campo: segundo Perdigão (2014), enquanto os atletas uruguaios mostravam-se descontraídos durante o perfilamento, os jogadores brasileiros apresentavam postura rígida, semelhante à de soldados preparados para a batalha.

Apesar do ambiente favorável e da expectativa generalizada de desfecho positivo, o gol de Alcides Gigghia, sacramentando a vitória uruguaia por 2 a 1, sepultou definitivamente os sonhos brasileiros de conquista. O resultado desencadeou questionamentos imediatos sobre as opções táticas adotadas pela comissão técnica. Embora a proposta de jogo uruguaia baseada no contra-ataque fosse conhecida previamente, permanecia inexplicável a ausência de ajustes por parte do treinador brasileiro para neutralizar a estratégia Celeste. Ademais, a deficiência técnica no setor defensivo esquerdo, formado pelo lateral João Ferreira (Bigode) e pelo zagueiro Juvenal Amaso Amarijo – apontados como responsáveis diretos pela derrota –, não havia se manifestado em confrontos anteriores. Conforme aponta Flávio Costa, tais circunstâncias seriam corrigidas caso houvesse outra partida (Perdigão, 2014, Pos. 2522).

As explicações para a derrota brasileira em 1950 configuram uma miscelânea de justificativas e culpabilizações. Na tentativa de responder à pergunta “por que perdemos?” (Costa, 2008), investigar a memória desse episódio permite compreender aspectos centrais não apenas do futebol, mas da própria sociedade brasileira. Assim, após o exame diacrônico da trajetória da Seleção no torneio, torna-se necessário analisar como a lembrança da derrota foi reelaborada e disputada ao longo do século XX, especialmente na década de 1960 – momento em que novas interpretações emergem à luz das conquistas posteriores da equipe nacional. A análise subsequente dedica-se a compreender o processo de *construção* dessa memória,

examinando como jornalistas e cronistas esportivos – Mário Filho, Nelson Rodrigues, Geraldo Romualdo da Silva, Otávio de Faria e Fernando Horácio – abordaram a derrota no âmbito da memória coletiva.

1.3. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA DERROTA

Em 16 de julho de 1950, o Brasil foi derrotado por 2 a 1 pelo Uruguai. Os quase duzentos mil torcedores presentes no Estádio do Maracanã presenciaram o que o antropólogo Roberto DaMatta (1982, p. 31) caracterizou como a “maior tragédia da história contemporânea do país” – qualificação que revela a carga dramática que caracterizou a memória da derrota. O palco em que a derrota se consumou não pode ser desconsiderado como elemento de potencialização dos sentimentos produzidos: o Maracanã não era apenas o maior estádio do mundo, mas também o resultado de um projeto de nação (Melo; Cid, 2019). A derrota simbolizava, assim, não apenas um desfecho esportivo negativo, mas também o fracasso desse projeto. Além do mais, a magnitude desta experiência traumática justifica-se por outros fatores: a oportunidade perdida de consolidar a projeção internacional do Brasil como potência futebolística, e, dentro de campo, a violenta transição emocional coletiva ocorrida em curto intervalo de tempo, que conduziu da exaltação proporcionada pelas vitórias expressivas contra Suécia (7 a 1) e Espanha (6 a 1) à descrença profunda diante da derrota para o Uruguai. Este intervalo temporal extremamente comprimido impossibilitou o processamento adequado de emoções tão contrastantes: os brasileiros passaram de uma euforia nacionalista para um trauma coletivo de forma abrupta.

A complexidade dos sentimentos decorrentes do caráter imprevisível da derrota leva a uma compreensão deste episódio enquanto um *acontecimento*, tal como formulada por Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (1995; 2001). Inspirando-se em Michel Foucault, a autora identifica como questão central o problema da atualidade – “o que é a nossa atualidade?”. É precisamente o acontecimento, segundo Cardoso, que põe em evidência essa interrogação, constituindo-se como elemento de problematização do presente. Nesse exercício crítico, o presente manifesta-se como “diferença histórica” que, “por meio da crítica, da problematização, desatualiza o presente, desatualiza o hoje” (Cardoso, 1995, p. 56). Assim, o presente não se define por uma sucessão cronológica, mas pela possibilidade de compreender o que somos a partir do que já passou, ainda que persista como experiência aberta “a um campo de possibilidades” (idem).

Enquanto tarefa de pensamento, o acontecimento impede que o passado se encerre em seu próprio tempo, mantendo-o vivo no presente e afastando-o do esquecimento. É importante, contudo, distinguir as categorias de presente e atualidade: o primeiro refere-se ao plano

histórico em que “a reconstrução histórica é realizada”, configurando o momento de emergência da problematização que o pensamento conduz; a segunda, por sua vez, designa uma “temporalização do presente”, isto é, o modo como o tempo se torna questão. Nessa perspectiva, o acontecimento manifesta-se como singularidade que não se integra ao fluxo contínuo da história, mas que, ao contrário, “interrompe uma historicidade”. Passado e presente, portanto, se reconfiguram sob sua influência: o passado, por não se repetir mecanicamente; o presente, por se atualizar a partir do questionamento que o passado instaura (Cardoso, 2001, p. 15-18).

1.3.1. A DIMENSÃO RACIAL NAS INTERPRETAÇÕES DA DERROTA DE 1950

A contínua e persistente lembrança da derrota de 1950 ao longo das décadas, especialmente quando reatualizada em contextos de Copa do Mundo, evidencia a potência do *acontecimento* em impedir que o passado se encerre em si mesmo. Durante os anos 1960, essa derrota reapareceu com particular intensidade, sobretudo após as conquistas de 1958 e 1962, quando o êxito esportivo reavaliava os sentidos daquela derrota. Nesse cenário, ganha destaque a publicação da segunda edição de *O negro no futebol brasileiro* (2010), de Mário Filho, obra paradigmática por reinterpretar o episódio a partir de dimensões raciais, morais e políticas (Hollanda, 2017). Mais do que a relevância analítica do texto, importa compreender como, nesse período, a memória da derrota converteu-se em um campo de disputas simbólicas estruturado em torno de dois polos antagônicos: de um lado, a necessidade da lembrança, que transformava o evento em lição histórica; de outro, a defesa do esquecimento, que buscava silenciar o passado inglório diante das vitórias recentes.

Primeiramente, torna-se fundamental revisitar os parâmetros interpretativos através dos quais esta derrota foi analisada. Ao traçar uma *genealogia* da construção memorial do evento, Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2017, p. 205) demonstra que os fatores explicativos mobilizados por Mário Filho apontavam para as “deficiências de formação do caráter do povo e do Estado brasileiros”. Esta interpretação não constituía um caso isolado, mas refletia um padrão analítico mais amplo presente entre jornalistas e cronistas que abordavam o futebol como elemento privilegiado para diagnosticar a cultura nacional. Estabelecia-se, assim, uma perspectiva na qual o futebol funcionava como lente de aumento capaz de revelar e concentrar os principais dilemas da formação brasileira. Este fenômeno corresponde ao que Simoni Lahud Guedes (1998) conceituou como “metonímia da nação”: um processo que, a partir do desempenho esportivo dentro de campo, realiza-se uma passagem direta para as considerações sobre as qualidades e deficiências do país e de seu povo.

É possível observar esta característica a partir da análise empreendida pela socióloga Fátima Antunes (2004), que aborda a construção da identidade nacional através das crônicas de

Mário Filho, Nelson Rodrigues e José Lins do Rego. Apesar de suas formações intelectuais distintas, seus escritos convergem para uma perspectiva: o futebol como fenômeno intrinsecamente brasileiro e elemento interpretativo da nacionalidade. Ao investigar as trajetórias biográficas e intelectuais desses autores, o papel do futebol na construção da identidade nacional se revela em cada título dos capítulos abordados pela autora. José Lins do Rego é descrito como aquele que analisa o “retrato psicológico de um povo”; Mário Filho é reconhecido por “levantar o véu da alma brasileira”; e Nelson Rodrigues discute o “dilema do homem brasileiro” por meio de uma interpretação que oscila entre o “vira-latas” e o “homem genial”.

A análise dos textos produzidos por jornalistas e cronistas esportivos – agentes detentores de significativa capacidade de divulgação de concepções culturais brasileiras para públicos que não teriam acesso a tais reflexões por outros meios (Antunes, 2004) – aprofunda a interpretação dos problemas suscitados pela derrota de 1950. Roberto DaMatta (1982, p.32) observa que a descrença coletiva decorrente do evento possibilitou ao futebol operar como catalisador da ressurreição das antigas teorias racistas. É precisamente no interior da ideologia racista que se processará a integração do negro no futebol brasileiro. Os aspectos positivos atribuídos a determinada concepção do jogo brasileiro, assim como as atribuições negativas dirigidas a certos jogadores em momentos de derrota, constituem elementos representativos de um país mestiço (Gordon Jr., 1995). A persistência do elemento racial evidencia-se exemplarmente no tratamento dispensado ao episódio do “frango de Barbosa”, interpretado, segundo Bruno Abrahão e Antônio Jorge Soares (2009), como manifestação do racismo brasileiro.

Conforme enfatiza Antônio Jorge Gonçalves Soares (1998), na primeira edição de *O negro no futebol brasileiro*, Mário Filho sustentava a ideia de que a integração do negro à sociedade brasileira tinha sido plenamente alcançada. Contudo, com a derrota de 1950, a eleição dos jogadores negros como culpados da derrota constituía uma prova inequívoca da persistência do racismo na sociedade brasileira. No entanto, Soares problematiza essa leitura ao apontar a ambiguidade presente na análise de Mário Filho, observando que jogadores negros e mulatos que compunham a seleção, como Zizinho, Bauer e Jair da Rosa Pinto, não sofreram tamanha vilania. Tanto Soares quanto Costa (2008) convergem em um aspecto decisivo: a atribuição da culpa está relacionada à função desempenhada em campo. Nesse sentido, Soares (1998, p. 306) afirma: “É do cotidiano do futebol imputar a culpa da derrota nos defensores e nos goleiros”, sugerindo, assim, uma causa funcional e não racial. Soares ainda aponta que Mário Filho perseguiu um objetivo específico na reedição de sua obra: para consolidar a figura do herói nas

conquistas de 1958 e 1962, o jornalista suprimiu partes importantes de sua primeira edição, datada de 1947, que afirmavam a integração do negro e seu triunfo no futebol, para destacar essa fase em que esse personagem passou por um período de provação. Além disso, a partir do exame das crônicas de Mário Filho no *Jornal dos Sports*, o autor não encontrou qualquer menção à questão racial¹². Portanto, de acordo com tal lente analítica, trata-se de uma “tradição inventada” (Santos; Capraro; Lise, 2010).

Tal problemática foi prontamente enfrentada por Ronaldo Helal e César Gordon Júnior (1999). Segundo os autores, embora o trabalho desenvolvido por Antônio Jorge Soares ofereça uma contribuição relevante à compreensão da obra de Mário Filho, sua leitura apresentaria lacunas significativas quanto à dimensão histórico-sociológica do texto e, por extensão, à interpretação do racismo no Brasil. A primeira dessas lacunas diz respeito ao entendimento epistemológico de que a obra magna do jornalista carioca não pode ser considerada um texto historiográfico *stricto sensu*, mas sim um romance de feição literária, composto através de uma narrativa literária que incorpora elementos ficcionais. Nessa perspectiva, toma-la como documento histórico seria metodologicamente imprudente. Todavia, Helal e Gordon Júnior argumentam que, ainda que a obra não possua o formal estatuto de um registro histórico, os “causos” reunidos por Mário Filho – resultantes da compilação de narrativas orais e de seu acesso privilegiado ao universo esportivo – constituem uma via legítima de acesso à história pois permitem compreender “a maneira como as pessoas de uma determinada época pensavam” (Helal; Gordon Jr., 1999, p.150).

Para além da discussão metodológica sobre como interpretar a obra de Mário Filho, Helal e Gordon Jr. apontam ainda que Soares acaba por negar a própria existência do racismo no Brasil, ao substituir as tensões raciais das décadas de 1920 e 1930 pela dicotomia amadorismo x profissionalismo, concebida como dilema específico do universo futebolístico. Neste sentido, ao ignorar a dimensão racial que afetou os responsáveis pela derrota de 1950, perde-se de vista que o racismo no Brasil estrutura-se segundo uma lógica velada e discreta, cuja apreensão requer “atenção especial quanto à trama semântica tecida com as palavras do preconceito e da discriminação” (Florenzano, 2013, p. 319). Essa concepção converge com a análise de Sales Jr. (2006, p.230), para quem o fenômeno da “cordialidade racial” atua como

¹² Soares aponta que os “novos narradores” – conjunto de pesquisadores que escrevem sobre a relação entre raça e futebol a partir da década de 1980 – atualizam acriticamente a estrutura narrativa de Mário Filho na contemporaneidade. Tal análise provocou intenso debate registrado na *Revista Estudos Históricos* (1999), através dos artigos: “História e a invenção das tradições” e “A modo de resposta”, de Antônio Soares; “Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol”, de Ronaldo Helal; e “Considerações possíveis de uma resposta necessária”, de Maurício Murad.

um dispositivo de estabilização das desigualdades e hierarquias raciais, atenuando os conflitos, sem contudo, eliminá-los. Neste sentido, o racismo manifesta-se menos por expressões abertas de hostilidade e mais por uma “estigmatização pelo não-dito” (Sales Jr., 2006, p.233), inscrita nos silêncios, omissões e não-ditos.

1.3.2. MEMÓRIAS EM DISPUTA

Observa-se que Mário Filho e Nelson Rodrigues, dois grandes expoentes do jornalismo esportivo brasileiro, construíram visões contrastantes em relação à memória da derrota de 1950. Suas posições de destaque na imprensa escrita decorrem diretamente da herança de um capital familiar¹³ consolidado por Mário Rodrigues, patriarca cuja atuação jornalística exerceu grande influência na política nacional. Mário Rodrigues iniciou sua carreira no *Correio da Manhã* e, posteriormente, ampliou sua importância no meio jornalístico como proprietário de periódicos de grande circulação: primeiro *A Manhã*, em 1925, e depois o *Crítica*, fundado em 1928, ambos sediados no Rio de Janeiro. Sua marca profissional distintiva era uma “concepção do jornalismo político que misturava a invenção de estilos jornalísticos com ataques pessoais a homens públicos” (Leite Lopes, 1994, p. 66).

Desde cedo, Mário Rodrigues conduzia os filhos mais velhos para trabalhar consigo. Neste contexto de aprendizagem familiar, Mário Filho encontrou nas páginas esportivas um espaço de autonomia profissional que lhe escapava nas abordagens políticas, domínio no qual seu pai era amplamente conhecido. Diferentemente de seu irmão, Nelson Rodrigues engajou-se no trabalho de repórter policial ainda aos treze anos de idade. Se a escolha pela seção policial pode parecer inusitada, à época tratava-se de uma editoria na qual os jornalistas eram considerados as “estrelas da redação” (Castro, 2022, Pos. 764), gozando de prestígio e visibilidade especiais. Já neste período inicial, o futuro dramaturgo demonstrava sua vocação literária ao imprimir cargas dramáticas aos “toscos relatórios que os repórteres traziam da rua” (idem, Pos. 783), transformando fatos cotidianos em tramas complexas que chamava a atenção.

Desde quando trabalhava com seu pai, Mário Filho empreendeu uma verdadeira revolução no tratamento da notícia esportiva brasileira (Leite Lopes, 1994), transformando radicalmente a forma como o futebol era abordado na imprensa nacional. Se anteriormente a cobertura futebolística limitava-se a uma descrição genérica e retrospectiva dos resultados após

¹³ Mário Leite Rodrigues Filho nasceu em 3 de junho de 1908, na cidade de Recife, estado de Pernambuco. Quatro anos mais tarde, em 23 de agosto de 1912, nasceu na mesma cidade Nelson Falcão Rodrigues. Ambos eram filhos de Mário Leite Rodrigues e Maria Esther Falcão.

a realização das partidas, a partir de 1927 Mário Filho promoveu uma mudança significativa ao antecipar a “produção de notícias desde os treinos ou os momentos que precedem os jogos, fabricando eventos, entrevistando os jogadores ou contando suas biografias” (Leite Lopes, 1994, p. 68). Assim, se estabelecia uma nova forma de consumo da cobertura jornalística do esporte, já que se promovia um envolvimento do público nas vésperas e após as partidas.

O caráter inventivo do jornalista, conforme a análise de Leite Lopes, manifestou-se também em sua participação ativa na modernização do futebol brasileiro, particularmente através de sua colaboração para o estabelecimento do profissionalismo no esporte¹⁴. Mário Filho encampou vigoroso embate na imprensa esportiva, utilizando tanto seus escritos quanto sua atuação militante como caminhos para o desenvolvimento do futebol nacional. A imersão profunda no ambiente jornalístico conduziu Mário Filho a adquirir, em 1936, dos antigos proprietários Argemiro Bulcão e Ozéas Mota, o *Jornal dos Sports* – primeiro periódico brasileiro especializado exclusivamente em cobertura esportiva (Couto, 2016).

A posição de destaque de Mário Filho tanto no jornalismo esportivo quanto no futebol brasileiro oferece elementos fundamentais para compreender as disputas memoriais que se estabeleceram em torno da derrota de 1950 durante a década de 1960. Sua relevância foi tamanha que o periódico tornou-se arena privilegiada onde diferentes cronistas articularam perspectivas contrastantes sobre as razões da derrota ser lembrada ou esquecida. Diante deste contexto de disputas memoriais, procede-se agora ao exame detalhado das posições contrastantes assumidas especialmente por Mário Filho e Nelson Rodrigues, buscando compreender as estratégias discursivas em relação a derrota de 1950.

Em 8 de abril de 1962, a quase quarenta dias da estreia da Seleção Brasileira na VII edição da Copa do Mundo, realizada no Chile, a primeira página do *Jornal dos Sports* projetava a realização do torneio. É nesta primeira página que encontramos uma crônica assinada por Mário Filho intitulada “O Fantasma de 50”. O cronista inicia o texto apontando que “Não nos faz bem a companhia de fantasmas. Talvez porque acreditamos neles. Se um se levantar diante de nós, branco e vazio, talvez fiquemos chumbados ao chão, por mais vontade que tenhamos de correr”. A partir dessa premissa, empreende uma interpretação da derrota de 1950, sofrida para o Uruguai:

¹⁴ Hollanda (2012) problematiza essa perspectiva sobre o caráter inventivo de Mário Filho. O historiador apresenta quatro argumentos centrais que relativizam tal inovação. Em primeiro lugar, o *Jornal dos Sports*, adquirido em 1936, mantém os moldes da administração anterior. Em segundo lugar, Mário Filho não era o único a criar a notícia esportiva na época. Ademais, a luta pelo profissionalismo não constituiu um esforço exclusivo seu, sendo uma demanda mais ampla do universo esportivo da época. Por fim, os vínculos com as políticas institucionais, marca de sua administração, já se faziam presentes em Bulcão, assim como os concursos de representantes de torcidas, que não eram uma iniciativa criada por ele, mas uma prática de outros tempos.

E muitos de nós, hoje, não fazem outra coisa senão invocar uma alma do outro mundo. *50 está morto e enterrado*. Que descanse em paz. Para que perturbar-lhe o repouso? Se ele baixasse numa sessão espírita nada poderia dizer que não soubéssemos. O mal de 50 não foi a derrota. Ou o menor mal de 50 foi a derrota. Não a aceitamos. Vimos nela apenas o fracasso, a covardia. A verdade é que não tínhamos, ainda, a condição de campeões do mundo (Filho, 1962a, p.1, grifo meu).

Percebe-se que Mário Filho procura atenuar a dimensão traumática associada à derrota de 1950. Desde essa crônica, o autor reconhece que a lembrança daquele episódio carrega uma pesada carga de responsabilização, dirigida sobretudo aos jogadores – em especial, aos atletas negros. Assim, Filho propõe uma ressignificação da derrota, reinterpretando-a à luz da realidade do futebol brasileiro da década de 1960, como se evidencia na parte final de sua narrativa:

(...) E ali estavam, no quarto do dr. Carvalhais¹⁵, frente a frente, 50 e 58. O dr. Carvalhais a ver o fantasma da derrota, tremendo diante dele, Didi não vendo fantasma nenhum, vendo, pelo contrário, o anjo das vitórias, de asas abertas, os braços estendidos, as mãos segurando a coroa de louros. Era a imagem da Copa. (...) O jogador brasileiro não esqueceu como conquistou a Copa. Sabe que não basta ser o melhor, que é preciso jogar o melhor que sabe e que pode. Para ele não há mais 50. Há 58. E há 62 (idem).

As figuras de fantasma e anjo simbolizam, para Mário Filho, dois momentos distintos da trajetória do futebol brasileiro. A primeira remete à lembrança incômoda e indigesta do fracasso de 1950, responsável por evocar um conjunto de sentimentos que expressavam a sensação de não realização nacional. A segunda, por sua vez, representa a consolidação de uma fase vitoriosa, marcada pelo bicampeonato mundial e pela construção de uma imagem de superação coletiva, na qual um futebol vencedor foi capaz de dissipar antigas chagas. Cabe destacar, ainda, o personagem responsável por exorcizar o fantasma: Didi¹⁶, um jogador negro.

Em Nelson Rodrigues (1962a), por sua vez, a derrota sofrida pela Seleção Brasileira em 1950 não seria apagada tão facilmente da memória coletiva. Para o cronista, a derrota de 16 de julho permanecia atual, contrastando, dessa forma, com a perspectiva de Mário Filho. Nesse sentido, ao permanecer como uma ferida aberta, a derrota ainda poderia ser mobilizada para compreender e interpretar outras derrotas no cenário internacional. Esta permanência manifesta-se na análise de outras partidas, aparentemente desconectadas de 1950. Em 11 de abril de 1962, por exemplo, o Uruguai enfrentou a Alemanha Ocidental em Hamburgo, em

¹⁵ Mário Filho refere-se nesta crônica a João Carvalhaes (1917-1976), considerado o pioneiro na psicologia esportiva no país e que esteve presente no quadro da comissão técnica na Copa do Mundo de 1958 (Boa Viagem A. Costa, 2006).

¹⁶ Waldir Pereira (1928 – 2001) foi um futebolista brasileiro que atuou como meio-campista.

partida amistosa de preparação para a Copa do Mundo daquele ano, sendo derrotado por 3 a 0. No dia seguinte, Nelson Rodrigues aborda a continuidade da derrota de 1950, analisando a derrota uruguaia tendo por base a derrota sofrida pela Seleção Brasileira doze anos antes. Assim, na crônica intitulada “A Velha Celeste”, Nelson escreve:

Os bobos, os obtusos, os bovinos costumam rosnar: - “Tudo acaba!” Ao que eu respondo, com desesperada certeza: - “Nem tudo!” Por exemplo: - a ignomínia de 50 está encravada em nossa alma, para sempre. Haja o que houver, ninguém arrancará de nossa memória. Daqui a duzentos e cinquenta anos, ainda sofreremos aquela humilhação execranda. (...) 12 anos já rolaram. Pois bem: - e a dor de cotovelo permanece, em nós, fresca, viçosa, recente, como se os 12 anos fôssem 12 dias ou, menos, 12 horas ou, até, 12 minutos (Rodrigues, 1962a, p.10).

O sentido da memória da derrota de 1950 revela-se profundamente distinto para ambos os cronistas. Em Mário Filho, observa-se um esforço deliberado de apagamento do trauma, uma vez que, diante das conquistas da Seleção Brasileira, toda a carga e o simbolismo que emergiram com a derrota de 1950 se desvaneciam. Já em Nelson Rodrigues, nenhum triunfo posterior poderia neutralizar os dramas inaugurados naquele episódio. Assim, o sofrimento brasileiro originado naquela derrota assume, em sua leitura, a condição de expressão existencial do próprio ser nacional. Embora a memória se constitua como elemento do presente (Halbwachs, 2006; Nora, 1993), a perspectiva de Mário Filho evidencia que o contexto dos anos 1960 opera ruptura com as frustrações pretéritas, tornando-as insuficientes para compreender o presente.

Ao debruçar-se sobre as crônicas de Nelson, José Antonio Gomes de Pinto (2009) classifica intelectualmente o cronista na linha do romantismo, que buscava, em relação a sociedade brasileira, as características específicas da sociedade, responsáveis pela formação da identidade. Ademais, Pinto (2009) destaca que os escritos de Nelson são marcados por uma oscilação evidente entre o pessimismo e a redenção. Assim, em uma das crônicas nas quais Nelson Rodrigues compara a perda da Copa do Mundo de 1950 com os bombardeios realizados pelos Estados Unidos na cidade de Hiroshima, no Japão, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o autor afirma: “Ainda que evidentemente seja uma imagem, ou o autor desvaloriza Hiroshima ou valoriza demasiadamente a perda da Copa de 1950” (Pinto, 2009, p. 159).

Compreendemos, ao contrário do autor, que tais comparações ocorrem devido ao esforço em historicizar a memória da derrota. Assim, diferentemente da abordagem adotada por seu irmão Mário Filho em que a memória está orientada para o esquecimento, o cronista busca compor uma memória histórica do evento. Neste sentido, tal como compreende Maurice Halbwachs (2006), encontramos em Nelson a indissociabilidade entre memória coletiva e

memória histórica. Em crônica intitulada “Quando Despertamos Entre os Mortos”, o cronista equipara a derrota sofrida em 1950 à Guerra de Canudos, conflito ocorrido no sertão da Bahia entre 1896 e 1897:

Pois não foi outra coisa a derrota de 50. Vocês se lembram de Canudos. Naquela guerra de patrícios contra patrícios, de soldados contra fanáticos, de canhões modernos contra a fé bárbara – quem saiu mais ofendida e mais humilhada foi a pátria. Eis o que eu queria dizer: a derrota que nos infligiu a “Celeste” ou, mais do que a “Celeste”, Obdulio, essa derrota, dizia eu, foi mais amarga do que *Canudos*. (...) Tínhamos tudo para ganhar. O jogo era aqui em casa; duzentos mil brasileiros estavam presentes; íamos pisar a grama fraterna, brasileiríssima, do Maracanã. Do ponto-de-vista técnico, éramos muito melhores e mais: o escrete nacional estava numa forma insuperável. E, apesar disso, nós perdemos, da maneira mais estúpida e inverossímil. Já no segundo tempo, metemos um gol na frente e perdemos. O torcedor só encontrou a explicação espírita. O Brasil estava pagando naquela tarde, algum pecado de encarnações passadas (Rodrigues, 1965, p.4, grifo meu).

A figura do anjo, que em Mário Filho funciona como símbolo de redenção da derrota de 1950, está ausente em Nelson Rodrigues. Em sentido inverso, o cronista reativa a derrota, evocando-a entre os mortos como forma não apenas de convivência com o trauma, mas de afirmação de uma identidade fundada na dor. Nessa perspectiva, o destaque atribuído a Obdulio Varela¹⁷ não é fortuito: ele encarna o personagem central pela vitória uruguaia, diante do qual o brasileiro foi incapaz de responder à altura.

Este esforço de historicização da memória encontra eco nas palavras do jornalista Geraldo Romualdo da Silva (1962)¹⁸. Em extenso texto escrito em 1962 que reconstitui a Copa do Mundo de 1950, o autor admite a dificuldade em justificar as razões do insucesso brasileiro. Diante disso, o jornalista busca na história recente brasileira um fato equiparável: a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Nesse sentido, o jornalista afirma “que todos procuram explicar, como no caso da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, cada qual pondo na mesa cartas marcadas por argumentos que parecem definitivos mas não convencem” (Romualdo da Silva, 1962, p.14).

¹⁷ Obdulio Jacinto Muiños Varela (1917-1996), jogador que ocupava a posição de volante e capitão da equipe do Uruguai.

¹⁸ Desde a administração de Argemiro Bulcão, Geraldo Romualdo da Silva atuava no *Jornal dos Sports* como correspondente de eventos internacionais (Couto, 2016). Em seus textos era possível observar um estilo de escrita objetiva, caracterizado por uma visível “mistura entre a crônica e a notícia” (Couto, 2016, p. 172), combinando elementos próprios da crônica esportiva com a precisão factual. Sua trajetória profissional foi consistente e duradoura, estendendo-se por mais de cinco décadas. Suas primeiras assinaturas no *Jornal dos Sports* são encontradas na cobertura da Copa Roca de 1939, competição entre Brasil e Argentina, prolongando-se até a cobertura de acontecimentos do universo futebolístico na década de 1990.

Embora privilegiemos a análise da memória da derrota no decorrer da década de 1960, é preciso avançar o olhar para outros momentos do século XX, de modo a compreender a aproximação de Geraldo Romualdo da Silva em relação aos posicionamentos de Mário Filho e Nelson Rodrigues. Destaca Couto (2016) que Romualdo da Silva era, entre os cronistas do periódico, aquele que mais se aproximava de Mário Filho na linha editorial. Essa proximidade editorial revela-se especialmente significativa ao se analisar a mudança do posicionamento de Romualdo da Silva em relação a derrota de 1950. Assim, embora seja possível verificar que nos anos 1960 há uma aproximação de sua abordagem com a construção memorialística da derrota em relação à perspectiva adotada por Nelson Rodrigues, já nos anos 1980 Romualdo da Silva reaproxima-se da linha interpretativa de Mário Filho, que buscava a superação do episódio na memória coletiva. Nesse sentido, em texto de fevereiro de 1986, o jornalista aponta para a importância do tempo em relação aos dramas do passado:

Com o passar do tempo, porém e como hábito nesses transes de choque coletivo – e o tempo tem esse dom miraculoso de apagar mágoas, sepultar lembranças inconvenientes, até mesmo as mais sinistras – parte considerável dessa incontida revolta caiu no esquecimento (Romualdo da Silva, 1986, p.20).

Ao falecer em 1966, Mário Filho não chegou a ver a consolidação futebol brasileiro que ocorre com a conquista do tricampeonato mundial em 1970. No entanto, Geraldo Romualdo da Silva vivenciou esse processo, que refletia em seus textos memorialísticos na década de 1980. Dessa forma, abordava a derrota para o Uruguai em 1950 de modo a ressignificar completamente aquele episódio pela grandeza futebolística. Tratava, portanto, essa superação nos seguintes termos:

Mas a conquista da primeira Copa do Mundo, na Suécia, e sua repetição em 1962 e 1970, deu-nos a plena certeza de que o equívoco de 1950 estava definitivamente sepultado. (...) E a “tragédia” de 50, no Maracanã, cada vez ficando mais distante da nova realidade (Romualdo da Silva, 1984a, p.14).

Para além das tensões entre lembrança e esquecimento operacionalizados por ambos os cronistas, suas crônicas contrastam igualmente nas tentativas de explicação da derrota de 1950. Neste sentido, o trabalho memorialístico realizado por Mário Filho envolvia igualmente diminuir a qualidade da Seleção de 1950 e negar um dos fatores que mobilizaram as explicações

daquela derrota por décadas: o excesso de confiança¹⁹. Nessas circunstâncias, na primeira página do *Jornal dos Sports* de 13 de abril de 1962, Mário Filho escreve:

Vamos, pois, acabar com esse mito que o saudosismo constrói em falsidades e falsificações. O Brasil não perdeu para o Uruguai por excesso de confiança. O excesso de confiança não era dos que iam jogar, era dos que estavam de fora. Tanto que diante da dificuldade o scratch brasileiro tremeu, com medo da derrota sem perdão. E até mesmo do empate desmoralizante, apesar de ser a conquista do título. (...) Só a seleção de 58 era de ouro mesmo, maciço, do outro da Copa. A de 50 era folheada. Apenas dourada (Filho, 1962b, p.1).

Enquanto para Mário Filho o excesso de confiança não estava nos jogadores que atuaram em campo, mas sim à torcida e a amplos setores da imprensa, Nelson Rodrigues diverge desta posição, ao identificar na derrota de 1950 uma única explicação: a *máscara*. Na crônica intitulada “O Tristíssimo Domingo”, o dramaturgo sustenta que aqueles que representaram a nação em campo compartilhavam a impressão sobre o favoritismo brasileiro. Nesse sentido, observa Rodrigues: “De fato, jogamos com uma máscara enfiada até as orelhas. Se tivéssemos jogado com um mínimo de humildade, com um mínimo de medo – teríamos papado o jogo e o título”. Ademais, ao projetar suas expectativas para a Seleção Brasileira no Mundial de 1962, o cronista manifesta a esperança de “que ninguém jogue mascarado” (Rodrigues, 1962b, p. 14).

O excesso de confiança, a máscara e, em última instância, o desrespeito contrastam com as qualidades que foram atribuídas aos uruguaiois, consideradas essenciais para sua vitória: a raça. Ao analisar a “dimensão política do futebol-arte” (Florenzano, 2020, p. 80) ao longo dos anos 1970, o antropólogo José Paulo Florenzano destaca que 1950 constituiu o marco inicial da noção de raça, característica que faltou aos brasileiros, mas que deveria ser por eles mimetizada. O contexto sobre o qual Florenzano se debruça refere-se à implementação do futebol-força na década de 1970, expoente de uma matriz militarizada no futebol, momento em que o futebol-arte seria assumido por determinados jogadores brasileiros como uma prática de liberdade, configurando-se como forma de resistência ao contexto pelo qual o Brasil passava sob o regime da Ditadura Civil-Militar vigente desde 1964. Florenzano (2020) destaca que, nesse contexto, a imprensa esportiva associava a máscara ao universo feminino, contrastando-a com a raça, concebida como elemento do universo masculino.

¹⁹ De acordo com Gisella de Araújo Moura (2010), esse fator explicativo já permeava a imprensa na partida de 6 de maio de 1950, pela Copa Rio Branco, quando o Brasil perdeu para o Uruguai no Pacaembu por 4x3. A propósito, o período em que o treinador Flávio Costa passou na Europa, meses antes do início do Mundial, estudando seus adversários, serviu como forma de limitar o favoritismo brasileiro, apontando para a necessidade de preparação psicológica à altura.

Ao analisar comparativamente os “pares estruturais” constituídos pela derrota de 1950 e pela vitória de 1970, momentos de maiores expressões da construção da identidade brasileira por meio do futebol, Arno Vogel (1982, p. 81) busca compreender “o comportamento ritual na sociedade urbana brasileira”, bem como o jogo de categorias – no qual a máscara se insere – que “resulta na produção dramática do ethos brasileiro”. Nessa perspectiva, Vogel caracteriza a máscara como a ostentação de “uma qualidade ou posição à qual não se tem direito”. Considera, ainda, que o mascarado “é um presunçoso, alguém que se ilude a respeito das próprias virtudes ou qualificações” (Vogel, 1982, p. 98). Com base nessas convicções plenas que o mascarado arroga para si, este se esquece completamente das capacidades e qualidades de seu adversário. A autossuficiência é, assim, compreendida como um grande problema em uma sociedade como a brasileira, pautada em um sistema de status “regido pelo princípio da complementaridade hierárquica” (idem). Infere-se, portanto, por meio da leitura de Vogel, que a máscara pode ser interpretada como um deslocamento das qualidades inatas do povo brasileiro, já que é a humildade a virtude naturalizada e valorizada.

O exame dos projetos contrastantes de Mário Filho e Nelson Rodrigues em torno da memória de 1950 conduz-nos a tecer considerações acerca do binômio raça/máscara. Na busca ostensiva das causas daquilo que faltou ao brasileiro, encontrou-se na figura de Obdulio Varela a síntese das ausências brasileiras. Visando identificar os culpados pela derrota, destaca o goleiro Moacir Barbosa do Nascimento – conhecido simplesmente como “Barbosa” – que o brasileiro “elegeu um único herói da final de 1950: Obdulio Varela. Machão era o Obdulio. Líder era o Obdulio. Grande capitão: o Obdulio. Obdulio, o homem das decisões” (Quadros, 1968, p.12). De forma distinta à de Barbosa, Mário Filho escreve, às vésperas da decisão do Campeonato Carioca de 1963 entre Flamengo e Fluminense, uma crônica intitulada “Tudo Está no Fla-Flu”, na qual rememora os fatores que levaram à derrota brasileira e enaltece a posição de Obdulio em relação à sua capacidade de mobilização e liderança:

Tem gente que, se lembrando de 50, defende o princípio de que o campeão nem sempre é o melhor. O Brasil tinha o melhor futebol e perdeu. Futebol, porém, não é só futebol. Não basta a técnica, é preciso a alma. Foi o que o Uruguai teve naquele 16 de julho: *garra, coração*. E o que Obdulio Varela, puxando-a na pinça de dois dedos, mostrou aos brasileiros que jogavam contra ele: *camisa*. Quando se tem apenas futebol, corre-se o risco de reduzir esse futebol a futebolzinho. O Brasil não era o melhor, porque lhe faltavam certas virtudes, as virtudes que sobravam aos uruguaios. Talvez não haja em futebol pecado maior do que o de negar a realidade de um placar. Quem perde e não aceita a derrota está perdido. É preciso partir do princípio, sempre certo, de que vence o melhor. O melhor no jogo, o melhor no campeonato. O melhor em extensão, o melhor em resistência. O único que aguentou tudo, tudo sendo o bom e o mau. Sentimos mais a derrota de 50 porque, lá no fundo, sabíamos

que um resultado final, definitivo, embora válido, apenas, a um tempo e um espaço dados, não mentia. Era, pelo contrário, a verdade. Daí a idolização de Obdulio Varela, símbolo do que nos faltara. Que adiantou ao Brasil a goleada sobre a Espanha? Fora a maior exibição de futebol que o mundo já vira, mas na hora errada. É preciso ser o melhor na hora certa, na hora de decisão (Filho, 1963, p.1, grifos meus).

É evidente que, ao se analisar as razões que conduziram a Seleção Brasileira à derrota, o vocabulário empregado pelos cronistas ultrapassa os aspectos técnicos e táticos da partida. Termos como “garra”, “coração”, “alma” e “camisa” indicam que, embora o olhar desses autores se concentre no campo de jogo, dele emergem reflexões mais amplas sobre o próprio ser brasileiro (Antunes, 2004; Guedes, 1998). Para Mário Filho, esses atributos – ausentes, segundo interpretação do caráter nacional naquele momento – manifestavam-se de forma exemplar no comportamento uruguaio.

Nos anos 1960, essa leitura simbólica da derrota de 1950 – centrada na ausência de “garra” como traço moral do brasileiro – continuou a reverberar nas páginas do *Jornal dos Sports* sob a assinatura de outros jornalistas. Entre eles, destaca-se o jornalista e escritor Otávio de Faria, membro da Academia Brasileira de Letras, que igualmente apontava a ausência daquele atributo em 1950. Compreende o escritor que sua geração foi decisivamente marcada pelos insucessos brasileiros nas edições da Copa Roca de 1939 e 1940 e, fatalmente, pela Copa do Mundo de 1950. Para além da constatação da ausência de garra, Otávio de Faria aproxima-se de Nelson Rodrigues em dois aspectos: primeiramente, ao constatar que “Vitórias posteriores sobre uruguaios e argentinos, mesmo aqueles gols de Pelé e Coutinho, no Maracanã, em 1960, não foram suficientes para fazer esquecer certos jogos (...)” (Faria, 1965, p.18). Portanto, se a memória do evento resiste ao esquecimento, a memória converte-se em história, equiparando-se a um acontecimento de grande relevância na história moderna: “Por outro lado, nos minutos finais do lastimável 1 a 2 contra o Uruguai, em 1950, estávamos novamente em pleno *Waterloo*, frustrados e desorientados” (idem, grifo meu).

A raça, a garra, personificada na figura da liderança de Obdulio Varela, promoveu a origem de alguns mitos. Um deles, destacado pelo jornalista Fernando Horácio, foi “o mito do ‘capitão’”, segundo o qual “Obdulio Varela foi cantado e decantado como exemplo de *macheza*, de *valentia* e de *coragem*”, uma vez que não havia enfrentado com raça apenas os adversários em campo, mas todas as duzentas mil pessoas presentes no estádio. Neste sentido, de modo similar à análise de Florenzano (2020), Horácio aponta que, a partir de então, “Os brasileiros se fixaram na ideia de que faltava à sua seleção um líder autêntico, capaz de demonstrações, de *virilidade* e *violência*, se necessário” (Horácio, 1970, p.3, grifos meus).

A idealização construída em torno de Obdulio consolidou-se a partir de um episódio específico envolvendo o jogador uruguaio Júlio Pérez e o lateral-esquerdo brasileiro João Ferreira, conhecido como “Bigode”. Conforme relata o jornalista Marco Aurélio Guimarães, Obdulio, ao temer a entrada violenta de Bigode, o alertou com “tapas amistosos [em seu] pescoço”. Entretanto, os gestos foram amplificados na retórica jornalística: “os tapas de Obdulio foram transformados numa sonora bofetada que muitos juram que viram” (Guimarães, 1968, p.12). Com isso, Bigode passou a ser estigmatizado como jogador covarde, fruto da sua incapacidade em agir em um momento decisivo.

Bigode em entrevista revela que “A história da bofetada nasceu da necessidade que todos sentiram de encontrar culpados e com eles justificar a derrota que ninguém esperava” (Guimarães, 1968, p.12). Tal perspectiva alinha-se com a análise empreendida por Leda Maria da Costa em sua tese de doutoramento, intitulada *A trajetória da queda: as narrativas da derrota e os principais vilões da seleção brasileira em Copas do Mundo* (2008), na qual investiga a tendência das derrotas esportivas de promover a eleição de culpados para o fracasso desportivo. Nesse contexto, a resposta à pergunta “por que perdemos?”, formulada em situações de elevadas expectativas sociais como na IV Copa do Mundo, integra um projeto deliberado de identificação dos responsáveis pela derrota inesperada. Assim, torna-se necessário recorrer as palavras do atacante Ademir Marques de Menezes, artilheiro daquele Mundial com oito gols marcados, que evidencia o caráter mitológico construído em torno da derrota, desmistificando o episódio envolvendo Bigode:

Quem conheceu Bigode sabe bem que Obdulio não bateu em sua face. Mais ainda: nem Obdulio nem ninguém seria capaz de fazer aquilo. As pancadas foram amistosas e só ganharam dimensão diferente depois que o jogo acabou, quando tudo estava perdido. Bigode nunca foi jogador de levar pancada sem devolver, quanto mais ser homem de apanhar na cara. Se o Obdulio tivesse batido de verdade no Bigode, naquele lance, não tenho a menor dúvida: eu hoje teria em casa a faixa de campeão mundial. Bigode teria virado o jogo. O jogo e o Estádio (Neto, 1968, p.12).

O relato de Ademir e o episódio no qual Bigode teria desferido violento pontapé contra Baltazar – centroavante do Corinthians durante a preparação da Seleção Brasileira em Araxá para a Copa do Mundo de 1950 (Florenzano, 2013) – evidenciam a representação da violência como traço constitutivo da identidade futebolística do lateral. Todavia, no contexto brasileiro, as tensões e conflitos raciais não se manifestaram de forma aberta e institucionalizada como nos Estados Unidos, mas através de mecanismos sutis e ambíguos. Essa especificidade vincula-se ao complexo processo de independência que conduziu as elites brasileiras a elaborarem ideologias próprias para administrar as diferenças internas da sociedade. Nesse contexto

emerge, conforme argumenta DaMatta (2010), a “fábula das três raças” e o “racismo à brasileira”, estrutura responsável por combinar elementos contraditórios e impedir transformações profundas. Tratando-se de preconceito de marca – não de origem, como nos Estados Unidos – típico de sociedade hierárquica desprovida de valores igualitários, torna-se metodologicamente imperativo examinar minuciosamente os meandros, nuances e entrelinhas dos discursos avaliativos da imprensa esportiva sobre Bigode, reiteradamente identificado como principal responsável pela derrota brasileira. Tal necessidade decorre do fato de que o racismo brasileiro opera de modo implícito, fazendo com que a atribuição de “covardia” ao atleta deva ser interpretada como manifestação de discurso racializado.

Florenzano (2013) demonstra de forma sistemática que a atribuição de covardia a Bigode não constitui um episódio isolado na história do futebol brasileiro, mas configura-se como discurso padrão recorrente, que se faz presente de forma consistente em diferentes derrotas da seleção brasileira em Copas do Mundo. O autor sumariza os casos emblemáticos que evidenciam esta regularidade discriminatória: na derrota sofrida pelo Brasil na Copa de 1938, disputada na França, o alvo foi Leônidas da Silva, um dos maiores ídolos nacionais da época; em 1954, na Suíça, a acusação recaiu sobre Didi, meio-campista da equipe; em 1974, na Alemanha, a derrota para a Holanda fez emergir o estigma de “pipoqueiro” atribuído a Paulo César; e, quatro anos mais tarde, durante a Copa de 1978 na Argentina, o mesmo epíteto discriminatório seria novamente empregado para desqualificar Jorge Mendonça. Em todos esses casos, observa Florenzano, a responsabilização moral pela derrota – expressa nas categorias “covarde” ou “pipoqueiro” – recaiu invariavelmente sobre jogadores negros.

Tais considerações nos conduzem a refletir sobre os trabalhos de memória divergentes e concorrentes nos quais Mário Filho e Nelson Rodrigues se afirmam como protagonistas centrais. A análise de suas produções cronísticas evidencia que, enquanto o primeiro se orienta para um movimento de esquecimento redentor, impulsionado pelas transformações e conquistas futebolísticas do presente, o segundo empreende um esforço persistente de lembrança da derrota, comprometido em preservar a dimensão trágica da derrota de 1950, a despeito das conquistas posteriores do selecionado nacional. Os personagens que ambos elegem – Obdulio Varela, o capitão uruguaio heroicizado, e Didi, o meio-campista consagrado em 1958 –, bem como o vocabulário que mobilizam – composto por categorias morais e valorativas como “garra”, “camisa”, “alma”, “máscara”, “coragem”, etc. –, indicam que não se trata apenas de uma oposição entre lembrança e esquecimento. Mais profundamente, esta divergência memorialística revela que ambos os autores mobilizam abordagens distintas sobre as tensões raciais que incidem no universo futebolístico. Resta-nos, portanto, compreender por que, para

Mário Filho, o esquecimento da derrota se impunha como estratégia de regenerar simbolicamente a nação, enquanto para Nelson Rodrigues, a lembrança se constituía como um imperativo existencial.

Para compreender o tipo específico de esquecimento mobilizado por Mário Filho em relação à derrota de 1950, é pertinente recorrer à noção de *esquecimento de reserva ou de recurso* proposta pelo filósofo francês Paul Ricoeur (2007). Trata-se, segundo o autor, de uma modalidade da memória em que a lembrança não é suprimida ou destruída, mas deliberadamente colocada em estado de latência, configurando uma reserva simbolicamente passível de reativação. Nesse sentido, ao propor o esquecimento da derrota de 1950 em suas crônicas, Mário Filho não buscava o apagamento definitivo daquela memória traumática – já que a própria necessidade recorrente de invocar a lembrança da derrota para defender seu esquecimento constitui uma demonstração de que ela permanecia viva e ativa –, mas sim reinscrevê-la em um novo regime de sentido e de significado histórico. Esse processo de esquecimento ativo visava, ademais, neutralizar a persistência dos estigmas racistas que, apesar da crença de Mário Filho da superação desta prática discriminatória, ainda se encontravam profundamente enraizados nas heranças do pensamento eugênico e determinista do final do século XIX e início do XX (Schwarcz, 1993). Assim, “esquecer 1950” significava, para o cronista, não apenas reafirmar a confiança nas conquistas futebolísticas do presente, mas também projetar a superação de um passado marcado pelas práticas e discursos racistas.

A seu turno, a posição oposta adotada por Nelson Rodrigues, ao insistir na lembrança contínua da derrota de 1950, associa-se a um esforço deliberado de expor as fragilidades constitutivas do caráter nacional brasileiro, resistindo ao otimismo conciliador da superação através das vitórias. Como afirma o cronista, “a ignomínia de 50 está encravada em nossa alma, para sempre” (Rodrigues, 1962, p.10). Ainda que reconheça, em outras crônicas, um possível valor pedagógico da derrota – “o nosso desespero de 50 viria potencializar o escrete para 58 e para 62” (Rodrigues, 1965, p.4) –, Nelson recusa qualquer tentativa de apagamento simbólico da derrota. Ao compará-lo à tragédia de Inês de Castro (1325-1355), observa: “a derrota foi chorada, velada e florada como se fora uma Inês de Castro” (idem). A metáfora é reveladora: assim como o rei Dom Pedro I de Portugal (1320-1367) coroou sua amada morta, elevando à condição de rainha após a morte, também a derrota de 1950 é, para Nelson, glorificada postumamente²⁰. Desse modo, a lembrança não é uma ferida a ser cicatrizada, mas um luto

²⁰ A história é encontrada na obra *Os Lusíadas*, do escritor português Luís de Camões (2000).

perpetuado, em que o sofrimento deixa de ser uma condição a ser superado e torna-se elemento constitutivo da própria identidade nacional.

Neste sentido, como aponta Fátima Antunes (2004, p.216), Nelson Rodrigues compreende o evento de 1950 como um verdadeiro “mito de origem” da sociedade brasileira – uma catástrofe singularmente nacional que teria a função de expor a “instabilidade emocional do jogador brasileiro” e, por extensão, a constituição do caráter deficitário do próprio povo. Tal fragilidade, segundo sua interpretação, decorria da ausência de autoconhecimento coletivo, isto é, da incapacidade do brasileiro de reconhecer suas reais possibilidades e chances de sucesso. Acrescenta Antunes que “Para ele, se o Brasil tinha o melhor futebol do mundo, só seria preciso que os próprios brasileiros se convencessem disso” (idem).

Assim, na medida em que a derrota de 1950 permanece viva e operante na memória coletiva, ela se converte em um elemento relevante para compreensão do futebol e da cultura brasileira. Esta postura aproxima-se das considerações teóricas de François Dosse (2012) acerca do complexo exercício de revisitar o passado no presente. Segundo o historiador, as temporalidades históricas não se esgotam dentro de fronteiras cronológicas estanques, pois o tempo histórico é constantemente atravessado pelo que denomina de “contemporâneo não contemporâneo”. Tal conceito ilumina o modo como experiências passadas reverberam no tempo: apesar da distância temporal, eventos continuam orientando ações e interpretações da realidade.

Nesse sentido, quando Nelson Rodrigues rememora e reinterpreta a derrota brasileira para o Uruguai, não realiza meramente uma operação mecânica de recuperação factual, mas empreende um esforço para estabelecer o caráter contínuo da derrota. Este processo mnemônico, conjugado com as equiparações históricas que o cronista realiza entre acontecimentos da história brasileira e mundial, expressa sua proposta de historicização da memória coletiva. Tal postura alinha-se com a perspectiva historiográfica de Pierre Nora (1993, p. 9, grifo meu), para quem “A história só se liga às *continuidades temporais*, às evoluções e às relações das coisas”. Portanto, ao contrário de Mário Filho e a despeito das glórias alcançadas pela Seleção Brasileira, o passado, segundo Nelson Rodrigues, permanece atuando sobre o presente e projeta-se no futuro através da memória da derrota.

2. ENTRE O SILÊNCIO, O ESQUECIMENTO E A VINGANÇA: A MEMÓRIA DOS PROTAGONISTAS DA DERROTA

Após examinar, no capítulo anterior, a construção social e discursiva da memória coletiva da derrota de 1950 a partir das interpretações divergentes de cronistas esportivos, volta-se agora aos protagonistas diretos daquele episódio. O objetivo é compreender como os próprios jogadores da Seleção Brasileira elaboraram e reelaboraram a memória da derrota. Para isso, serão analisadas entrevistas e matérias publicadas no *Jornal dos Sports*, nas quais esses atletas ocupam o centro da narrativa, bem como depoimentos posteriormente concedidos ao jornalista Geneton Moraes Neto, reunidos em *Dossiê 50* (2013). Verifica-se que os protagonistas da derrota se posicionam ao longo de dois eixos interpretativos: de um lado, a defesa do silêncio ou do esquecimento; de outro, a repositivação do episódio, encontrando nos confrontos subsequentes vitórias brasileiras sobre o Uruguai que operasse como forma de vingança simbólica.

Pierre Nora (1993) demonstra que a proliferação contemporânea de arquivos, museus e comemorações responde ao declínio das memórias espontâneas e orgânicas. Diante da impossibilidade de acesso às memórias vividas, observa-se, a partir da segunda metade do século XX, um movimento de construção artificial da memória, fenômeno que possibilita o surgimento dos “lugares de memória”. Sob essa perspectiva, a iniciativa do *Jornal dos Sports*, em julho de 1968 – dezoito anos após a derrota de 1950 –, pode ser compreendida como uma forma de “comemoração do passado”. Ao promover uma série de entrevistas retrospectivas intitulada “A tragédia nacional de 16 de julho de 1950”, o periódico visava reatualizar o trauma como parte integrante da identidade brasileira, tendo em vista os protagonistas diretos da derrota. Sendo assim, foram reunidos depoimentos do goleiro Barbosa, o lateral-esquerdo Bigode, o atacante Ademir, o meio-campista Jair da Rosa Pinto, o técnico Flávio Costa e o médico da delegação Amílcar Gifoni.

Um segundo marco relevante ocorre por ocasião de seu vigésimo aniversário, momento em que a seleção brasileira disputa a Copa do Mundo de 1970, no México. Esse contexto assume centralidade porque, pela primeira vez desde o a derrota de 1950, o Brasil enfrentaria o Uruguai em uma Copa do Mundo, agora em partida válida pela semifinal do torneio. A vitória brasileira por 3 a 1 foi amplamente celebrada, e os paralelos com 1950 foram imediatamente acionados pela imprensa, explorando a memória dos jogadores de 1950 e 1970. Trata-se de um momento de intensa elaboração e reelaboração memorial, na qual as impressões dos protagonistas da derrota são exploradas acerca das possibilidades de vingança, reparação, esquecimento e superação. Neste sentido, examinaremos como esses mesmos jogadores

retomaram a temática da derrota vinte anos depois, em um contexto marcado pela euforia nacional em torno do desempenho da seleção brasileira em 1970.

Um terceiro marco significativo ocorre quando se completam cinquenta anos do episódio, no ano 2000, momento em que chega ao mercado literário a obra *Dossiê 50*, do jornalista Geneton Moraes Neto. Entre 1986 e 1987, o autor realizou um extenso trabalho de investigação, entrevistando todos os jogadores que participaram da partida decisiva contra o Uruguai (Hollanda, 2014). No contexto de publicação do livro, meio século após a decisão de 1950, as entrevistas não se esgotam apenas como relatos explicativos das causas da derrota, mas constituem também um corpus privilegiado para observar como esses protagonistas reelaboram suas memórias com o passar do tempo. Propomos, assim, tomar *Dossiê 50* como ponto de observação para analisar de que modo, cinquenta anos depois, os jogadores evocam vitórias posteriores como estratégias para atenuar, relativizar ou apagar os dramas vividos naquela derrota originária, revelando as potências e ambivalências de repositivar a derrota no âmbito da memória individual e coletiva.

É fundamental observar que o conjunto dessas entrevistas tinha como objetivo explorar, dentre outras questões, a questão da culpabilização pela derrota. Os títulos de duas dessas entrevistas revelam explicitamente essa intenção editorial. Na entrevista com Barbosa, o título é categórico: “Barbosa, 18 anos depois – Fui eu o culpado do gol” (Quadros, 1968, p. 12). De forma similar, a entrevista com Bigode explicita a dimensão da culpa, mas com um deslocamento significativo: “Bigode – O culpado foi Juvenal” (Guimarães, 1968, p. 12).

Segundo Leda Maria da Costa (2008, p.12), foi justamente a derrota de 1950 que “consolidou no futebol um tipo de fama às avessas, uma notoriedade indesejada”, característica dos vilões. Estes, por definição, são estigmatizados por uma série de defeitos, independentemente de suas potencialidades e conquistas anteriores. O depoimento de Barbosa exemplifica uma postura de complacência em relação à vilania ao assumir integralmente a responsabilidade pelo gol decisivo: “Se houve culpa de alguém naquele gol, ela é toda minha, infelizmente”. Na sequência, resigna-se diante da série de críticas que foi alvo ao longo do tempo: “Cada um julga de uma maneira e eu inclusive admito algum erro de minha parte. Pode ter havido esse erro como pretendem” (Quadros, 1968, p. 12).

Por outro lado, em contraste com outros jogadores – entre eles o próprio Barbosa, que aceita a responsabilidade pela derrota –, Bigode adota uma postura defensiva mais enérgica e combativa diante dos processos de culpabilização que o transformaram em bode expiatório. O ex-lateral recusa-se a assumir qualquer responsabilidade pelo fracasso e transfere a culpa ao zagueiro Juvenal Amarijo, seu companheiro na defesa da seleção brasileira. Em suas

declarações, Bigode formula críticas de natureza técnica – “Quando a bola foi lançada nas minhas costas, ele tinha a obrigação de sair na minha cobertura” – e moral, acusando Juvenal de adotar um estilo de jogo excessivamente individualista e carente de espírito coletivo. Essa acusação é acompanhada de uma reafirmação de sua própria conduta em campo, expressa na seguinte justificativa: “Se eu jogasse como o Juvenal, talvez o Ghiggia não tivesse marcado aquele gol, pois eu estaria colado a ele, não teria participado no início da jogada” (Guimarães, 1968, p.12). Para Bigode, a prova definitiva da responsabilidade de Juvenal residiria no fato de que o próprio zagueiro, ao término da partida, teria sido o primeiro a atribuir-lhe a culpa pelo gol decisivo.

Além da já mencionada vilania atribuída aos jogadores negros, a troca de acusações entre Bigode e Juvenal, somada à autorresponsabilização de Barbosa, revela como o peso da derrota recaiu sobretudo sobre os integrantes do sistema defensivo. De acordo com Costa (2008, p. 102), há uma predisposição cultural que torna zagueiros, goleiros, técnicos e jogadores de “marcação” alvos preferenciais da vilanização. Ao contrário do craque – cuja habilidade visível se associa à imagem identitária do futebol-arte –, esses jogadores têm suas qualidades relativizadas e seus defeitos ampliados, quando não inventados. Tal percepção decorre da compreensão de suas funções em campo como um trabalho essencialmente físico, “operário”, que exigiria mais força do que inteligência (idem, p. 105). Consequentemente, se a realização desse trabalho demanda prioritariamente força física, considera-se que o talento inato – fruto da concepção de futebol-arte – não se manifesta nesses jogadores.

A associação entre derrota e trauma emerge com clareza nos testemunhos dos próprios protagonistas. Barbosa afirma que o gol uruguaio “traumatizou todo o País” (Quadros, 1968, p. 12), provocando frustração coletiva; Bigode, ao dimensionar a magnitude da tragédia vivenciada, equipara aquele momento apenas à morte de seus pais; Flávio Costa, treinador da seleção na Copa do Mundo de 1950, oferece uma interpretação psicológica direta: “Eu atribuo aquela derrota a um trauma psíquico” (Brasil, 1968, p.12). Embora a referência dos protagonistas remeta ao trauma psíquico de matriz freudiana, suas manifestações em contextos culturais assumem características particulares que transcendem a perspectiva psicopatológica individual. Conforme propõe Neil Smelser (2004), o trauma cultural distingue-se do trauma psíquico por constituir-se como uma experiência compartilhada e legitimada coletivamente – uma ferida simbólica que marca a memória de um grupo e resiste às tentativas de esquecimento. Além do mais, aponta Eyerman (2019, p.61) que o trauma cultural não apenas interpreta o passado, mas também participa das disputas sobre como ele será lembrado, revelando que a memória coletiva é sempre campo de conflito e reconstrução.

2.1. SILÊNCIO E ESQUECIMENTO

As tentativas de silenciar ou suprimir o passado mostram-se, muitas vezes, insuficientes diante da persistência do trauma – afinal, como lembra Ricoeur (2007, p.453), uma das lições fundamentais da psicanálise é a “crença na indestrutibilidade do passado vivenciado”. Nesse sentido, os registros memorialísticos dos protagonistas da derrota encontrados no *Jornal dos Sports*, revelam não apenas as dores e os dilemas resultantes de um episódio doloroso, mas também as estratégias de enfrentamento desenvolvidas elaboradas por esses sujeitos. Destacam-se nas memórias dos jogadores uma fronteira tênue entre a lembrança e a elaboração do luto, operando simultaneamente como testemunho legitimado devido aos seus respectivos papéis de destaque na derrota, como também uma maneira de reorganização psíquica em relação a esta memória coletiva.

De acordo com a perspectiva halbwachiana, quando os grupos sociais perdem sua força ou deixam de existir, o *esquecimento* surge como consequência natural do desaparecimento desses coletivos. Um primeiro distanciamento de Pollak (1989; 2010) em relação à sociologia da memória de Halbwachs reside na compreensão de que o esquecimento não denota ausência de memória – ou ausência de grupos sociais, conforme a terminologia de Halbwachs (2006) –, mas constitui uma tentativa deliberada de retorno à normalidade. Essa distinção conceitual encontra fundamento no universo empírico analisado pelo sociólogo: os relatos autobiográficos de mulheres sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau (Pollak, 1989, p.13). Ao voltar-se para os grupos marginalizados, Pollak evidencia a existência de *memórias subterrâneas*, capazes de revelar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (idem, p.5). Dessa forma, tanto o silêncio quanto o esquecimento podem configurar-se como operações ativas orientadas para o retorno a uma vida normal, ou para “um trabalho de gestão de memória segundo as possibilidades de comunicação” (idem, p.14). Cabe ressaltar que a mobilização das categorias e conceitos desenvolvidos por Michael Pollak não visa estabelecer uma equivalência entre os respectivos contextos históricos e sociais – aquele desenvolvido pelo autor e o mobilizado nesta análise –, mas opera como ferramenta analítica destinada a iluminar as formas pelas quais os jogadores presentes na derrota de 1950 conviveram com o peso de um revés que carregaram por décadas.

Em matéria assinada pelo jornalista Ernesto Senna, datada de 06 de agosto de 1963, sob o título “Chico, Vascaíno Eterno, Tem Um Remorso: 1950”, o ponta-esquerda do time de 1950 destaca as diferenças que considera significativas entre o futebol daquele momento em comparação ao que praticara. O jogador destaca, por exemplo, que, apesar de Pelé e Garrincha

serem considerados grandes atletas, acredita não haver diferença técnica substancial da dupla em relação aos seus contemporâneos, os quais enumera: Zizinho, Jair, Danilo, Vevé e o argentino Félix Loustau. Contudo, conforme o próprio título da matéria demonstra, a derrota expressa uma emoção negativa que, ao se localizar no âmbito do trauma cultural, tende a buscar uma tentativa de reparação deste sentimento (Eyerman, 2012). Nesse sentido, as palavras do próprio jogador são representativas. De acordo com Ernesto Senna, ao abordar a partida final, Chico logo assume o dever de “esquecer o que passou” (Senna, 1963, p.10).

A defesa pelo esquecimento da derrota constitui uma estratégia memorial que estabelece uma relação direta com o silêncio. Para Francisco Aramburu (Chico), revela-se mais significativo comparar o futebol do passado e do presente do que elaborar o trauma através dos canais de comunicação disponíveis. Em contrapartida, outro jogador presente naquele 16 de julho, o meio-campista Jair da Rosa Pinto, adotou o silêncio como “trabalho de gestão da memória” (Pollak, 1989, p.14). Conforme destaca o jornalista Flávio Falcão, encarregado de obter declarações do atleta sobre a partida contra o Uruguai, “Jair da Rosa Pinto é o único de todos os jogadores brasileiros que *não admite* entrevistas ou conversas sobre a Copa do Mundo de 1950” (Falcão, 1968, p.14, grifo meu). Sua postura de condenação da memória da derrota vai além, ao reprovar quando os jogadores se referem àquele jogo publicamente: “Acho uma besteira, e besteira bem grande, voltar ao assunto” (idem). Acrescenta ainda Flávio Falcão que segundo o jogador a Copa do Mundo de 1950 foi sepultada “quando o inglês George Readers encerrou a partida e Tejera deu a volta olímpica pelo Estádio, exibindo a taça Jules Rimet” (idem).

A defesa pelo esquecimento manifesta-se igualmente dois anos mais tarde na posição adotada pelo atacante Tomás Soares da Silva, popularmente conhecido por Zizinho. Durante a Copa do Mundo de 1970, realizada no México, o ex-jogador foi convidado pelo *Jornal dos Sports* na condição de analista. No dia 17 de junho, data em que o Brasil enfrentou o Uruguai pela semifinal e conseguiu sair vitorioso pelo placar de 3 a 1, interessava ao periódico não apenas a análise e projeção da partida, mas também recuperar as lembranças do atacante brasileiro sobre 1950. Assim, sob o título “Zizinho: se viver cem anos sei que não esquecerei o desastre”, publicado na página 12 daquela edição, deparamo-nos com os limites dessas estratégias de enfrentamento do trauma.

O atacante recorda que, historicamente, o Brasil possui um desempenho superior ao do Uruguai, mas, sobretudo, Zizinho – assim como seus companheiros – solicita “aos torcedores que *esqueçam* o dia 16 de julho no então Maracanã” (Jornal dos Sports, 1970e, p. 12, grifo meu). Contudo, conforme o título da matéria memorialística indica, o ex-atacante ressalta que

jamais poderá esquecer aquela derrota, uma vez que “sempre aparece alguém para indagar, apesar dos 20 anos passados, como perdemos o jogo”. Zizinho lamenta ainda que “Assim, creio, será por toda a vida aos que jogaram naquela tarde” (idem). Assim, apesar de o silêncio e o esquecimento serem estratégias adotadas pelos jogadores na tentativa de mitigar o impacto do trauma, as palavras de Zizinho evidenciam os limites dessa resistência.

2.2. BUSCANDO A REPOSITIVAÇÃO DO EVENTO

Esquecer ou aderir ao silêncio em relação a derrota sofrida para o Uruguai em 1950 significava, para aqueles jogadores, a necessidade de ancorar-se em outros episódios da história futebolística em que o Brasil triunfara sobre o Uruguai. Esses episódios funcionavam como tentativas deliberadas de apagar, neutralizar ou ao menos atenuar, na memória individual e coletiva, o impacto daquela derrota fundadora, oferecendo momentos vitoriosos capazes de rivalizar com o trauma original. A lógica desse gesto residia na estratégia de instaurar como marco referencial das relações entre as duas seleções não mais a suposta humilhação de 1950, mas uma vitória posterior que pudesse inverter, no plano da memória, as posições entre vencedores e vencidos. A esse processo, chamaremos de “repositivação” da derrota.

Cabe, aqui, explicitar com maior rigor o sentido do termo empregado. Entre cronistas e jogadores, é recorrente a interpretação da derrota de 1950 como um mal de origem, um acontecimento que possui um importante elemento pedagógico: os erros cometidos teriam sido externalizados, identificados e, para a conquista das Copas subsequentes, bastaria evitar a repetição dos mesmos equívocos. Nelson Rodrigues, por exemplo, sustentava que em 1950 faltara “alma”, e que essa carência constituía a “grande e imortal lição da tarde fatídica” (Rodrigues, 1962, p.10). Já Vicente Feola²¹, auxiliar técnico de Flávio Costa, atribui à derrota um valor igualmente positivo, qualificando-a como um benefício: teria sido, segundo ele, o impulso para a adoção de “novos métodos e a utilização de uma nova escola no trabalho da organização administrativa, esboçada em 1954 e aplicada com pleno sucesso em 1958 e 1962” (Castelo, 1966, p.12). Observa-se, em ambos os casos, a positivação da derrota por meio de sua conversão em experiência pedagógica. Assim, a derrota é interpretada como uma etapa necessária do aperfeiçoamento técnico, psicológico e organizacional que resultaria nas conquistas mundiais posteriores.

²¹ Vicente Ítalo Feola (1909-1975) conduziu a seleção brasileira à conquista do primeiro título mundial na Copa de 1958. Retornando ao comando técnico em 1964, o treinador liderou novamente a equipe nacional no Mundial de 1966.

Não é objetivo desta seção examinar em que medida a derrota de 1950 produziu efeitos continuados sobre as campanhas brasileiras nas Copas do Mundo seguintes. Interessa-nos, antes, iluminar o modo como os protagonistas da derrota passaram a eleger episódios específicos que funcionaram como contrapontos simbólicos ao acontecimento traumático. Nesse sentido, o termo “repositivação” mostra-se particularmente adequado para designar tal movimento memorialístico. Considerando que uma das dimensões semânticas do prefixo re- indica retorno, trata-se não da criação de sentidos positivos destinados a esquecer a marca da derrota, mas da busca de vitórias posteriores contra o Uruguai capazes de corrigir o significado negativo cristalizado na memória coletiva. Em outras palavras, o ato de “repositivar” a derrota consiste na tentativa de reinscrever o passado não sob o signo da derrota, mas sim através de vitória(s) subsequente(s) que compensaria o desfecho negativo de 1950. Portanto, o que está em jogo é um discurso enunciado em termos de vingança.

2.2.1. “A VITÓRIA QUE O VASCO PRECISAVA E O BRASIL TAMBEM”

O primeiro destes episódios reparadores mobilizados pelos jogadores remonta ao ano imediatamente posterior à derrota. Em abril de 1951, a representação brasileira não se deu por meio das cores tradicionais da seleção – o azul e branco utilizados na Copa do Mundo de 1950 –, mas pelo uniforme alvinegro do Clube de Regatas Vasco da Gama, projetado como representante nacional em confronto contra Club Atlético Peñarol do Uruguai. A leitura do confronto como um embate de caráter nacional assentava-se em um dado decisivo: os elencos das duas equipes reuniam jogadores que haviam se enfrentado diretamente na partida final da Copa do Mundo no Maracanã. Ademais, o cenário carregava um peso adicional. Diferentemente do que ocorrera no Mundial, a partida seria disputada no Estádio Centenário, em Montevideu. Esses elementos combinados alimentavam uma expectativa clara: que o Vasco, depositário da honra nacional, vingasse o Peñarol – e, por extensão, o Uruguai – em pleno território adversário.

A vitória expressiva do Vasco da Gama por 3 a 0 sobre o Peñarol foi amplamente celebrada pela imprensa esportiva. Na crônica publicada por Mário Filho no dia seguinte à partida, o título escolhido já anunciava o sentido atribuído ao resultado: “A Vitoria Que O Vasco Precisava E O Brasil Tambem”. Logo no parágrafo inaugural, o cronista explicita a operação mnemônica que orientava sua leitura do evento, ao afirmar: “Com a vitória do Vasco não houve quem não se lembrasse da derrota do Brasil” (Filho, 1951, p.5).

A lembrança imediata do passado recente revela a lógica sob a qual a vitória era interpretada: tratava-se de um triunfo cuja compreensão se dava na relação oposta e

contraditória com a derrota de 1950. Lembrar o revés recente era, portanto, condição para reconhecer o caráter reparador – e mesmo vingativo – daquele confronto, que não podia ser desligado do encadeamento histórico que lhe conferia sentido. Ao menos momentaneamente, tal como aponta a leitura dominante da imprensa expressa por Mário Filho, o Brasil encontrava-se vingado da humilhação sofrida no Maracanã. Essa interpretação também passou a ser incorporada pelos próprios protagonistas da derrota.

Esse confronto não foi compreendido como revanche da partida anterior apenas a nível coletivo, mas também a nível individual. O atacante Ademir relata um episódio envolvendo o goleiro Barbosa que o próprio guardião teria deliberadamente procurado esconder. Com a partida já definida a favor do Vasco da Gama, Barbosa defendeu um chute de Óscar Míguez. Imediatamente, Alcides Ghiggia – autor do gol que, no Maracanã, selara a derrota de 1950 – aproximou-se rapidamente do goleiro. Assim que Ghiggia se afastou, Barbosa, em um gesto que combinava provocação, desafio e um desejo íntimo de reparação, gritou seu nome em voz alta, deixando a bola livre para o uruguaio arrematar. Tomado de surpresa, ele respondeu ao chamado desferindo um chute potente em direção ao gol brasileiro. Barbosa, desta vez, defendeu com segurança e aparente serenidade, demonstrando que a suposta falha ao qual lhe atribuíram não se repetiria, estava isolada na história. Naquele instante, o goleiro personificava a busca individual por redenção. Sua fala, dirigida a Ghiggia após a defesa, condensava essa operação: “Aquela sorte você só deu uma vez, meu caro. Agora vale a verdade” (Neto, 1968, p.12).

Destacam-se, na frase proferida por Barbosa, dois termos fundamentais para a operação de ressignificação da derrota: “sorte” e “verdade”. Ao atribuir o sucesso de Ghiggia um ano antes como produto da sorte, isto é, como um elemento aleatório que escapa do mérito técnico do jogador uruguaio, o goleiro reinscreve o episódio dentro de uma matriz interpretativa amplamente compartilhada entre jogadores e comentaristas da época. Segundo essa leitura, o Uruguai não possuía qualidades futebolísticas suficientes para superar o Brasil. Logo, a vitória celeste teria sido uma anomalia, um desvio estatístico que não exprimia a real hierarquia técnica entre as equipes.

A segunda palavra mobilizada por Barbosa – a “verdade” – complementa essa lógica. Na partida entre Vasco e Peñarol, a defesa firme e serena do goleiro brasileiro não seria apenas um lance comum, mas a revelação de uma espécie de verdade ocultada em 1950: a constatação de que, colocadas novamente à prova, as capacidades técnicas brasileiras prevaleceriam de forma definitivas. A “verdade” evocada por Barbosa funciona, assim, como um dispositivo de correção histórica, ao qual o resultado de 1950 ocorreu por fatores circunstanciais, inverídicos

quando colocado a prova das verdadeiras capacidades técnicas das equipes. Assim, a derrota no Maracanã perde densidade ontológica e passa a ser percebida como um episódio contingente, um acidente estatístico que não deveria ocupar centralidade na memória coletiva nacional²².

Nas entrevistas concedidas décadas mais tarde ao jornalista Geneton Moraes Neto, reunidas na obra *Dossiê 50*, Barbosa enfatiza que a vitória de 1951 constituiu-se como “primeira e única vingança”, afirmando que, naquela partida, teria finalmente “lavado a alma”. Utilizando vocabulário semelhante de purificação, o capitão da seleção no Mundial de 1950, Augusto, descreve ter experimentado um alívio momentâneo diante do resultado expressivo obtido pela equipe brasileira. Assim como Barbosa, Augusto reconhece a potência simbólica da vitória. Contudo, ao recorrer ao diminutivo – sentiu-se “um pouco” aliviado – o ex-jogador evidencia os limites dessa reparação. Seu testemunho explicita que a tentativa de repositivar a derrota por meio de vitórias subsequentes encontrava uma barreira significativa: por mais relevante que tenha sido a conquista de 1951, ela não foi capaz de suplantar inteiramente a marca afetiva deixada pela derrota original. A mágoa, como admite o próprio ex-jogador, persistia como sentimento duradouro, oferecendo resistência as tentativas de repositivar a derrota (Moraes Neto, 2013, p.37-45).

Imaginar ou desejar um desfecho positivo mediante a dura realidade imposta pela derrota é, de acordo com o ex-atacante Friaça, autor do único gol brasileiro marcado contra o Uruguai, uma atitude inócua e improdutiva, incapaz de produzir qualquer efeito concreto. Para além de sonhar passivamente com um resultado diferente, o presente poderia oferecer condições para “ir à forra”. Logo após o término da partida de 1950, Friaça recorreu à intervenção divina, pedindo que as duas equipes voltassem a se enfrentar. Seu pedido só seria atendido um ano mais tarde, quando teve a oportunidade de reencontrar os uruguaios jogando pelo Vasco da Gama contra o Peñarol.

Assim sendo, Friaça elabora aquela partida de 1951 como um marco biográfico importante de sua trajetória e profissional, qualificando-o como a “maior vingança” que vivenciou ao longo de toda a sua “carreira esportiva”. Ainda que a satisfação evocada por Friaça se manifeste em um plano eminentemente subjetivo, ele logo complementa sua narrativa destacando elementos objetivos que, a seu ver, conferem grandeza a esse episódio: “Ganhamos do Peñarol – que tinha 11 jogadores da Seleção – dentro do Estádio Centenário” (Moraes Neto,

²² A recorrência da palavra “acidente” nas explicações sobre a derrota revela um padrão interpretativo compartilhado pelo cronista Otávio de Faria e pelos jogadores Ademir, Danilo e Bigode e o treinador Flávio Costa. Essa compreensão encontra sua expressão nas palavras de Danilo Alvim, proferidas em 1974: “A prova das 10 partidas teria sido formidável para demonstrar que a nossa derrota foi um capricho da natureza” (Romualdo da Silva, 1974, p.12).

2013, p. 99–103). A construção dessa revanche articula-se, portanto, em torno de três elementos centrais: a composição da equipe do Peñarol, praticamente idêntica à da seleção uruguaia que decidira a Copa de 1950; a inversão do local da disputa, agora em território adversário; e a relevância simbólica do Estádio Centenário, palco da conquista uruguaia no Mundial de 1930.

2.2.2. “16 DE JULHO EM 16 DE ABRIL DE 52... REVANCHE!”

Em 16 de abril de 1952, Brasil e Uruguai se enfrentaram pela primeira vez desde a decisão de 1950. O caráter inédito desse reencontro, quase dois anos após a partida decisiva de 1950, levava Mário Filho a afirmar que seria justamente neste jogo que poderia se encontrar a verdadeira revanche de 1950 (Filho, 2010). A associação entre passado e presente também era igualmente explicitada na primeira página do *Jornal dos Sports*, anunciando o duelo com a seguinte manchete “16 de julho em 16 de abril de 52... Revanche!” (Jornal dos Sports, 1952, p.1). O reencontro entre as duas seleções ocorreria no contexto da primeira edição do Campeonato Pan-Americano de 1952, torneio organizado pela Confederação Pan-Americana de Futebol (CPF) e realizado no Chile. Participavam da competição as seleções representativas da América do Norte, Central e do Sul, qualificadas conforme seus desempenhos esportivos nas respectivas confederações regionais. Assim, o Uruguai foi qualificado para a disputa na condição de representante direto da FIFA, posição derivada de seu status como campeão mundial em 1950. Por sua vez, o Brasil disputava o torneio como representante da CONMEBOL e detentor do título do Campeonato Sul-Americano de 1949.

A direção da CBD almejava, através desse campeonato, superar os estigmas emergentes da derrota de dois anos antes. Tal objetivo demandava ampla renovação no selecionado. A transformação iniciava-se pelo comando técnico: a saída de Flávio Costa deu lugar a Alfredo Moreira Júnior, popularmente conhecido como Zezé Moreira, que até então dirigia o Fluminense. O treinador comandou a renovação do elenco para a disputa do campeonato, convocando um conjunto de talentos em destaque nos clubes cariocas e paulistas (Sarmiento, 2013).

As regras do torneio previam o enfrentamento de todas as seleções entre si, consagrando-se campeã aquela que acumulasse o maior número de pontos. A campanha do Brasil ao longo do campeonato foi caracterizada por um excelente rendimento, tendo a seleção brasileira vencido quatro partidas e empatado apenas uma única vez, contra o Peru. No confronto com o Uruguai, o Brasil alcançou uma vitória expressiva por 4 a 2, resultado que consta como a reparação pela derrota de 1950, presente tanto na cobertura esportiva da época, quanto na memória dos protagonistas.

O placar elástico fez com que a vitória fosse qualificada por adjetivações expressivas, mobilizando termos como “goleada” e “baile”, que ressaltavam o refino técnico do jogo brasileiro. No entanto, o significado atribuído a esse triunfo não se restringiu à exibição de uma técnica apurada. A leitura do resultado e da atuação da seleção ativou, de forma consciente, a um esforço em apagar as rugas deixadas pela derrota para o Uruguai em 1950. Nesse sentido, a vitória foi celebrada também no plano do confronto físico entre as equipes, dimensão enfatizada por Mário Filho: “E o Brasil ganhou em tudo: no futebol, no pontapé, no safanão, no bofete”. Nesse confronto, a atuação de Ely do Amparo, meio-campista presente na seleção de 1950, é destacada como elemento capaz por redefinir a importância do jogador negro no futebol brasileiro, especialmente diante do estigma racial que, desde a derrota de dois anos antes, recaiu sobre Barbosa e Bigode, convertidos em bodes expiatórios. A representação combativa de Ely do Amparo, marcada pelo excesso nos embates físicos, visava precisamente reverter esse estigma. Sua disposição ao confronto e ao exagero nos embates visava sepultar e encerrar as perseguições de cunho racista em relação ao jogador negro. Assim, conforme destaca Mário Filho, tratava-se de “acabar com aquela história de que o preto é que tinha deitado tudo a perder em 16 de julho de 50” (Filho, 2010, p.302).

À semelhança de Ely do Amparo, que emulava o comportamento uruguaio nesse novo confronto como forma de vingar a derrota de 1950, a permanência em campo ao longo de toda a partida assumia um sentido particular para outro jogador. Com a vitória já assegurada, o técnico Zezé Moreira pretendia promover alterações na equipe, entre elas a substituição do atacante Ademir. Este, contudo, resistiu à mudança. Ainda que a vitória estivesse assegurada e construída sem maiores dificuldades, Ademir insistiu em permanecer em campo com o objetivo de, segundo suas próprias palavras, “mostrar que os uruguaios não eram nada de misticismo”, confrontando diretamente a suposta aura de superioridade que cercava o adversário. De acordo com o atacante, as vitórias de 1951 e 1952 exerceram sobre ele um impacto psicológico decisivo, capaz de restaurar a própria autoestima: “sem dúvida, me transformaram em um homem novo” (Neto, 1968, p.12).

2.2.3. “ORDEM É VINGAR 50 E IR PARA A FINAL: BRASIL ENFRENTA A CATIMBA SEM MEDO”

Um dia antes da disputa decisiva pela semifinal da Copa do Mundo de 1970, a primeira página do *Jornal dos Sports* evocava uma ordem apoiada na lembrança de duas décadas anteriores: “vingar 50 e ir para a final”. Por se tratar de uma manchete jornalística o enunciado assume a forma de um comando, mobilizando uma gramática militar (Espíndola, 2013; Mascoto

Rocha, 2020) que conclama toda a nação a um objetivo comum: reparar a derrota de 1950. Antes mesmo de conquistar a classificação para a final do Mundial, esperava-se que a seleção conquistasse um resultado vitorioso que operasse como vingança. Além disso, a manchete acionava um marcador identitário: o estilo de jogo atribuído aos uruguaiois, associado à violência e à deslealdade e sintetizado no termo “catimba”. Essa rememoração de 1950, combinada à insinuação de que a seleção brasileira à época atuara de modo temeroso diante do adversário, buscava não apenas propor a reparação simbólica da derrota, mas também sublinhar que aqueles antigos temores, já não teriam validade para a nova geração de 1970²³ (Jornal dos Sports, 1970c, p.1).

O Brasil reencontraria o Uruguai pela primeira vez em uma edição de Copa do Mundo apenas vinte anos após a decisão de ambas as equipes, agora na semifinal do torneio. Nesse intervalo, registrou-se um aumento significativo das vitórias brasileiras sobre a seleção celeste, o que contribuiu para reconfigurar o equilíbrio esportivo que havia prevalecido entre 1930 e 1950. Contudo, se, para a imprensa brasileira, esse reencontro assumia o caráter de um acerto de contas histórico, no Uruguai predominava a expectativa de um desempenho positivo, sustentada pela mobilização constante da memória da conquista de 1950. Essa lembrança vinha acompanhada da reafirmação do estereótipo constitutivo da identidade futebolística uruguaia – a “garra” – entendida como a capacidade de enfrentar adversidades extremas e, ainda assim, alcançar o êxito (Cabo; Helal, 2008). Tal atributo, ao ser evocado pela imprensa celeste, atualizava a memória de 1950 e projetava o novo confronto.

A definição dos confrontos das semifinais, que reuniam Brasil, Uruguai, Itália e Alemanha Ocidental, foi recebida, do lado uruguaio, com marcada indignação. A razão principal residia na decisão da FIFA de alterar a sede da partida entre Brasil e Uruguai, transferindo-a do Estádio Azteca, na Cidade do México, para o Estádio Jalisco, em Guadalajara. Tal mudança, segundo a leitura veiculada pela imprensa celeste, beneficiava diretamente o selecionado brasileiro, que ganharia um dia adicional de descanso e teria a seu favor o apoio da torcida mexicana. Como destacam Álvaro Vicente do Cabo e Ronaldo Helal (2008), para além da denúncia, esse episódio converteu-se em um recurso explicativo da própria derrota.

²³ Se a imprensa esportiva apostava na capacidade e talento dos jogadores da seleção de 1970 para reparar a derrota de 1950, sugerindo a uma continuidade entre os dois eventos, as declarações de Rivelino, Carlos Alberto Torres e Gérson provocavam uma ruptura com tal memória. Na mesma edição do *Jornal dos Sports*, de 16 de junho, os três jogadores recusavam a noção de que a semifinal de 1970 estivesse condicionada pela derrota de duas décadas antes. Suas falas – “Não creio em escrita, sou mais Brasil”; “Resultado de 50 não nos afetará”; “Já ganhamos deles no pau e na bola” – questionavam a dimensão do revanche e negavam a ideia de que o passado pudesse afetar o presente (Jornal dos Sports, 1970b, p.12).

Neste contexto, Zizinho e alguns de seus companheiros de 1950 foram entrevistados pelo *Jornal dos Sports* sobre as possibilidades e expectativas em torno da seleção brasileira no Mundial de 1970. Nessas entrevistas, a avaliação do presente encontra-se mediada pela memória da derrota, que continuava a funcionar como parâmetro interpretativo duas décadas após sua ocorrência. Esse distanciamento temporal, aliado ao desempenho da equipe no torneio, permitiu vislumbrar um movimento de possível reconciliação dos protagonistas com a própria lembrança da derrota. Para muitos deles, a campanha de 1970 – e, de modo particular, a vitória na semifinal contra o Uruguai – oferecia a chance de reparar simbolicamente o acontecimento de 1950. Nesse sentido, é particularmente ilustrativo desta ressignificação mnemônica as palavras de Bigode: “Agora é o momento da *forra*. Esperamos muito, mas a oportunidade chegou” (Jornal dos Sports, 1970d, p. 6, grifo meu).

A noção de “forra” encontra-se igualmente presente no discurso de Danilo Alvim, que projeta sobre os jogadores da seleção de 1970 a responsabilidade pela reparação da derrota de vinte anos antes. Confiante, afirma: “Esta rapaziada vai lavar a nossa alma”. Em seguida, explicita o local preciso onde ele e seus companheiros de 1950 permaneceram marcados pelo fracasso: “Em 50 perdemos um título mundial aqui no Estádio Mário Filho, num jogo que até hoje está atravessado na nossa garganta”. Para expressar a persistência desse incômodo, Danilo recorre a uma metáfora visceral e corporal: o trauma aparece como um elemento físico retido no corpo, algo que gera um incômodo contínuo que resiste ao esquecimento. A promessa de alívio, contudo, estaria na vitória iminente: “Seremos vingados por êstes garôtos”. Essa missão é então personificada nos jogadores que compunham o poderoso sistema ofensivo brasileiro: “A seleção de Pelé, Jair, Gérson, Rivelino e Tostão vai ser a vingadora” (Jornal dos Sports, 1970d, p. 6). A partir dessa passagem, torna-se possível estabelecer um contraste significativo: os mesmos jogadores que, em 1950, foram culpabilizados e convertidos em símbolos da derrota nacional, veem agora seus sucessores investidos de um papel heroico.

No dia da partida contra o Uruguai, o periódico acompanhou Danilo Alvim em sua própria residência para registrar suas impressões em tempo real. Mais uma vez, passava por sua leitura o confronto da semifinal mundial como uma forma de reparação da derrota de 50, reiterando a ideia de que “Demorou mas veio a vingança de 50”. Acrescentou, ainda, que, ao contrário do que ocorrera em 1950, a realidade de 1970 evidenciava um Brasil plenamente preparado para enfrentar os desafios do Mundial – de modo que o otimismo geral estava, agora, em sintonia com o desempenho da equipe. Danilo conclui projetando sua confiança no desfecho positivo da seleção brasileira na competição: “Domingo todos verão que digo a verdade”. (Jornal dos Sports, 1970a, p. 6).

As palavras de Danilo Alvim ilustram a força simultaneamente coesiva e coercitiva da memória coletiva nacional no que diz respeito à transmissão geracional do trauma de 1950. A ferida simbólica e psicológica da derrota permanecia aberta duas décadas depois, funcionando como uma herança pesada que pressionava os protagonistas contemporâneos a “quitar” uma dívida histórica. Nessa perspectiva, Alvim atribui à geração de 1970 a responsabilidade de fazer com que os uruguaios experimentassem as mesmas sensações de humilhação e frustração que marcaram o 16 de julho de 1950 no Maracanã. O reencontro com o Uruguai, portanto, carregava a expectativa de exorcizar e vingar aquele passado traumático, como se a vitória pudesse operar uma espécie de purificação nacional, apagando a vergonha originária. Assim, segundo a compreensão de Danilo Alvim, a memória traumática transmitida para a geração de 1970 seria direcionada em torno de um refazer criativo da história (Candau, 2023), encontrando naqueles jogadores a capacidade de purificar e redimir a alma do Brasil, manchada em 1950.

Zizinho, por sua vez, recorreu a um vocabulário próprio do universo econômico para expressar o profundo contentamento com o resultado alcançado pela seleção brasileira na semifinal contra o Uruguai. Em crônica publicada dois dias após a partida, o título escolhido já indicava sua leitura do episódio: havia uma “dívida” aberta desde 1950 que, graças à vitória reparadora, enfim “foi paga com juro[s]”, pois o triunfo conquistado ali proporcionava a superação da derrota anterior. Ao longo do texto, o ex-atacante apresenta uma análise minuciosa do jogo, destacando os momentos iniciais de desorganização tática do Brasil, que permitiram ao Uruguai impor algum perigo às ambições brasileiras. A inflexão decisiva, segundo ele, ocorreu no segundo tempo, quando a seleção assumiu uma postura mais equilibrada e, após os ajustes promovidos pela comissão técnica, impôs sua superioridade. Esse desempenho levou Zizinho a reiterar sua avaliação depreciativa da capacidade competitiva uruguaia, afirmando que “os uruguaios só têm a conta do chá. Não têm futebol para nós”. No desfecho da crônica, Zizinho amplia o horizonte da revanche ao recordar que ainda restava outra derrota amarga a ser reparada – aquela sofrida diante da Itália na Copa de 1938, disputada na França. Contudo, ao refletir sobre o triunfo conquistado contra o Uruguai, o ex-atacante enfatiza seu caráter nitidamente reparador, chegando a manifestar gratidão aos jogadores responsáveis pela vitória:

Mas quando o time baixou a bola para o chão e pôs a cabeça no lugar, o destino dos uruguaios estava traçado. Era só esperar. Aí vieram os dois gols, como poderiam ter vindo outros. Mas os dois bastaram. Bastaram para que muitos como eu, que sofreram e ainda sofrem na carne aquela humilhação de 50, estejamos hoje de alma lavada. Obrigado, meus jovens e valentes jogadores de 70. Vocês devolveram a eles, depois de vinte anos, e com juro, a derrota amarga que sofremos (Silva, 1970, p. 2).

A busca por confrontos que pudessem reparar a derrota sofrida foi constitutiva da memória dos jogadores, convivendo com outras estratégias, como o silêncio e o esquecimento, no esforço de repositivar o acontecimento traumático. Entretanto, quando revisitadas décadas mais tarde, essas tentativas de reparação do evento sofreram mudanças significativas. Assim, concluída a análise dos episódios reparadores, passamos agora a análise do movimento oposto: a recusa da repositivação da derrota, isto é, discursos que apontaram para os limites e incoerências em corrigir o passado através de enfrentamentos contra o Uruguai.

2.3. A IMPOSSIBILIDADE EM REPOSITIVAR 1950

Conforme demonstramos até aqui, a gestão da memória (Pollak, 2010) da derrota de 1950 entre seus protagonistas envolveu, em grande medida, a busca por momentos posteriores capazes de oferecer algum tipo de compensação simbólica para a derrota originária. Três episódios, em particular, foram mobilizados como potenciais marcos de reparação: o primeiro, a partida entre Vasco e Peñarol, disputada em 8 de abril de 1951; o segundo, o confronto entre Brasil e Uruguai pelo Campeonato Pan-Americano de 1952, o primeiro reencontro entre as seleções após a decisão do Maracanã; e, por fim, o reencontro em âmbito mundial, na semifinal da Copa do Mundo disputada no México, em 17 de junho de 1970. Para alguns dos jogadores de 1950, esses eventos posteriores adquiriram valor reparador, seja na dimensão da memória coletiva, seja na esfera íntima da memória individual. Nessas perspectivas, as vitórias reequilibraram as feridas abertas pela derrota. Contudo, tal posicionamento esteve longe de ser homogêneo, apresentando-se até mesmo como contraditório por parte de alguns jogadores, revelando, assim, a difícil elaboração de um passado doloroso. Se alguns interpretaram positivamente tais vitórias, outros recusaram frontalmente essa leitura, apontando limites e obstáculos na tentativa de repositivar a derrota. É a esse movimento de recusa que nos voltamos agora, examinando como diferentes jogadores de 1950 negaram a possibilidade de encontrar no passado, no presente ou no futuro as possibilidades de ressignificar ou atenuar o resultado de 1950.

Para o artilheiro da Copa do Mundo de 1950, Ademir, a compreensão acerca das vitórias de 1951 e 1952 sofreu mudanças significativas ao longo do tempo. Se, na marca dos dezoito anos da derrota, o jogador atribuía a esses triunfos um papel de revigoração subjetivo, restaurando sua autoestima e conferindo novo impulso à sua trajetória, o cinquentenário da derrota revela um deslocamento em sua interpretação. Nesse novo contexto, Ademir passa a se colocar como observador externo do discurso da “forra”. A leitura reparadora, antes assumida como legítima, torna-se agora um enunciado que ele rejeita frontalmente: “Mas não existe esse

negócio” (Moraes Neto, 2013, p.123). O que antes figurava como reparação torna-se, agora, uma interpretação que perdeu sua legitimidade. Para Ademir, vitórias subsequentes, conquistadas em contextos menos significativos, não se mostraram capazes de repositivar a derrota originária de 1950. Ao contrário, revelaram-se eventos incapazes de produzir qualquer impacto substantivo na memória coletiva, ou mesmo de alterar o lugar da derrota na história.

Bauer²⁴ e Bigode, por sua vez, oferecem interpretações convergentes acerca das tentativas de localizar no presente circunstâncias capazes de repositivar o passado. Bauer, em particular, apresenta um contraste significativo em relação à tendência – comum entre alguns de seus companheiros – de buscar na vitória subsequente um gesto de vingança. Em suas palavras: “Se houvesse a intenção de vingar, a vingança estaria registrada ali, apenas dois anos depois”. Para o ex-meio-campista, a vitória de 1952 não apenas deixou de produzir qualquer efeito reparador, como também não se vinculava a um desejo de revanche. Antes de apresentar tal contraste, Bauer destaca o contexto da partida:

Dois anos depois da Copa do Mundo, no Panamericano do Chile, em 1952, ganhamos por 4x2 do Uruguai, em uma vitória limpa e bonita. Obdúlio Varela estava lá. Não entrou para jogar. Mas os uruguaios estavam com praticamente o time de 50. Nós, com um time completamente diferente, metemos 4x2 (Moraes Neto, 2013, p.70).

Segundo a compreensão de Bauer, o potencial de repositivar a derrota de 1950 através da vitória obtida dois anos depois enfrentava um limite decisivo: a assimetria entre as equipes em termos de continuidade de seus plantéis. Do lado uruguaio, mantinha-se uma notável continuidade, com um time muito semelhante àquele que havia disputado em 1950. Contudo, no Brasil já se processava uma mudança em curso, com um time renovado e diferente. Diante dessa disparidade, a possibilidade de repositivar a derrota a partir da vitória de 1952 estava limitada e a busca por transformar a vitória de 1952 em reparação ou vingança tornava-se, para Bauer, intrinsecamente comprometida. A repositivação dependeria de que os eventos fossem simétricos, capazes de equivaler-se historicamente, isto é, da repetição de um confronto que colocasse frente a frente os mesmos disputantes do Mundial de 1950. Na ausência dessa continuidade, a vitória perdia sua potência reparadora.

A postura mais resignada manifesta-se nas palavras de Bigode. A respeito das possibilidades de repositivação da derrota, ele afirma: “Não adianta nada tentar vingar hoje”. O emprego do termo “hoje” por Bigode revela-se indeterminado e contínuo, característica própria das tentativas persistentes de buscar nos confrontos posteriores a derrota formas de atribuir um

²⁴ José Carlos Bauer (1925-2007). Defendeu a seleção brasileira entre 1949 e 1955.

sentido positivo ou uma compensação para o insucesso²⁵. Ao declarar a inutilidade dessa busca, Bigode reconhece como fútil e vazia qualquer tentativa de, a partir do presente, reparar ou ressignificar o passado, sentimento enfatizado pela dupla negação contida nos termos “não” e “nada”. Além do mais, Bigode justifica a adoção dessa posição ao explorar o estado de sua psique: “Não fiquei com complexo de vingança” (Moraes Neto, 2013, p.87). A frase sugere, de modo implícito, a existência de uma predisposição inicial à formação de um “complexo de vingança”, entendido como reação emocional decorrente da frustração extrema vivida no Maracanã.

O distanciamento de Bigode em relação às tentativas de repositivar a derrota torna-se mais inteligível quando se consideram as consequências concretas que o evento de 1950 lhe acarretou ao longo de sua trajetória profissional. Após o fracasso, suas oportunidades no futebol tornaram-se drasticamente escassas, e a individualização da culpa o acompanhou de forma persistente. É ilustrativo, nesse sentido, que nas convocações posteriores para a seleção brasileira Bigode tenha sido o único remanescente daquele elenco cuja presença foi ativamente combatida pela imprensa (Moraes Neto, 2013, p.93).

No contexto das entrevistas realizadas pelo *Jornal dos Sports* em 1968, Bigode já havia abandonado por completo o futebol, evitando inclusive frequentar estádios, pois adentrar “no Maracanã significava lembrar tudo que acontecera naquela tarde de 16 de julho”. No que diz respeito à seleção brasileira, o ex-jogador declarava não nutrir qualquer interesse pelos “resultados obtidos pela seleção do Brasil” (Guimarães, 1968, p.12). Esse processo de desidentificação não se apresenta como um gesto casual, mas como uma estratégia defensiva: afastar-se da seleção significava expulsar da memória não apenas a derrota, mas sobretudo a imagem que se cristalizou em torno de si como encarnação do fracasso nacional.

Jair da Rosa Pinto, que em determinado momento manifestara reprovação diante do fato de alguns de seus companheiros lembrarem da derrota publicamente, estabelece uma distinção conceitual que cinde dois domínios distintos, embora frequentemente aproximados no plano discursivo: o futebol e a guerra. Luciene Espíndola (2013) e Carlos Renato Mascoto Rocha (2020) demonstram que a metáfora conceptual “futebol é guerra” possui um longo lastro na crônica esportiva brasileira, presente tanto nos textos de Nelson Rodrigues, na década de 1950, quanto nos de Armando Nogueira, na década de 1970. Destacam os autores, a partir da linguística cognitiva, que o pensamento humano é estruturado metaforicamente, não se tratando

²⁵ Conforme aponta Paul Ricoeur (2007, p.434-435) a marca distintiva do “fenômeno mnemônico”, está mediada pela relação dialética estabelecida entre três dimensões temporais: “presença, ausência e distância”, ou seja, na memória suscita no presente um acontecimento passado e que se distancia no tempo.

apenas de mera figura de linguagem, mas de um processo cognitivo fundamentado na experiência. O uso das metáforas opera por meio do mapeamento entre um domínio-fonte, que apresenta significados mais concretos, e um domínio-alvo, geralmente mais abstrato. No caso da metáfora “futebol é guerra”, elementos do universo bélico como estratégia, defesa, ataque, conquista territorial, etc., permeiam a prática esportiva, orientando não só a interpretação do jogo, mas também a percepção da realidade.

Para Jair, contudo, é inadmissível aproximar futebol e guerra. Assim, sua formulação é categórica: “Não existe vingança para derrota em futebol. Se existisse vingança, o futebol iria virar guerra” (Moraes Neto, 2013, p.131). É significativo observar que Jair não se refere exclusivamente ao episódio de 1950, mas problematiza o universo futebolístico em sua totalidade, sustentando a impossibilidade de transpor a noção de vingança para o esporte. Desse modo, o ex-jogador identifica que, diferentemente de outras esferas da vida social nas quais a figura do inimigo e a lógica da retaliação são admissíveis, o futebol opera sob uma natureza distinta, em que a vingança se revela um elemento exógeno e incompatível. Na recusa dessa equivalência, Jair da Rosa Pinto denuncia implicitamente que tal associação produziria a perpetuação de um ciclo de hostilidade, convertendo o jogo em arena de antagonismos irreconciliáveis, subvertendo o potencial pedagógico e democrático do esporte, capaz de produzir pertencimento e integração social (DaMatta, 1994).

Para sustentar essa posição, Jair da Rosa Pinto recorre àquele que seria o episódio mais propício à repositivação da derrota: a Copa do Mundo de 1970. Ele afirma: “Quando o Brasil ganhou do Uruguai na Copa de 70, não me senti de peito lavado. Só me sentiria se eu fosse campeão do mundo” (Moraes Neto, 2013, p.131). À primeira vista, dificilmente poderia haver conjuntura mais favorável à construção de uma busca pela vingança: tratava-se da mesma competição, diante do mesmo adversário, com um desfecho vitorioso para a seleção brasileira. No entanto, o potencial reparador desse reencontro revela-se ilusório. Em primeiro lugar, porque, segundo Jair, cada partida de futebol ao não ser de natureza bélica, possui um fim em si mesma, não estabelece continuidade causal com jogos anteriores e, portanto, não pode ser objeto de vingança. Ademais, o ex-jogador aponta para um segundo elemento decisivo: a impossibilidade da purificação simbólica – “não me senti de peito lavado” – quando o agente não participa do evento reparador. A vitória na semifinal de 1970 só adquiriria sentido redentor se ele próprio estivesse em campo e fosse campeão do mundo. Dessa perspectiva, a experiência da derrota é intransferível, isto é, pertencente e isolada na memória individual dos protagonistas da derrota. Assim sendo, a derrota resiste à repositivação.

Se, até então, observamos que em alguns jogadores a posição diante da vingança se projeta retrospectivamente – interpretando o passado ou delimitando o presente –, no caso de Chico ocorre um movimento distinto: a projeção dirige-se ao futuro. Além de recusar a possibilidade de revanche, o ex-jogador a interdita radicalmente. Afirmar Chico: “a derrota de 50 jamais será vingada. Não existirá vingança” (Moraes Neto, 2013, p.131). Sua enunciação estabelece um horizonte em que os eventos futuros de reencontro entre Brasil e Uruguai são anulados como potenciais oportunidades de compensação. Em específico, a ênfase no termo “jamais” introduz a irreversibilidade da derrota, na qual nenhum acontecimento por vir poderá modificar ou atenuar o ocorrido. O passado, assim, não se apresenta como passível de reelaboração, mas sim uma realidade selada, cuja força permanece contínua e indestrutível (Ricoeur, 2007). Nesse sentido, Chico oferece uma memória que se pretende encerrada, que busca interditar sua própria repositivação.

É possível observar, nos registros memorialísticos dos protagonistas da derrota, distintas tentativas de elaborar e conviver com o impacto negativo gerado pelo evento. Para os jogadores de 1950, o esquecimento surge como uma estratégia de resistência ao trauma, atenuando a dor e a culpa através do silenciamento e afastando-se do passado. No contexto das conquistas futebolísticas brasileiras ao longo da década de 1960, que reconfigurariam profundamente o cenário esportivo nacional, esses atletas reelaboraram o drama individual privilegiando o apagamento da experiência traumática, evitando sua perpetuação na memória coletiva. Em um segundo momento, examinamos outras formas de lidar com a derrota, observando que muitos protagonistas recorreram ao passado em busca de episódios capazes de reparar simbolicamente a humilhação sofrida, movimento que denominamos “repositivação” do evento. Em tal esforço, contudo, não houve consenso, havendo disputas em torno da legitimidade dessa reinterpretação, ao qual diversos jogadores problematizaram a “repositivação” de 1950. Cabe, agora, compreender como a memória desse acontecimento é atualizada à luz de um episódio contemporâneo igualmente significativo: a derrota brasileira em 2014, na segunda Copa do Mundo sediada em solo nacional.

3. A MEMÓRIA DE 1950 À LUZ DA DERROTA DE 2014: DISPUTAS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

No dia 30 de outubro de 2007, em Zurique, na Suíça, sede da FIFA, o Brasil foi oficialmente escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014. Após exatos sessenta e quatro anos transcorridos desde a derrota sofrida no Maracanã em 1950, o torneio máximo do futebol mundial seria novamente realizado em território brasileiro. Contudo, os desafios estruturais e organizacionais tornaram-se evidentes desde o momento do anúncio, como ironizou a primeira página de *O Globo* no dia seguinte: “A Copa é nossa. Agora, só faltam os aeroportos, as rodovias, os trens, os metrô, os estádios. E Pelé” (O Globo, 2007, p.1). A menção ao maior ídolo do futebol brasileiro, acrescentada ao final da lista de déficits infraestruturais, remetia à ausência publicamente percebida de Edson Arantes do Nascimento em um evento de forte simbolismo diplomático, que selava a realização do megaevento no país. Apesar da ironia jornalística, o que se impunha com maior gravidade era a magnitude do esforço requerido para preparar o país. Com um cronograma rígido e escasso, o Brasil seria compelido a erguer novos estádios, ampliar aeroportos, modernizar rodovias e enfrentar de forma consistente sua histórica vulnerabilidade em matéria de segurança pública – tema que, ao ser levantado por uma repórter canadense durante a cerimônia, gerou incômodo visível tanto ao presidente da FIFA, Joseph Sepp Blatter, quanto ao então mandatário da CBF, Ricardo Teixeira (Berlinck; Duarte, 2007).

A viabilização da Copa do Mundo assentou-se em uma expectativa inicial de que o setor privado assumiria a execução das obras de infraestrutura necessárias ao torneio. Contudo, na prática, a realização do evento foi sustentada majoritariamente por recursos públicos, configurando um dilema que se revelou central para a emergência de um ciclo de instabilidade política e contestação social no país. Em junho de 2013, quando o país sediava a Copa das Confederações, manifestações populares explodiram inicialmente em São Paulo e, impulsionadas pela circulação rápida de informações nas redes sociais, espalharam-se pelo restante do país. O aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte público paulistano – convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL) como pauta inicial – desencadeou uma mobilização que, embora começasse de forma localizada, rapidamente atraiu um público majoritariamente jovem, politicamente heterogêneo e profundamente insatisfeito com a política institucional. À medida que as ruas se enchiam, as demandas ultrapassavam a questão tarifária e se deslocavam para críticas mais amplas. Ganhava força a percepção de incoerência entre os vultosos investimentos públicos destinados a estádios e obras relacionadas ao megaevento esportivo e a

precariedade persistente dos serviços sociais essenciais²⁶, somada ao alto custo dos ingressos, que afastava grande parte da população do próprio evento (Antunes, 2013). Nesse contexto, o lema “Não vai ter Copa!” passou a ecoar de forma contundente como expressão do descontentamento coletivo diante da realização do torneio (Brinati, 2015).

Nas manifestações que ocuparam as ruas, as palavras de ordem e os cartazes frequentemente expressavam a reivindicação de que os serviços públicos essenciais alcançassem um suposto “padrão FIFA” em termos de qualidade, eficiência e volume de investimentos. Tal formulação condensava o descontentamento popular diante da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663/2012), amplamente percebida como um dispositivo jurídico controverso, cuja aprovação no Congresso Nacional resultou de intensa pressão política exercida pela entidade internacional. Embora essa legislação tivesse como finalidade formal criar as condições jurídicas necessárias para a realização do torneio em conformidade com as exigências padronizadas da FIFA, seus efeitos concretos implicaram a flexibilização, a contrariedade e, em certos casos, a suspensão de dispositivos constitucionais brasileiros, especialmente aqueles vinculados ao direito do consumidor e ao Estatuto do Torcedor (Bomfim, 2012). Como analisa Jorge Luiz Souto Maior (2014), a subordinação das normas nacionais aos interesses comerciais da FIFA tornou-se particularmente visível nas controvérsias jurídicas e éticas relacionadas à regulamentação do trabalho voluntário durante o evento. A admissão de um regime de trabalho não remunerado em um megaevento organizado por uma entidade privada de fins lucrativos, capaz de gerar bilhões de dólares em receitas, resultou, no plano jurídico, na institucionalização de uma forma de trabalho análoga à escravidão, ao negar direitos trabalhistas e a plena cidadania a cerca de 33 mil voluntários mobilizados para assegurar o funcionamento operacional do torneio, sem qualquer contraprestação financeira, enquanto a FIFA obtinha expressivos ganhos econômicos com o evento.

Em termos de relevância acumulada no cenário futebolístico internacional, a seleção brasileira se preparava para o Mundial de 2014 ostentando a posição singular de ser a única equipe nacional a conquistar cinco títulos da Copa do Mundo (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002). Contudo, a trajetória recente do selecionado revelava sinais de desgaste em relação ao padrão

²⁶ Ruy Braga (2013) apresenta uma leitura específica sobre as “jornadas de Junho”. Para o sociólogo, o modelo de desenvolvimento econômico consolidado durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, assentado na ampliação do crédito e na crescente, porém parcial, formalização do mercado de trabalho, atingira seu ponto de saturação. Embora os gastos sociais tenham aumentado, cumprindo também a função de compensar os pactos estabelecidos entre as elites políticas e econômicas, tais investimentos não se converteram em efetiva ampliação de direitos sociais. Desse modo, o trabalhador precarizado, ao mesmo tempo em que experimentava maior acesso ao crédito, testemunhava a progressiva deterioração dos serviços públicos essenciais. A combinação desses elementos, somada às contradições envolvidas na realização dos megaeventos esportivos no país, formou a centelha que impulsionou a população brasileira às ruas.

de excelência estabelecido entre 1994 e 2002 – período no qual o Brasil alcançou três finais consecutivas, sagrando-se campeão em 1994 e 2002 e vice-campeão em 1998²⁷. É na Copa do Mundo de 2006 que esse ciclo virtuoso começa a apresentar fissuras. Nos torneios realizados na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010), a equipe brasileira não avançou além das quartas de final, sendo eliminada sucessivamente por França e Holanda. Diante desse cenário, para a escolha do quadro técnico a CBF buscava evocar o passado glorioso da seleção e projetar confiança ao recuperar elementos da trajetória vitoriosa da seleção. Assim, para comandar a campanha do Mundial foi nomeado Luiz Felipe Scolari – o Felipão – técnico responsável pelo título de 2002. Para reforçar a estrutura de comando e intensificar a ideia de continuidade histórica, Carlos Alberto Parreira, treinador campeão em 1994, foi incorporado ao projeto na função de coordenador técnico.

3.1. A MEMÓRIA DE 1950 QUE IRROMPE EM 2014

Embora inserido em um contexto de instabilidade política e social, o Brasil deu início à Copa do Mundo sob uma sensação de parcial tranquilidade. A conquista da Copa das Confederações no ano anterior, coroada por uma vitória incontestável por 3 a 0 sobre a então campeã mundial de 2010, a Espanha, projetava a seleção brasileira como uma das favoritas ao título. Ao longo da campanha, contudo, conforme aponta a análise de Francisco Ângelo Brinati (2015), a cobertura jornalística ao longo da campanha da seleção nacional organizou-se estruturada em dois polos opostos: de um lado, o esforço de aproximação e identificação com o torcedor comum; de outro, a ênfase no distanciamento entre a equipe e sua torcida. Tal afastamento tornou-se ainda mais pronunciada após a derrota da seleção brasileira para a Alemanha, em 8 de julho de 2014, na semifinal do torneio, pelo emblemático placar de 7 a 1.

Ainda antes do início da Copa do Mundo de 2014, a lembrança da primeira edição do torneio realizada no Brasil, em 1950, já se encontrava amplamente presente no discurso jornalístico. A partir das semelhanças associadas à condição de país-sede, essa memória era mobilizada com o objetivo de produzir um sentimento de confiança coletiva em torno da seleção brasileira, ancorado na expectativa positiva de uma conquista em território nacional. Com a

²⁷ Tal como em 1950, o Brasil foi derrotado na final de 1998 para a anfitriã França, pelo placar de 3 a 0. Com a derrota sofrida nesse mundial, consolidou-se uma interpretação segundo a qual o fracasso estaria associado aos impactos da globalização do futebol, especialmente ao progressivo deslocamento das principais referências do futebol brasileiro para a Europa, fator que teria contribuído para um certo distanciamento afetivo entre a seleção e o torcedor. Nesse cenário, a responsabilização recaiu sobre o atacante Ronaldo Luís Nazário de Lima, em razão de um episódio de convulsão ocorrido no dia da partida, cujas circunstâncias permaneceram pouco esclarecidas e teriam afetado emocionalmente a equipe. O resultado negativo desencadeou, ainda, a instauração de duas Comissões Parlamentares de Inquérito – uma no Congresso Nacional e outra no Senado Federal – destinadas a apurar o contrato firmado entre a CBF e a empresa Nike (Costa, 2008; Leite Lopes, 2014).

decisão do Mundial de 2014 programada para ocorrer no estádio do Maracanã, a imprensa esportiva passou a sustentar uma posição voltada à “repositivação” simbólica daquele episódio histórico. Tal movimento expressava-se na recorrente comparação entre 1950 e 2014, alimentando a ideia de que uma eventual vitória no mesmo palco decisivo poderia, senão apagar completamente, ao menos atenuar os efeitos da derrota original no plano da memória coletiva. Neste sentido, já em janeiro, Luis Fernando Veríssimo (2014b), em crônica intitulada “Desforra”, chamava atenção para a expectativa popular em torno de um possível reencontro entre os rivais sul-americanos. Embora Brasil e Uruguai tenham se enfrentado diversas vezes ao longo das décadas seguintes – e apesar das tentativas de vingança simbolicamente assumidas pelos protagonistas da derrota, conforme discutido no Capítulo 2 –, o autor observa que “as condições para uma desforra seriam perfeitas: 64 anos depois, valendo outra Copa do Mundo, no Maracanã, o local do crime” (Veríssimo, 2014b, p. 15).

No plano individual, a memória da Copa do Mundo de 1950 atravessava a atuação do goleiro Júlio César, sobretudo em razão de seu desempenho decisivo nas oitavas de final contra a seleção chilena. Após o empate em 1 a 1 no tempo regulamentar, a definição da vaga para as quartas de final deu-se por meio da disputa de pênaltis, ocasião em que o goleiro se destacou ao defender duas cobranças e assegurar a classificação da equipe. Esse episódio passou a ser interpretado como um gesto simbólico de redenção de Barbosa, figura historicamente associada como um dos principais responsáveis pela derrota de 1950, conforme analisa Brinati (2015).

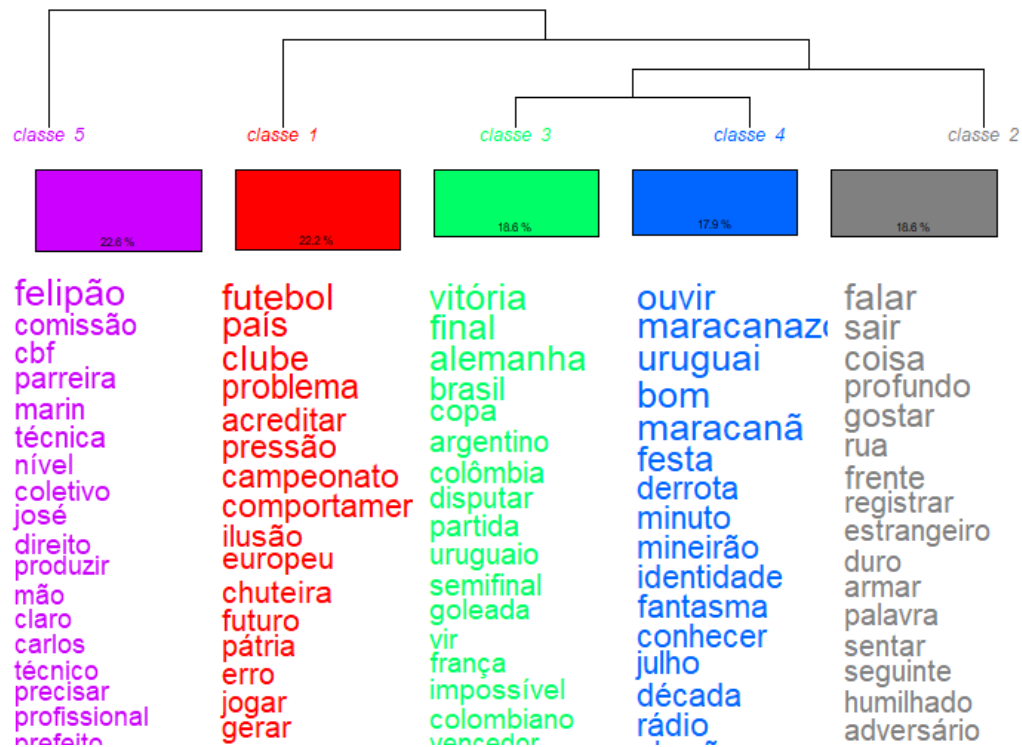
Na mesma data de 28 de junho, enquanto o Brasil enfrentava o Chile, Colômbia e Uruguai também disputavam as oitavas de final no Rio de Janeiro. A vitória colombiana por 2 a 0 afastou o temor de um novo confronto entre Brasil e Uruguai em solo brasileiro. Em tom que sugeria alívio, a matéria assinada por Felipe Benjamin (2014) recebeu o título “Fim de papo: Adeus, fantasma”. O jornalista observa que o “roteiro não ia se repetir”, uma vez que, mesmo em caso de vitória uruguaia, já não havia chance de as duas seleções se enfrentarem na final do Mundial. Ainda assim, ressalta que “a possibilidade de uma nova eliminação em solo nacional pelos pés dos vizinhos celestes era motivo de preocupação para a torcida brasileira” (Benjamin, 2014, p. 9). Além disso, tal cenário funcionava como elemento de mobilização simbólica para a torcida uruguaia, que acompanhava as partidas nas arquibancadas vestida como fantasmas e, em diversas ocasiões, evocava explicitamente a derrota ocorrida em 16 de julho de 1950.

Entretanto, foi após a derrota da seleção brasileira para a Alemanha que as comparações com a Copa do Mundo de 1950 se intensificaram de forma expressiva, sobretudo ao enfatizar a dimensão histórica do revés recente. Diante desse quadro, buscamos examinar neste capítulo,

tanto as disputas em torno da memória coletiva de 1950 reativadas a partir do desfecho de 2014 quanto compreender os diagnósticos em torno da relação entre futebol e identidade que permearam o discurso jornalístico. Para operacionalizar essa análise, selecionaram-se 28 textos jornalísticos publicados no jornal *O Globo* no período compreendido entre 2 de janeiro e 17 de dezembro de 2014, nos quais foram identificadas menções à Copa do Mundo de 1950. Esse conjunto de textos constituiu o corpus submetido à análise com o auxílio do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

No dendrograma abaixo (Figura 1), observamos a aplicação da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), técnica estatística de análise textual que visa classificar “os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas” presentes na base de dados analisada. A utilização dessa técnica tem como objetivo identificar e delimitar classes distintas de Unidades de Contexto Elementar (UCEs) que, simultaneamente, compartilham semelhanças vocabulares e semânticas internas e se diferenciam de maneira significativa das demais classes constituídas no corpus. Desse modo, a CHD possibilita a identificação de diferentes universos discursivos que estruturam o material analisado (Camargo; Justo, 2013).

Figura 1 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do jornal O Globo sobre a derrota do Brasil na Copa do Mundo de 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir do software IRaMuTeQ.

Conforme se observa, a classe lexical de maior relevância estatística é a Classe 5 (22,6%). Nela, encontram-se agentes centrais da seleção brasileira, como evidenciam os termos “Felipão”, “CBF”, “Parreira” e “Marin”. Como se demonstrará, a recorrência desses agentes permite que tais foram identificados não apenas como os principais responsáveis pela derrota esportiva em si, mas também como símbolos representativos da erosão dos vínculos associativos entre futebol, nação e povo brasileiro.

A Classe 1, com recorrência estatística de 22,2%, denota as vinculações entre futebol e nação; não por acaso, “futebol” e “país” figuram como os termos de maior frequência nessa classe. Ademais, destacam-se crenças e sentimentos próprios do universo esportivo, como indicam os termos “pressão”, “comportamento”, “ilusão” e “futuro”, bem como avaliações sobre o desempenho futebolístico, conforme ficam expressas nos termos “problema” e “erro”.

A Classe 3, com frequência estatística de 18,6%, reúne termos que expressam a cobertura do selecionado nacional neste Mundial, como “vitória”, “final”, “Brasil” e “copa”, ao mesmo tempo em que se orientam para os embates com outras seleções, a exemplo de “Alemanha” e “Colômbia”.

Na Classe 4, com frequência estatística de 17,9%, concentram-se termos que evidenciam a lembrança da derrota de 1950. Destacam-se “Maracanazo” e “Uruguai”, assim

como os termos “fantasma”, “julho”, “ouvir”, “rádio” e “derrota”. É válido destacar que “Mineirão”, local do confronto entre Brasil e Alemanha, também figura nessa classe.

No caso da Classe 2, com frequência estatística de 18,6%, os termos que a caracterizam permitem apreender os sentimentos e as reações mobilizados em torno das derrotas da seleção brasileira, seja diante da Alemanha, em 2014, seja frente ao Uruguai, em 1950, como indicam os termos “falar”, “sair”, “profundo” e “humilhado”. Cabe destacar que as Classes 2, 3 e 4 se aproximam entre si, indicando que esses agrupamentos compartilham campos semânticos convergentes.

Especificamente no que se refere à proximidade observada entre as Classes 3 e 4 no dendrograma, ela evidencia a centralidade das comparações estabelecidas pelo jornalismo esportivo entre as derrotas de 1950 e 2014. O plano fatorial apresentado a seguir (Figura 2) demonstra como a memória do revés de 1950 irrompe no discurso jornalístico como recurso para a construção de paralelos que, consideradas as especificidades de cada competição, revelam-se, na prática, distantes da realidade concreta de 2014. Em 1950, a derrota para o Uruguai ocorreu na partida final do torneio disputado em território brasileiro, configurando-se como o desfecho decisivo da competição. Em contraste, em 2014, o confronto contra a Alemanha correspondia à semifinal do campeonato e, portanto, não possuía, formalmente, o caráter de final. Ainda assim, o resultado adquiriu contornos de finalidade em razão da magnitude da derrota. Soma-se a isso a diferença entre os adversários, uma vez que, em lugar do vizinho sul-americano e rival histórico Uruguai, a seleção brasileira foi superada pela distante e tecnicamente eficiente Alemanha.

2014, ao afirmar que “o período de 64 anos, de 1950 a 2014, é delimitado por duas tragédias na história do futebol brasileiro”. Ao proceder à comparação entre os dois episódios, contudo, o editorial relativizava a utilidade desse exercício, ao considerar que tal debate não produziria efeitos práticos para o enfrentamento das reformas então colocadas em pauta: “Será infundável a pendenga sobre se o Maracanazo foi ou não maior que o Mineirazo. Mas trata-se de uma discussão tão longa quanto inútil”. Segundo o periódico, os argumentos mobilizados pelos defensores de cada lado dessa disputa memorial seriam variados e específicos às circunstâncias de cada contexto, convergindo apenas no reconhecimento de que ambas as derrotas permaneceriam inscritas na memória coletiva. Embora adotasse uma postura de aparente neutralidade diante dessa controvérsia – ao afirmar que “Não importa se a derrota é igual, menor ou maior que a de 50” –, o editorial avançava em uma leitura otimista do presente, ao sugerir que a experiência histórica anterior poderia servir de experiência positiva. Nesse sentido, destacava que o país já havia enfrentado, no passado, uma tragédia de proporções semelhantes e que, apesar de seu caráter traumático, fora capaz de se reorganizar e conquistar títulos mundiais posteriormente (O Globo, 2014a, p. 18).

Entretanto, a posição expressa no editorial não se estendia de maneira homogênea aos demais colaboradores e colunistas do periódico. No contexto em que a memória da derrota de 1950 irrompe e é mobilizada de forma comparativa a partir do revés diante da Alemanha, tornaram-se visíveis disputas de sentido em torno desses episódios, orientadas tanto à inserção quanto à manutenção hierárquica de cada derrota em lugares específicos da memória coletiva. Configurava-se, assim, um verdadeiro campo de batalha memorial, no qual se confrontavam interpretações acerca de qual das derrotas teria sido mais traumática para o futebol brasileiro. Entre os textos que sustentavam a tese de que 1950 representaria a pior derrota da seleção brasileira figuram: “Do choque ao chope com sabor alemão”, de Sérgio Noronha; “Do trauma à humilhação”, de João Máximo; “Para entender: sete perguntas”, matéria não assinada voltada à explicação das causas do resultado; “Depois da Copa”, de Cacá Diegues; “Terapia do luto”, de Pedro Motta Gueiros; e “Homenagem”, de Francisco Bosco.

Em sentido oposto, a interpretação de que a derrota de 2014 seria a mais dolorosa e significativa da história do futebol brasileiro, funcionando como uma forma de superar e relegar ao esquecimento o episódio de 1950, foi defendida nos seguintes textos: “Duro golpe 64 anos depois. Em escombros”, de Pedro Motta Gueiros; “Sem palavras”, coluna de Míriam Leitão; “Uma única saída: ressuscitar”, artigo de Fernando Calazans; “Da tristeza à ofensa”, de Carlos Lemos; “A máscara caiu”, crônica de Aldir Blanc; e “A volta do complexo de vira-latas”, de Arnaldo Jabor.

3.1.1. 1950 COMO EXPERIÊNCIA INAUGURAL

Entre aqueles que sustentam a centralidade de 1950, sobressaem textos elaborados em primeira pessoa, escritos por autores que presenciaram diretamente a derrota para o Uruguai em 16 de julho daquele ano. Testemunha ocular do episódio, Sérgio Noronha (2014) enfatiza o impacto causado pelo ambiente no estádio: “O que me assustou foi o silêncio terrível do Maracanã. Fiquei bestificado”. Ao justificar por que considera aquela derrota mais dramática, o jornalista acrescenta: “O maior baque foi em 1950, pois eu não tinha o poder de julgamento, de discernimento. E o gol da vitória foi no fim do jogo” (Noronha, 2014, p. 12). Cabe ressaltar que Noronha, nascido em 1932, encontrava-se às vésperas de completar dezoito anos na ocasião do revés. Assim, a limitação de compreensão acerca do significado histórico da derrota, combinada com o caráter tardio do gol uruguaio – que definiu a vitória adversária em uma partida cujo empate por 1 a 1 até os 33 minutos do segundo tempo assegurava o título ao Brasil – contribuiu para que o episódio de 1950 fosse percebido como amplamente mais traumático, tanto no plano coletivo quanto no âmbito individual.

Outro nome de relevo nesse conjunto é o de João Máximo. Ao lado de Paulo Perdigão, Bernardo Buarque de Hollanda (2014) identifica João Máximo como uma das principais referências quando se trata da partida entre Brasil e Uruguai na Copa do Mundo de 1950. À época com apenas 15 anos, o jornalista vivenciou diretamente o episódio, experiência que, assim como no caso de Sérgio Noronha, marcou sua memória. Essa vivência juvenil é central para que João Máximo atribua ao revés de 1950 um caráter substancialmente mais traumático do que o ocorrido em 2014, reconhecido por ele mesmo: “Não sei se por sermos jovens, a derrota de 1950 foi mais traumática”. Segundo o jornalista, o gol decisivo de Ghiggia desestabilizou a percepção de superioridade técnica que a seleção brasileira havia demonstrado ao longo de todo o torneio, convertendo a final em um desfecho radicalmente inesperado. Esse resultado, incompreensível à época, lançou o jovem torcedor – e, por extensão, uma geração inteira – em um estado de incompreensibilidade e perplexidade diante do resultado. Como sintetiza o próprio João Máximo: “Sofremos sem entender por que os tais deuses do futebol tinham nos castigado com um desfecho no qual, por sermos jovens, inexperientes e, principalmente, brasileiros, não víamos lógica nem justiça” (Máximo, 2014, p. 12). Dessa forma, a experiência direta da derrota vivida na juventude emerge como elemento decisivo na construção da memória segundo a qual o episódio do passado se impõe como significativamente mais traumático do que a derrota presente.

Cacá Diegues (2014), cineasta de destaque no cenário cultural brasileiro, acompanhava a partida entre Brasil e Alemanha na companhia do filho e do neto. Segundo o cineasta, o impacto do quinto gol alemão provocou no neto, então com oito anos de idade, um choro intenso. Ao testemunhar o sofrimento da criança, Diegues reconheceu nele a atualização de sua própria experiência infantil, identificando no pranto do neto a repetição de um passado vivido décadas antes: “Enquanto seu pai o consolava, vi no dele o meu próprio pranto, há mais de seis décadas, quando mal havia completado dez anos de idade e acabara de ouvir pelo rádio o jogo Brasil e Uruguai”. Contudo, esse breve reconhecimento não conduz a uma equiparação entre os dois episódios, mas funciona como ponto de partida para a reafirmação das diferenças qualitativas entre as derrotas de 1950 e 2014, com clara hierarquização em favor da primeira como a de maior magnitude. De maneira sofisticada, Diegues defende essa distinção ao recorrer a uma metáfora musical: “Em 1950, a derrota para o Uruguai foi uma ária trágica de Wagner, uma daquelas de ‘Tristão e Isolda’, que nunca mais deixam em paz nossa alma e imobilizam nosso corpo com sua densidade de muitos significados”. A referência à ópera wagneriana aprofunda a ideia de uma memória duradoura, resistente a qualquer tentativa de ressignificação ou esquecimento. Em contraste, a derrota de 2014 é caracterizada como um acontecimento de menor profundidade trágica e de natureza quase grotesca: “a derrota foi apenas um coro de ópera-bufa propositalmente desafinado” (Diegues, 2014, p.18). Assim, embora reconheça o caráter doloroso do placar imposto pela Alemanha, o cineasta compreende o revés de 2014 como desprovido da dimensão trágica, elemento exclusivo à derrota de 1950.

Em matéria publicada em 10 de julho, sob o título “Para entender: sete perguntas”, o periódico formulou uma indagação de forma comparativo: “O trauma da derrota de agora é pior do que o de 1950?”. Entre os entrevistados convocados a responder a essa questão estava o psicólogo e psicanalista José Roberto Bastos, que, à época da primeira Copa do Mundo realizada no Brasil, contava apenas sete anos de idade. Tal como Cacá Diegues, Bastos acompanhou pelo rádio a transmissão ao vivo da partida decisiva contra o Uruguai e rememora o sofrimento coletivo desencadeado pelo resultado. A partir dessa vivência, sustenta que a derrota de 1950 se reveste de um caráter mais grave e profundamente traumático. Sua lembrança enfatiza a intensidade do abalo emocional experimentado e observado: “Foi muito sofrido. Vi todos chorando. O clima era fúnebre. No dia seguinte, a cidade estava vazia, todos olhando para baixo. O Brasil ficou de luto por pelo menos uma semana” (O Globo, 2014b, p. 9).

Entretanto, a primazia atribuída à derrota de 1950 não se fundamentou apenas na comparação imediata acerca de qual episódio teria sido mais doloroso, seja no plano individual,

seja no coletivo. Essa defesa também se articulou a partir da análise das implicações e dos efeitos negativos produzidos por cada derrota em seus respectivos contextos históricos. Nessa perspectiva, cem dias após a derrota por 7 a 1, em 16 de outubro, o jornalista Pedro Motta Gueiros (2014b) publicou a matéria intitulada “Terapia do luto”, na qual buscava elaborar o episódio recente por meio de uma abordagem psicológica. O texto assumia a forma de um balanço reflexivo da derrota de 2014, reunindo interpretações de diferentes agentes do universo do futebol, entre eles o jornalista esportivo e ex-jogador Eduardo Gonçalves de Andrade, o Tostão; o atacante Fred; e o então coordenador técnico da seleção brasileira, Carlos Alberto Parreira. Este último destacava, de modo particular, uma transformação relevante na relação do brasileiro com a derrota esportiva. Segundo Parreira, o impacto de 2014 não desencadeou os mesmos processos de culpabilização observados após a Copa de 1950, afirmando que “Não houve caça às bruxas, não foi como o peso de 1950” (Gueiros, 2014b, p. 35). O episódio de 1950 permaneceria, assim, como referência não apenas pela intensidade do sofrimento provocado, mas também pelos efeitos deletérios que produziu sobre os jogadores. A “nova consciência” mencionada por Parreira sinaliza, assim, uma reconfiguração do lugar do futebol na identidade nacional, tema ao qual nos deteremos mais adiante.

Posição convergente é assumida pelo filósofo Francisco Bosco (2014) no texto “Homenagem”, publicado em 17 de dezembro. Embora o artigo se apresente, à primeira vista, como um balanço mais amplo da cultura brasileira nos anos recentes, o texto também se configura como uma homenagem à ESPN Brasil e, de modo particular, a José Trajano, seu fundador, responsável por um tratamento mais crítico e inteligível ao futebol, por meio de um conjunto de jornalistas reunidos sob sua liderança. Logo nas passagens iniciais, o autor observa que, para aqueles que mantêm uma relação afetiva com o futebol, 2014 constituiu um ano difícil. Contudo, ao estabelecer uma comparação entre a derrota sofrida na Copa do Mundo daquele ano e episódios traumáticos anteriores do futebol brasileiro, Bosco sustenta a prevalência dos traumas do passado. Nessa perspectiva, a derrota de 2014 não teria sido experimentado de forma tão intensa quanto as derrotas de 1950 e 1982, em razão do enfraquecimento do vínculo identitário entre futebol e nação, sinalizando uma crise já em curso: “A derrota humilhante na Copa só não foi traumática como as anteriores de 1950 e 1982 porque um processo de crise já vinha se instalando há tempos, esvaziando a identificação coletiva que produziu os traumas do Maracanã e do Sarriá” (Bosco, 2014, p. 2). Um elemento distintivo dessa interpretação é a incorporação, de modo inédito no conjunto de textos analisados, da derrota brasileira diante da Itália na semifinal da Copa do Mundo de 1982, no Estádio de Sarriá, na Espanha, como episódio equiparável a 1950. Para Bosco, ambos os acontecimentos

compartilham uma condição fundamental: a existência de vínculos densos e coesos entre futebol, cultura e nação. A seu turno, a derrota de 2014 não possui os mesmos significados devido à ausência dos referidos vínculos.

3.1.2. RECLASSIFICANDO 1950

No segundo grupo de textos analisados, sobressai a interpretação segundo a qual a derrota sofrida em 2014 configuraria o revés mais significativo da história da seleção brasileira. Trata-se, em sua maioria, de textos publicados no dia imediatamente posterior ao jogo, em 9 de julho. Diferentemente do balanço retrospectivo elaborado por Pedro Motta Gueiros (2014a) cem dias após a partida, seu texto publicado no calor do acontecimento expressa de forma direta o abalo provocado pela derrota, tomando 1950 como referência. Já no título “Duro golpe 64 anos depois. Em escombros” reaparece a ideia de um conhecido “golpe”, capaz de abalar os alicerces sobre os quais se construiu a identidade futebolística brasileira e de lançar o país a um estado de ruína. A derrota de 1950, nesse sentido, deixa de ser um episódio incompreensível para as gerações que não as testemunharam, pois os gols da Alemanha operaram para dotar de inteligibilidade o passado. Como escreve o jornalista: “O barulho do silêncio, que ecoou no Maracanã depois da derrota de 1950, soava inexplicável para quem não testemunhou aquela jornada, até que a explosão de gols da Alemanha trouxe um vazio apaziguador no Mineirão”. Nessa nova modalidade interpretativa, Gueiros não se restringe a simples analogia entre os dois episódios. Ao enfatizar a derrota avassaladora contemporânea, o autor requalifica o passado: a tragédia de 1950 é ressignificada como uma “derrota honrosa”, ao contrastar com o resultado de 2014. “Ao longo dos 90 minutos em que as ilusões do hexa se espatifaram contra o muro da realidade”, escreve, “a tragédia de 1950 se transformou definitivamente numa derrota honrosa”.

As aproximações entre 1950 e 2014, contudo, não se limitam ao fato de ambas as derrotas terem ocorrido em solo nacional. Elas se estendem também às expectativas desmedidas criadas em torno da seleção brasileira, fomentadas por discursos e intervenções de agentes políticos e institucionais, que contribuíram para a construção de expectativa que foram incapazes de se sustentar em campo:

No lugar do trabalho para atualizar os métodos, restaram as mesmas bravatas que remetem a 1950. Se, naquela ocasião, o prefeito Mendes de Moraes saudou os campeões antes do último jogo, dessa vez foi Parreira quem disse que o Brasil já tinha uma mão na taça enquanto Felipão prometia a conquista (Gueiros, 2014a, p.4).

Míriam Leitão (2014), renomada jornalista brasileira, também abordou a derrota em sua coluna publicada no dia seguinte ao jogo. Logo no título de seu texto – “Sem palavras” –, a jornalista sinaliza o caráter excepcional do acontecimento, capaz de ultrapassar os limites da linguagem e da explicação racional. Entretanto, se a experiência parecia escapar a qualquer tentativa imediata de compreensão, encontra-se no texto um esforço por racionalizar a derrota, acompanhado pelos paralelos entre 1950 e 2014, ou seja, se as palavras disponíveis não são eficazes, o passado oferece uma possibilidade de interpretação do presente. Novamente, 1950 é tomado como parâmetro comparativo para mensurar e analisar a gravidade do colapso. Neste sentido, destaca Míriam Leitão:

Pelo menos não ouviremos novo silêncio no Maracanã. Aquele de 1950. Um silêncio que se carregou por 64 anos e que foi transmitido como trauma olímpico de geração a geração até entrar no DNA. O único povo que tem um silêncio impresso em seus genes. Foi o Maracanazo (Leitão, 2014, p.22).

A derrota de 1950 é lembrado por Míriam Leitão a partir de um de seus registros mais recorrentes na memória coletiva: o silêncio que se abateu sobre a população brasileira diante do desfecho inesperado da final no Maracanã. Esse silêncio, frequentemente reiterado no discurso memorialístico, atravessou o tempo e foi transmitido entre gerações como símbolo do trauma inaugural da seleção e, por extensão, da nação brasileira. Contudo, à luz da experiência recente, ele adquire novos contornos e é ressignificado pelas marcas do presente. Nesse sentido, afirma a jornalista: “Hoje ele parece pequeno porque conhecemos o sabor amargo do Mineirão” (Leitão, 2014, p.22).

Figura de destaque no jornalismo esportivo, Fernando Calazans (2014) também interveio nesse contexto com um texto que diagnosticava a instauração de uma crise profunda no futebol brasileiro, decorrente não apenas da derrota em si, mas sobretudo da sua extensão e magnitude. Sob o título “Uma única saída: ressuscitar”, o jornalista parte do impacto imediato do resultado para sustentar que o futebol nacional teria alcançado um ponto-limite, no qual respostas pontuais ou reformas superficiais já não seriam capazes de produzir efeitos substantivos. Diante desse esgotamento, a única alternativa possível seria um processo radical de renascimento, que implicaria o abandono de práticas consideradas ultrapassadas, a começar pela própria CBF, descrita como uma instituição “que não se dá ao trabalho de estudar, aprender, discutir, se informar, se atualizar com o futebol que corre o mundo”. Nessa chave interpretativa, afirma Calazans: “Não há forma de remissão, de recuperação, de reação. O futebol brasileiro tem que nascer de novo” (Calazans, 2014, p.2). O passado, nessa leitura, já

não mais proporciona ensinamentos ou referências positivas, apresentando-se até mesmo como anacrônico à compreensão e à superação dos desafios do presente.

Ainda que o passado seja esvaziado de sua capacidade pedagógica de orientar o presente, a derrota de 1950 permanece mobilizada como referência comparativa, agora para situar o revés diante da Alemanha em um novo patamar histórico. Nesse sentido, Calazans afirma tratar-se de “(...) uma tragédia maior, muito maior, do que a vivida no Maracanã, na Copa de 1950, quando perdemos o título para o Uruguai, por 2 a 1”. Contudo, embora a comparação seja imediatamente acionada, o próprio autor reconhece seus limites, ao sugerir que as duas derrotas não são plenamente equiparáveis, sobretudo em função do tipo de desencantamento produzido em 2014. Para o jornalista, a derrota para a Alemanha aprofunda um sentimento de frustração, pois cultivava-se um sentimento de conquistar o hexacampeonato em nossa própria casa e, assim, vingar 1950: “Quem imaginava que um dia fôssemos nos redimir daquela derrota, na primeira Copa realizada no Brasil, se sente, agora, na segunda, mais desencantado do que nunca, com a derrota de 7 a 1 para a Alemanha na semifinal” (Calazans, 2014, p.2). Assim, o horizonte da redenção – ou daquilo que denominamos, no capítulo anterior, de “repositivação” do evento de 1950 – não apenas deixa de se concretizar, como é radicalmente frustrado, intensificando o desencantamento do presente.

Compreensão distinta é mobilizada por Aldir Blanc (2014), compositor de reconhecida importância no cenário cultural brasileiro, no texto “A máscara caiu”, publicado em 27 de julho. Convém reiterar que, no universo esportivo, a noção de “máscara” remete à ideia de desvelamento de uma ausência: a revelação de que determinados atributos, outrora atribuídos a uma equipe ou a um jogador, não se sustentam (Vogel, 1982). Nesse sentido, o texto de Blanc é estruturado a eleger os agentes específicos responsáveis pela maior derrota sofrida pela seleção brasileira em Copas do Mundo: o então técnico Luiz Felipe Scolari, o coordenador técnico Carlos Alberto Parreira e o presidente da CBF, José Maria Marin. O texto assume um tom marcadamente acusatório e punitivo, ao defender que tais personagens sejam inscritos de forma negativa na memória coletiva, sem possibilidade de absolvição. Em contraste, ao voltar-se para o passado, Blanc propõe um movimento de reconciliação com os protagonistas da derrota de 1950, historicamente transformados em bodes expiatórios: “Li, não lembro onde, uma frase importante: “A seleção de 1950 foi finalmente redimida”. É verdade. Juvenal, Bigode e principalmente Barbosa sofreram bastante como bodes expiatórios por toda a vida”. Portanto, o contraste estabelecido entre passado e presente incide, para além da comparação entre as derrotas, sobre a questão da atribuição de culpa e seu lugar na memória. Se, no caso de 1950, Blanc identifica uma injustiça histórica que demanda reparação, no presente ele sustenta que os

responsáveis pelo revés diante da Alemanha devem ocupar, de forma duradoura, o lugar de símbolos negativos da história do futebol brasileiro, conforme é possível observar na seguinte passagem: “Espero que o povo brasileiro recorde para sempre o que essas caretas fizeram com nossa paixão” (Blanc, 2014, p.19).

As memórias da juventude não se restringem àqueles que defendem a primazia traumática de 1950. Ao contrário, elas se fazem igualmente presente por autores que atribuem à 2014 a maior gravidade. Nesse registro encontra-se o texto de Carlos Lemos, arquiteto e colaborador de *O Globo*, publicado em 10 de julho sob o título comparativo “Da tristeza à ofensa”. Já no enunciado, destaca-se a distinção entre os episódios: a derrota para o Uruguai é situada no campo da tristeza, ao passo que o revés diante da Alemanha é associado a um sentimento de ofensa e humilhação. Ao recorrer às suas lembranças juvenis, Lemos relata que tinha quinze anos de idade e assistia à final de 1950 atrás do gol em que Ghiggia marcou o tento decisivo. Sua descrição enfatiza o clima emocional do estádio, marcado pela tristeza generalizada: “Foi um choque muito grande, muita gente chorando. É um exagero dizer que o estádio todo chorou. Fiquei triste, mas não chorei. (...) Deveria ter sofrido profundamente”. Em contraste, a derrota para a Alemanha, embora também dolorosa, é rapidamente deslocada do registro da tristeza para o da ofensa, entendida como humilhação coletiva. A avaliação comparativa entre os dois episódios é, assim, explicitada logo no início do texto, quando Lemos afirma: “O jogo contra a Alemanha, anteontem, foi muito mais sofrido. Na Copa de 50, o futebol não tinha a importância que tem hoje não só no Brasil, mas no mundo” (Lemos, 2014, p.12). Dessa forma, a centralidade ao qual ocupa o futebol na contemporaneidade é elemento fundamental para o estabelecimento hierárquico entre as derrotas²⁸.

Encerrando o conjunto de textos examinados nesta seção, encontra-se o artigo de Arnaldo Jabor (2014), publicado em 15 de julho, sob o título “A volta do complexo de viralatas”. Nele, o cineasta retoma a conhecida expressão formulada por Nelson Rodrigues em 1958, originalmente mobilizada para interpretar as causas da derrota de 1950 e projetar expectativas em torno da seleção brasileira na Copa do Mundo seguinte. Embora assinado por Jabor, o texto se constrói como uma atualização do diagnóstico rodrigueano, como se fosse o próprio Nelson Rodrigues a falar no contexto contemporâneo.

²⁸ Carlos Lemos sustenta que, em 1950, o brasileiro não tinha dimensão da importância que o futebol viria a adquirir no país. Contudo, é necessário relativizar tal afirmação. Conforme demonstra a análise de Arno Vogel (1982), a derrota em 1950 desencadeou um profundo estado de luto coletivo, evidenciando que o futebol já ocupava, naquele momento, um lugar central na sociedade brasileira.

O artigo assume um viés político, no qual os fracassos esportivos aparecem como expressão direta de escolhas e submissões no plano institucional. A derrota em campo é interpretada como resultado de uma postura acrítica diante das exigências impostas para a realização do torneio, sintetizada na ideia de uma “submissão à Fifa”, descrita de modo irônico como um comportamento de quem “lambe os pés” da entidade. Aqui, o “complexo de vira-latas” ressurge associado à imagem de um país de “humilhados e ofendidos”, em que o revés esportivo funciona como sintoma de uma corrupção estrutural, resumida na afirmação de que o Brasil seria dominado por “ladrões de galinha e batedores de carteira”. É nesse registro político que a memória da derrota de 1950 é acionada. Para Jabor, ainda que a derrota originária tenha sido profunda, ela se inscrevia em um horizonte marcado por expectativas coletivas de futuro. Em contraste, a derrota de 2014 revela um cenário de esvaziamento dessas projeções, como explicita ao afirmar: “Foi diferente de 1950. Lá, sonhávamos com um futuro para o país. Agora, tentamos limpar nosso presente” (Jabor, 2014, p.10). Assim, o revés contemporâneo passa a ser interpretado como diagnóstico de uma desesperança generalizada, tanto no plano esportivo quanto no político, em que o futuro é relegado em favor de uma tentativa imediata de remediar o presente.

3.2. BRASIL: AINDA UM PAÍS DO FUTEBOL?

Enquanto grande parte das publicações de *O Globo* de 9 de julho se concentrava em examinar, interpretar e lamentar a derrota da seleção brasileira, sobressaía, nesse conjunto, uma entrevista concedida pelo antropólogo Roberto DaMatta. Desde as questões iniciais, a Copa do Mundo de 1950 é acionada como eixo interpretativo para a compreensão de diferentes dimensões do futebol no Brasil: os padrões de comportamento da população diante do esporte; a presença, ou não, de uma paixão nacional consolidada pela seleção antes daquele torneio; e os impactos da derrota de 1950 sobre o nacionalismo em formação. Em um plano mais individual, a entrevista também se detém na experiência do próprio DaMatta, ao indagar se ele teria assistido presencialmente às partidas daquele Mundial, ocasião em que o antropólogo destaca o campeonato como um marco formativo de sua consciência futebolística.

A relevância dessa entrevista decorre do fato de que ela dialoga diretamente com interpretações anteriormente formuladas por DaMatta, em especial aquelas desenvolvidas em *Antropologia do óbvio* (1994). Em sua análise, o antropólogo recupera a conhecida formulação segundo a qual o futebol, apesar de sua origem inglesa, teria sido apropriado e ressignificado pelos brasileiros. Tal apropriação conferiria singularidade à prática do futebol no Brasil justamente por contrariar os pressupostos dos teóricos racistas do século XIX, que associavam

a miscigenação à degenerescência e sustentavam que sociedades marcadas pela mistura racial estariam inevitavelmente “condenadas ao fracasso”. Para DaMatta, o futebol brasileiro operou como um espaço de produção de valores positivos, entre os quais se destaca a autoconfiança coletiva, ao evidenciar que a miscigenação não constituía um fator de limitação, mas, ao contrário, um elemento de afirmação e consagração nacional. Nesse sentido, o antropólogo aponta que o futebol “trouxe ao Brasil um elemento moderno que fez com que nós acreditássemos em nós mesmos” (Miranda, 2014, p.12).

Tal formulação ressoa o aspecto diferencial pelo qual o futebol se estruturou no Brasil. O futebol dionisíaco – expressão cunhada por Gilberto Freyre (1938) – ou, em sua acepção mais conhecida, o futebol-arte, introduziu um diferencial em campo mediante a gramática corpórea pela qual os jogadores passaram a se expressar. Esse caráter distintivo consagrou-se através do protagonismo do atleta negro nas conquistas de torneios mundiais em 1958, 1962 e 1970 (Gordon Jr., 1995). Essa modalidade esportiva que “obriga a inclusão de todo o corpo”, especificamente “as pernas, os quadris e a cintura”, constituiu, segundo Roberto DaMatta (1994, p.16), um “elaborado simbolismo” repleta de “qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de espontaneidade individual” (Freyre, 1938, p.4), expressão do mulatismo brasileiro. Para além da questão diferencial interna, esse protagonismo projetou o país no plano internacional, afirmando o Brasil como referência global no âmbito futebolístico. A derrota de 2014 incidiu precisamente sobre a equivalência entre um estilo próprio de jogar futebol no Brasil e uma identidade nacional positivamente diferenciada, buscando revelar as carências e defasagens dessa correlação.

A derrota de 7x1 para a Alemanha mobilizou, assim, um conjunto de discursos nos quais o resultado é interpretado como expressão de uma suposta “crise” da identidade nacional. A análise dessas formulações exige, preliminarmente, breve consideração acerca da noção de identidade.

Conforme aponta Stuart Hall (1995), a noção de identidade tende a apreender o social a partir de um registro estável e essencializado, negligenciando as dinâmicas e transformações que atravessam continuamente a vida social. Para o autor, as identidades “nunca são unificadas”, sendo antes produzidas ao longo de “discursos, práticas e posições” historicamente articulados e permanentemente abertos à mudança. Nessa perspectiva, compreender o que se entende por identidade não remete a uma substância fixa ou a um núcleo compartilhado por uma dada coletividade, mas a um processo incessante de construção e reconstrução. Torna-se necessário, portanto, analisar de que modo determinadas identidades são produzidas em práticas

discursivas concretas e em contextos históricos específicos, enfatizando, assim, seu caráter relacional (Hall, 1995, p.108-109).

Em *Cultura brasileira e identidade nacional*, Renato Ortiz (2012) argumenta que a identidade nacional não se configura como uma expressão direta da cultura, mas como uma elaboração discursiva situada em um nível secundário. Assim como a memória nacional, a identidade não emerge espontaneamente da experiência social, sendo construída por meio de discursos que convertem a “heterogeneidade da cultura popular” em um discurso ideológico unívoco e coerente. Esse processo implica um trabalho de seleção e ordenamento de elementos simbólicos que passam a ser apresentados como representantes legítimos da nação. Pode-se afirmar, portanto, que a identidade nacional não é encontrada na realidade empírica, mas construída e continuamente reconfigurada. Diante desse caráter produzido da identidade e da memória, Ortiz adverte para a necessidade de formular perguntas fundamentais: “quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesses elas servem?” (Ortiz, 2012, p.138-139).

3.2.1. O NOVO LUGAR DO FUTEBOL NA NAÇÃO

A partir dessa breve consideração, voltamos a atenção para as interpretações que emergem da derrota brasileira em 2014. Ao estabelecer uma comparação entre as derrotas de 1950 e 2014, Leda Costa (2016) aponta que, ao contrário do ocorrido no primeiro caso, o revés mais recente não pode ser compreendido como uma derrota da nação. Para a autora, a articulação entre futebol e identidade nacional já não operava, em 2014, do mesmo modo que tal relação se deu ao longo do século XX. Verifica-se, segundo a autora, um processo gradual de enfraquecimento na “relação entre futebol e identidade nacional” (Costa, 2016, p.143), e a partida contra a Alemanha traz um exemplo relevante. No sétimo gol alemão, o narrador Galvão Bueno dirige-se ao público brasileiro sublinhando a necessidade de compreender o ocorrido estritamente como um evento esportivo, rompendo com a tradicional equivalência entre futebol e nação. Além disso, Costa chama atenção para o impacto das novas tecnologias da comunicação na forma como as experiências coletivas relacionadas ao futebol são vivenciadas, de modo que a expansão das redes sociais dificultou a constituição de um sentimento homogêneo em torno da seleção brasileira. Nesse cenário, o enfraquecimento dos vínculos identitários se expressa na circulação de conteúdos humorísticos sobre o resultado, especialmente por meio do compartilhamento de “memes”.

O retraimento das associações entre futebol e nação é formulado na crônica de Luís Fernando Veríssimo (2014a), intitulada “A última”, publicada em 14 de julho. Nesse texto, o

cronista expressa um ceticismo em relação às leituras sociológicas que tomam o futebol como metáfora do país. Logo no início da crônica, Veríssimo aplica essa contestação à derrota para o Uruguai em 1950, enfatizando sua discordância quanto à ideia de que aquele resultado teria afetado o Brasil como um todo. Sua desconfiança em torno da conversão de campanhas esportivas em representações da identidade nacional é sintetizada na afirmação: “Nessa de que uma seleção de futebol reflete uma era, um governo, a autoavaliação e o ‘zeitgeist’ (saúde!) de uma nação, há mais literatura do que verdade” (Veríssimo, 2014a, p.16). Ao retirar do selecionado a capacidade de representar a nação, Veríssimo sustenta que a seleção brasileira “representa a si mesma e os erros de quem a convocou e treinou”, de modo que os insucessos não dizem respeito ao Brasil enquanto coletividade nacional, mas se restringem a problemas de ordem tática, técnica e administrativa. Ainda que reconheça o caráter doloroso imposto pela derrota – capaz de produzir uma “melancolia reinante” e de levá-lo a se situar de forma imaginária no futuro, rememorando o ano de 2014 –, Veríssimo insiste que tal episódio não possuiria poder necessário para modificar o Brasil enquanto nação.

Na matéria “Para entender: sete perguntas”, o sociólogo Ronaldo Helal foi instado a responder à questão “A seleção ainda é a pátria de chuteiras?”, expressão cunhada por Nelson Rodrigues na década de 1970 para designar o lugar central do futebol na experiência nacional brasileira. Helal é categórico ao afirmar que tal associação se perdeu “há muito tempo”, indicando que, no presente, observa-se um distanciamento progressivo entre a seleção brasileira e a nação. Embora reconheça que persista uma semelhança evidente entre seleção e país – sobretudo no que se refere à sua capacidade de representar o Brasil no cenário internacional –, o sociólogo relativiza o alcance dessa analogia. Em consonância com a posição expressa por Luís Fernando Veríssimo, Helal sustenta que “a vitória e a derrota são da seleção, e não da nação”, isto é, os resultados esportivos já não se convertem automaticamente em diagnósticos de êxito ou fracasso do país enquanto coletividade.

Mais do que apenas constatar o enfraquecimento dessa associação, Helal oferece uma explicação relevante para compreendê-la. Para o sociólogo, o fato de o Brasil já não se configurar como uma “pátria de chuteiras” não decorre de um sentimento de perda, mas do “amadurecimento da democracia” (O Globo, 2014b, p.9). Tal interpretação pode ser compreendida à luz de uma sociedade brasileira mais plural, na qual não se faz mais necessária a projeção de expectativas nacionais sobre um único objeto cultural, como a seleção brasileira. Assim, com o avanço do processo democrático, o futebol deixou de ocupar um espaço totalizante – posição que lhe foi atribuída ao longo do século XX – passando a assumir um lugar mais delimitado, circunscrito aos limites do campo esportivo e às quatro linhas do jogo.

Compreensão semelhante é mobilizada pelo antropólogo Hermano Vianna (2014) no texto “Outros assuntos”, publicado em 25 de julho. Ao longo da disputa da Copa do Mundo, Vianna afirma ter relutado em escrever sobre o torneio, atitude que justifica pelo sentimento de estar “sem sintonia com a nação”. Tal percepção decorre do reconhecimento de que a sociedade brasileira contemporânea se configura como um país “mais diversificado do que aparentava”, no qual a pluralidade de interesses e formas de pertencimento dificulta a concentração homogênea da atenção coletiva em torno da seleção brasileira. É nesse contexto que a memória da Copa do Mundo de 1950 é mobilizada de maneira distanciada. Ao comentar a recente derrota para a Alemanha, Vianna rejeita a equivalência entre os dois episódios e formula uma crítica implícita à transmissão geracional da memória de 1950: “A derrota de 7x1 não vai virar, espero, uma final de 1950 (esse mané ‘trauma’ já deu o que tinha pra dar)”. A recusa em estabelecer paralelos diretos entre as derrotas articula-se, assim, ao seu sentimento de afastamento em relação à nação, encontram explicação na própria heterogeneidade da sociedade contemporânea. Como sintetiza o antropólogo, “não existe mais ‘o’ Brasil, ou ‘um’ povo brasileiro, interessado nas mesmas coisas ao mesmo tempo” (Vianna, 2014, p.2).

A noção de “complexo de vira-lata” reaparece no conjunto de textos analisados, agora mobilizada de forma prospectiva e reflexiva no texto “Vira-lata, mas sem complexo”, de autoria de Jason Tércio (2014), publicado em 10 de junho, dois dias antes da estreia do Brasil no certame. Ao especular sobre os possíveis cenários do desempenho da seleção brasileira, o autor formula questões que evocam reações históricas associadas aos sucessos e fracassos do selecionado no torneio máximo do futebol: “Será que o povo vai ficar ganindo e chorando, como os vira-latas de 1950? E se ganhar, as ruas vão ficar lotadas de patrioteiros pitbulls latindo de euforia, como em 1958, 1962, 1970?”. Em ambos os casos, vitórias e derrotas são interpretadas a partir de uma chave do excesso emocional – seja o sofrimento prolongado, seja a exaltação ufanista – traço que, segundo o autor, teria marcado momentos anteriores da articulação entre futebol e identidade nacional. Contudo, esse padrão não se manteria no presente. Para Tércio, nem a lamentação duradoura nem a euforia desmedida tenderiam a se reproduzir, uma vez que o futebol já não ocuparia a posição central que desempenhou em outras épocas: “o Brasil já não depende de futebol para ser feliz ou infeliz de quatro em quatro anos”. Embora tal formulação pudesse ser lida como sinal de desencanto, distanciamento ou mesmo resignação, o texto a apresenta em chave positiva, como evidência de um processo de amadurecimento social. A reconfiguração do lugar do futebol é, assim, interpretada como uma tentativa de libertar a nação das amarras de um passado marcado por expectativas totalizantes e de projetá-la para um futuro menos dependente dos desempenhos esportivos. Nesse sentido,

ao afirmar que “o complexo de vira-lata acabou faz tempo” e que “está mais do que na hora de acabar também o complexo de ‘melhor do mundo’” (Tércio, 2014, p.19), o autor aponta para uma ruptura simultânea tanto com o sentimento autodepreciativo associado às derrotas quanto com o ufanismo exacerbado em momentos de vitória.

O conjunto de autores e especialistas que intervieram no debate público ao interpretar a derrota e os rumos da seleção brasileira — Luís Fernando Veríssimo, Ronaldo Helal, Hermano Vianna e Jason Tércio — converge na compreensão de que o enfraquecimento da relação entre o brasileiro e a seleção não deve ser explicado a partir de uma suposta crise da identidade nacional, tampouco é formulado em chave pessimista. Ao contrário, essas leituras se articulam no esforço de compreender tal afrouxamento como efeito de uma reconfiguração mais ampla da sociedade brasileira contemporânea, marcada pela multiplicação dos produtos culturais e por uma crescente complexidade e heterogeneidade social. Nesse cenário, o futebol deixa de ocupar uma posição central e totalizante na construção da identidade nacional, passando a compartilhar esse espaço com outros elementos culturais. Trata-se, portanto, não de um diagnóstico de colapso, mas de uma interpretação que busca desnudar processos de transformação nos modos de produção da identidade nacional. Resta, por fim, deslocar o olhar para o polo oposto desse processo interpretativo, no qual a derrota no presente é compreendida como expressão de uma crise mais profunda, situada tanto dentro quanto fora de campo.

Antes de adentrar propriamente na análise, é necessário assinalar uma diferença fundamental entre os discursos mobilizados nesta etapa. Se, na seção anterior, privilegiaram-se interpretações formuladas por intelectuais, escritores e cientistas sociais – agentes externos ao universo do futebol, que o analisam como fenômeno cultural mais amplo –, aqui passam a ganhar centralidade os jornalistas especializados em futebol, profissionais que construíram suas carreiras no tratamento da notícia esportiva. Essa distinção produz uma mudança significativa no enquadramento interpretativo da derrota. Enquanto os discursos anteriores enfatizavam o enfraquecimento da relação entre futebol e nação como efeito de transformações da sociedade brasileira, os textos agora analisados operam sob a chave da crise, isto é, buscam identificar as razões que teriam conduzido a seleção brasileira à maior derrota de sua história em Copas do Mundo. Iniciemos, portanto, a partir do editorial do periódico, com o texto “A necessária superação do vexame”.

Nesta seção, o editorial adquire centralidade por integrar um conjunto de discursos que além de interpretar a derrota, confrontam e desconstruem formulações historicamente consagradas acerca da relação entre futebol e nação. Ao afirmar que o Brasil teria sido “ultrapassado por outros países” no plano futebolístico, o texto aciona uma leitura comparativa

sobre o desenvolvimento do futebol nacional. Embora o editorial não explicita as causas desse deslocamento, é possível situá-lo no contexto mais amplo da intensificação da circulação internacional de capitais no futebol a partir de meados da década de 1980. Esse processo, ao promover um trânsito massivo de jogadores, permitiu que seleções e clubes anteriormente considerados periféricos no cenário internacional elevassem significativamente seu nível competitivo, em parte graças ao acúmulo de capital futebolístico (Damo, 2008) por seus atletas. Tal dinâmica global, articulada a uma organização institucional avaliada como deficitária no caso brasileiro, é mobilizada pelo editorial para relativizar mitos duradouros associados à identidade nacional, sobretudo aquele que atribuíra ao Brasil um suposto “monopólio da habilidade e do brilhantismo” no futebol. Ao reconhecer esse imaginário como ilusório, o texto desloca o foco da explicação para fatores estruturais, apontando que o fracasso brasileiro estaria relacionado à persistência de práticas como o “jeitinho” e a “malandragem”, compreendidas como obstáculos à necessária modernização do esporte. Em contraposição, a Alemanha é apresentada como exemplo paradigmático de uma nação que teria sido “capaz de somar a habilidade individual à disciplina” (O Globo, 2014, p.18), promovendo uma reestruturação abrangente de seu futebol em escala nacional.

Pedro Motta Gueiros (2014a) mobiliza compreensão semelhante ao interpretar a decadência do futebol brasileiro a partir da reforma do Estádio do Maracanã. Conforme demonstram Melo e Cid (2019), a realização dos sucessivos megaeventos esportivos sediados no Brasil – os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – esteve condicionada a uma profunda reestruturação do Estádio Mário Filho. Esse processo, que extrapolou a dimensão das adequações técnicas, implicou transformações substantivas nas formas de ocupação e de vivência do estádio. A principal delas foi a extinção da geral, setor historicamente associado às camadas populares, em favor da ampliação de camarotes voltados à atração de públicos de maior poder aquisitivo. Qualificada pelo jornalista Pedro Motta Gueiros como fruto de uma “engenharia questionável”, essa modernização é interpretada como um processo de descaracterização de um espaço que funcionava como lugar privilegiado de pertencimento coletivo, esvaziando, assim, seu sentido identitário. A esse esvaziamento soma-se ainda o fato de que a seleção brasileira não atuou no Maracanã ao longo da Copa do Mundo – reencontro que apenas ocorreria caso o selecionado alcançasse a final do torneio. Desse modo, tanto a reforma do estádio quanto sua exclusão do itinerário da seleção são articuladas por Gueiros como expressões da “perda de identidade de todo o futebol brasileiro”. Para além do resultado em campo, o próprio espaço de expectativa emerge, assim, como símbolo da decadência do futebol nacional.

A interpretação de Pedro Motta Gueiros avança, contudo, para um lugar-comum historicamente enraizado no imaginário do futebol brasileiro: a ideia de que, no Brasil, os jogadores “nascem prontos” para o futebol, como se o talento fosse uma dádiva natural que dispensaria processos sistemáticos de aperfeiçoamento. Nesse registro, o jornalista afirma que “a natureza deixou de produzir craques feito capim”, recorrendo a uma metáfora que remete a um passado idealizado, no qual o dom e a habilidade emergiriam de forma espontânea, singularizando o país no cenário futebolístico internacional. Segundo Gueiros, o presente seria marcado pela dissolução das condições sociais responsáveis por produzir esse tipo de talento, hoje inexistentes. No entanto, tal compreensão pode ser problematizada a partir das análises de Arlei Damo (2008), para quem o dom não pode ser entendido apenas como uma dádiva natural, mas como algo que exige constante lapidação por meio do trabalho sistemático nos centros de formação de jogadores.

É justamente a partir desse diagnóstico sobre a suposta ausência das condições sociais de produção do craque que Gueiros identifica a emergência do que denomina como a “necessidade de um cultivo sistemático e científico” do futebol. No entanto, segundo o próprio jornalista, esse processo de racionalização da formação não teria sido capaz de gerar os resultados esperados. Ao recorrer à imagem de um “vinhedo esgotado”, Gueiros sugere que o modelo contemporâneo de formação de jogadores teria limitado aquelas qualidades tradicionalmente concebidas como inatas ao futebolista brasileiro. Para o jornalista, o cerne desse problema reside no êxodo cada vez mais precoce dos jogadores brasileiros para o futebol europeu e outros mercados internacionais. Esse deslocamento faria com que os atletas fossem socializados em uma cultura de jogo exógena antes mesmo da conclusão de sua formação em seu país, interrompendo o processo de maturação do jogo. Como consequência, o estilo brasileiro tenderia à homogeneização, perdendo aquilo que historicamente o diferenciava no cenário internacional: o imprevisto e a afirmação individual. Nas palavras de Gueiros, “com o êxodo prematuro, o brasileiro passou a jogar como os demais sem ter uma referência doméstica para preservar os princípios de uma escola de excelência” (Gueiros, 2014a, p.9).

Fernando Calazans (2014) também mobiliza a questão da formação de jogadores ao diagnosticar o atraso que se encontra o futebol brasileiro. Ao analisar o desempenho da seleção ao longo do torneio, o jornalista enumera um conjunto de recursos técnicos e táticos que considera, por definição, antagônicos e contraditórios com o chamado “estilo brasileiro”: “armar retranca, segurar vitória de 1 a 0, dar chutões para frente, desencadear correrias, ensaiar faltas táticas, cometer essas faltas, dar pontapés, agarrões, puxões”. Trata-se, segundo sua leitura, de um repertório de práticas indesejáveis, associado a um futebol reativo e defensivo –

um verdadeiro anti-estilo, distante da tradição brasileira. Em contraste direto, Calazans apresenta a seleção alemã como a antítese desse jogo: segundo o jornalista, a equipe germânica não teria recorrido a nenhuma desses expedientes na partida contra o Brasil.

A partir desse contraste, Calazans desloca a análise para o lugar onde tais disposições são forçadas: as categorias de base. É nesse ponto que o jornalista convoca o passado como parâmetro de comparação, evocando um período em que vigoraria um padrão de excelência na formação de jogadores, sobretudo durante os anos do pentacampeonato: “Estamos preparando atacantes e armadores como já tivemos – tantos! – nos anos do pentacampeonato?”. A pergunta retórica direciona-se a uma crítica acerca do perfil de jogadores que vêm sendo formados. Calazans questiona se o processo atual não estaria privilegiando um tipo de atleta tecnicamente empobrecido, no qual predominam atributos físicos em detrimento da criatividade e da inteligência de jogo: “Ou estamos selecionando a garotada mais forte, mais parruda, para formar volantes, zagueiros e atacantes de força que corram mais do que os outros?” (Calazans, 2014, p.2). Ambas as interrogações convergem para um mesmo diagnóstico: a derrota para a Alemanha não foi apenas uma derrota acidental, mas reflete o processo prolongado de descaracterização do futebol brasileiro, que se encontram desde as categorias de base.

Apesar dos problemas apontados por Pedro Motta Gueiros e Fernando Calazans, o ideário da supremacia do futebol brasileiro mostra-se resistente às evidências em sentido contrário. Essa persistência é explicitada pelo ex-jogador e comentarista Tostão ao afirmar que, “Mesmo com todas as evidências em contrário, se insistia que somos o país do futebol, que só aqui tem craque e que se joga melhor do que os outros” (Gueiros, 2014b, p.35). Essa declaração revela a força de uma crença amplamente compartilhada que, apesar dos sucessivos insucessos em edições recentes de grandes torneios internacionais, tais resultados não são suficientes para abalar a identificação do Brasil como a “pátria de chuteiras”. Tal apego à essa noção revela, segundo Tostão, um traço de soberba, na medida em que essa autoimagem construída e glorificada impede que se enxergue as transformações ocorridas no cenário futebolístico global. Nesse sentido, a derrota para a Alemanha adquire um estatuto singular. Mais do que a derrota em si, ela se apresenta como uma ruptura, capaz de desestabilizar o ideário da supremacia brasileira no futebol. A goleada sofrida e as posições assimétricas nos estilos de jogo de ambas as equipes funcionam, portanto, como um anúncio da perda da centralidade do Brasil no futebol.

No mesmo registro interpretativo, embora com uma ligeira inflexão, João Máximo reconhece a existência de uma consciência já relativamente sedimentada acerca do declínio do futebol brasileiro. Ao afirmar que “Sabíamos, também, que o futebol brasileiro há tempos já não é o que já foi” (Máximo, 2014, p.12), o jornalista indica que a derrota não revelou algo

inteiramente novo, mas antes se inscreveu em um processo gradual de percepção do esgotamento do futebol pátrio. Ao remeter as qualidades distintivas que outrora singularizavam o futebol nacional, Máximo enumera atributos como “alegria, arte, brilho”, elementos que extrapolavam a dimensão técnica do jogo e produziam encantamento tanto no público local quanto no cenário global. Era a partir desses atributos que se construía discursivamente a associação entre futebol e identidade nacional, conferindo ao esporte um papel central no Brasil. A seu turno, ao constatar que tais atributos não mais fazem presente no futebol brasileiro, implica em um profundo processo de desencantamento. A derrota para a Alemanha é, assim, a manifestação mais acabada desse desencantamento: ela condensa tal declínio nos sete gols sofridos pelo Brasil e evidencia o distanciamento entre o passado e o presente.

Após analisar as concepções contrastantes sobre a relação entre futebol e identidade nacional – posições orientadas por interpretações negativas ou positivas –, é preciso observar a quem tais discursos se dirigiam no processo de atribuição de responsabilidades. Conforme demonstrado no dendrograma (Figura 1) e na AFC (Figura 2) apresentadas anteriormente, os discursos da imprensa esportiva concentraram-se nos responsáveis pelo comando técnico e institucional do selecionado nacional: Luiz Felipe Scolari (Felipão), Carlos Alberto Parreira e José Maria Marin. Pedro Motta Gueiros identifica essa decomposição institucional ao afirmar que “o apodrecimento das estruturas começa pelas instituições que comandam o futebol brasileiro” (Gueiros, 2014a, p. 4). A CBF, entidade máxima do futebol no país, destaca-se por um protagonismo negativo, em razão das situações em que esteve “ligada à política e aos negócios escusos”, o que reforça o distanciamento entre as instâncias dirigentes e os vínculos afetivos com o torcedor. Não menos problemáticos são os diagnósticos relativos à gestão da seleção em campo. As críticas referem-se tanto às falhas de planejamento e organização quanto às escolhas técnicas, incluindo a própria “qualidade discutível de jogador” convocado para o selecionado (O Globo, 2014a, p. 18).

Se, conforme assinala Joël Candau (2023), memória e identidade podem ser compreendidas como noções quase intercambiáveis, uma vez que ambas se constituem por meio de processos imbricados, observa-se, no corpus analisado neste capítulo, que a memória da Copa do Mundo de 1950 irrompe no discurso midiático como operador interpretativo destinado a marcar o distanciamento em relação à identidade historicamente construída em torno do futebol brasileiro. A leitura negativa da relação entre nação e futebol, frequentemente tangenciando um diagnóstico de crise identitária, adquire centralidade, sobretudo, quando se busca identificar e explicar as causas do declínio percebido. Os diagnósticos que emergem desse conjunto discursivo tendem a situar as origens da crise fora do campo estritamente esportivo.

Problemas localizados no âmbito da política, das instituições e da gestão do futebol brasileiro são tomados como fatores que reverberam sobre o desempenho em campo. As falhas acumuladas em esferas exógenas ao jogo articulam-se àquelas restritas ao campo, na medida em que se soma a esse diagnóstico a compreensão de que os jogadores do presente são tecnicamente inferiores, menos criativos e desprovidos da qualidade do improvisado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas derrotas da seleção brasileira em Copas do Mundo, a referência recorrente é aquela relativa ao torneio de 1950, disputado pela primeira vez em território nacional. A magnitude daquele resultado, ocorrido em um contexto no qual o Brasil figurava como favorito incontestado ao título, produziu efeitos que extrapolaram o âmbito esportivo. A frustração coletiva decorrente da derrota resultou em um estado de luto coletivo, conforme analisado por Arno Vogel (1982), marcando a forma como esse revés seria posteriormente rememorado. Contudo, essa memória não permaneceu estática ao longo do tempo, de modo que, em diferentes contextos, observaram-se distintas formas de esquecimento dessa derrota.

Nesse sentido, buscou-se esboçar, no primeiro capítulo, as articulações empreendidas pelo país para sediar a Copa do Mundo de 1950, destacando-se, nesse processo, a construção do Estádio Municipal como o principal esforço conduzido. Em seguida, analisou-se a forma como a derrota de 1950 passou a ser disputada no campo discursivo ao longo da década de 1960, período em que se sobressaem dois dos mais importantes jornalistas esportivos do país: Mário Filho e Nelson Rodrigues. Embora compartilhassem a mesma origem familiar, por serem irmãos, cada um deles atribuía sentidos distintos e antagônicos à memória da derrota. Mário Filho posicionava-se como defensor do esquecimento da derrota de 1950. Para ele, as conquistas dos títulos mundiais de 1958 e 1962 seriam suficientes para apagar não apenas a derrota em si, mas também os dramas sociais que dela derivaram. É válido, novamente, frisar um ponto de inflexão identificado no pensamento de Mário Filho a partir de sua obra *O negro no futebol brasileiro* (2010). Ao reeditá-la, em 1964, Mário Filho reconhece que a derrota havia provocado um recrudescimento do racismo no país, reativando preconceitos que ele próprio acreditava já terem sido superados. Por sua vez, demonstrou-se que Nelson Rodrigues adotava posição oposta. Distante da defesa do esquecimento, o cronista sustentava a lembrança contínua da derrota de 1950, entendendo-a como um acontecimento ainda carregado de sentidos pedagógicos para a sociedade brasileira.

A natureza do esquecimento assume contornos particulares quando examinada sob a perspectiva dos próprios protagonistas da derrota de 1950. O segundo capítulo dedicou-se, inicialmente, à análise do enfrentamento dessa derrota dezoito anos após sua ocorrência, em 1968. Emergiram estratégias marcadas pelo silêncio e pelo esquecimento deliberado, adotadas como mecanismos de preservação da continuidade cotidiana e de prevenção do retorno às possíveis falhas individuais e/ou coletivas. A obra *Dossiê 50* (2013), do jornalista Geneton Moraes Neto, ofereceu complemento analítico fundamental para compreender como o esquecimento, distante de operar de forma absoluta, mantém fronteira porosa com o desejo de

reparação. Categorias como “forra” e “desforra” expressam essa necessidade compensatória em relação ao revés de 1950. A lógica reparadora manifesta-se através da rememoração investida de sentido redentor de episódios posteriores: o confronto Vasco da Gama versus Peñarol em 1951 e as partidas entre Brasil e Uruguai em 1952 e 1970. Denominou-se esse movimento de “repositivação” da derrota. Todavia, a análise demonstrou que a crença na eficácia desse processo não era consensual entre os protagonistas. Diversos jogadores compreendiam tais tentativas de repositivação como fundamentalmente inócuas, incapazes de produzir o esquecimento necessário.

O terceiro capítulo distingue-se analiticamente dos dois anteriores em função da orientação teórica e metodológica que o fundamenta. Parte-se da compreensão de que, com a derrota do Brasil na Copa do Mundo de 2014, a memória da derrota de 1950 *irrompe* (Seixas, 2004), isto é, manifesta-se de modo dissociado de efemérides ou rituais de lembrança. A partir desse movimento, o capítulo dedica-se à análise das batalhas pela memória – e também pelo esquecimento – estabelecidas entre os dois eventos, nas quais se disputam os sentidos atribuídos a cada uma das derrotas e, sobretudo, a hierarquização de seus impactos na história do futebol brasileiro. O debate não se restringe ao resultado em si, mas busca identificar como a sociedade se ancora por meio das reações às derrotas. Ademais, a memória da derrota de 1950 é mobilizada como instrumento analítico para interpretar a derrota de 2014 a partir de diagnósticos que apontam para uma crise da identidade associada ao futebol. É nesse ponto que se delineiam dois conjuntos discursivos divergentes: de um lado, aqueles que formulam compreensões positivas desse processo, interpretando o enfraquecimento do vínculo identitário como sinal de pluralismo cultural e amadurecimento democrático; de outro, aqueles que apresentam leituras marcadamente negativas, aprofundando o cenário de uma suposta crise. Nesse sentido, observa-se um sentimento de perda que perpassa o discurso jornalístico, incidindo inicialmente sobre a ausência de qualidade técnica em campo, mas que rapidamente se orienta à identificação de suas razões, localizadas em questões de ordem política e institucional.

Em última instância, este trabalho procurou demonstrar que a memória coletiva se constitui como um processo de permanente construção, no qual os diferentes tipos de esquecimento não se configuram apenas como negação da lembrança, mas como elementos que constituem tal constructo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antônio Jorge. O que o brasileiro não esquece nem a tiro é o chamado frango de Barbosa: questões sobre o racismo no futebol brasileiro. **Movimento**, v. 15, n. 2, p. 13-31, abr./jun. 2009.

ALEXANDRE, J-Michel. Introdução. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p.17-24.

ANTUNES, Fátima. “**Com brasileiro, não há quem possa!**”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **OSAL – Observatório Social de América Latina**, ano XIV, n.34, p.37-49, nov. 2013.

BÉDARIDA, François. Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente. **Cuadernos de Historia Contemporánea**, v.20, p.19-27, 1998.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.36-49.

BOA VIAGEM A. COSTA, Hebe C. Resgatando a Memória dos Pioneiros: João Carvalhaes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. XXVI, n. 3, 2006, p. 15-22.

BOMFIM, Silvano Andrade do. Lei geral da Copa, soberania nacional e a Constituição. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 19, n. 1, p. 235-253, 2012.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. **OSAL – Observatorio Social de América Latina**, ano XIV, n. 34, p. 51-61, nov. 2013.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o Historiador da Memória (entrevista). **História Social**, n.06, Campinas, 1999, p. 13-33.

BRINATI, Francisco Ângelo. **Maracanazo e Mineiraten: Imprensa e Representação da Seleção Brasileira nas Copas do Mundo de 1950 e 2014**. Rio de Janeiro, 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CABO, Álvaro Vicente do; HELAL, Ronaldo. 17 de junho de 1970 - Brasil 3 x1 Uruguai: jornalismo esportivo e acionamento da memória na imprensa uruguaia. In: ANAIS DO 17º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2008. Disponível em: <https://proceedings.science/compôs/compôs-2008/trabalhos/17-de-junho-de-1970-brasil-3x1-uruguai-jornalismo-esportivo-e-acionamento-da-mem?lang=pt-br>. Acesso em: 02 Dez. 2025.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. 4. ed. Lisboa: Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2023.

CARDOSO, Irene. Foucault e a noção de acontecimento. **Tempo social**, v. 7, p. 53-66, 1995.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. *E-book*.

COSTA, Leda Maria da. **A trajetória da queda**: as narrativas da derrota e os principais vilões da seleção brasileira em Copas do Mundo. Rio de Janeiro, 2008. 159 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

COSTA, Leda Maria da. Maracanazo, adeus? Da tragédia de 1950 a vergonha de 2014 nas narrativas da derrota da seleção brasileira na imprensa. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 4, n. 7, p. 126-149, 2016.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **Cronistas esportivos em campo**: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958). Curitiba, 2016. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. **Revista USP – Dossiê Futebol**. São Paulo, n. 22, 1994, p. 10-17.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade. In: DAMATTA, Roberto (Org.). **Universo do Futebol**: Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982, p.19-42.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DAMO, Arlei Sander. Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 66, 2008, p. 139-150.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

ESPÍNDOLA, Luciene. Futebol é guerra: a metáfora conceptual do futebol. **Revista de Letras**, UFPB, João Pessoa, v. 1, n. 32, p. 37-43, jan.-jun., 2013.

EYERMAN, Ronald. Cultural trauma: emotion and narration. In: ALEXANDER, Jeffrey; JACOBS, Ronald; SMITH, Philip (Org.). **The Oxford handbook of cultural sociology**. New York: Oxford University Press, 2012.

EYERMAN, Ron. **Memory, Trauma, and Identity**. Springer, 2019.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

FLORENZANO, José Paulo. A dimensão política do futebol arte. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (Orgs.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p.80-96.

FLORENZANO, José Paulo. O circo do futebol: personagens, tramas e estereótipos. **Espaço Plural**, v. 14, n. 29, p. 314-337, 2013.

FRANZINI, Fábio. Da expectativa fremente à decepção amarga: o Brasil e a Copa do Mundo de 1950. **Revista de História**, n. 163, p. 243-274, 2010.

GASTALDO, Édison Luis; GUEDES, Simoni Lahud. **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. Niterói: Intertexto, 2006.

GORDON JR., Cesar. História social dos negros no futebol brasileiro. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n. 2, 1995, p. 71-90.

GUEDES, Simoni Lahud. **O Brasil no campo de futebol**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HELAL, Ronaldo; GORDON JÚNIOR, César. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. **Revista Estudos Históricos**, v. 13, n. 23, p. 147-166, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Echoes of the Tragedy: The Sport Memoir and the Representation of the 1950 World Cup. **The International Journal of the History of Sport**, v.31, n.10, p.1287-1302, 2014.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Genealogia da derrota: A reedição do livro *O negro no futebol brasileiro* e a construção do significado da Copa do Mundo de 1950 para o Brasil. **Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 202-225, 2017.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do *Jornal dos Sports* entre 1930 e 1980. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges; MELO, Victor Andrade de (Orgs.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p.80-106.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE LOPES, José Sérgio. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista USP**, n.22, p.64-83, 1994.

LEITE LOPES, José Sérgio. Transformações na identidade nacional através do futebol: lições de duas derrotas históricas. In: JENNINGS, Andrew. et al. (Orgs.). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014 *E-book*.

MASCOTO ROCHA, Carlos Renato. A linguagem bélica do futebol: a metáfora conceptual futebol é guerra. **FuLiA/UFMG**, v. 5, n. 1, p. 8-25, 2020.

MELO, Erick Silva Omena de; CID, Gabriel da Silva Vidal. Vida e morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 695-719, 2019.

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê 50**. São Paulo: Editora e-galáxia, 2013.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. *E-book*.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2014. *E-book*.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **WebMosaica: Revista do Instituto Cultural Judaico**, v. 2, n. 1, p. 9-49, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANDOICA, Elena Hernández. **Tendencias Historiográficas Actuales: Escribir Historia Hoy**. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

SANTOS, Natasha; CAPRARO, André Mendes; LISE, Riqueldi Straub. Racismo e a derrota que não foi esquecida: uma análise dos discursos de Mário Filho e da imprensa escrita acerca da final da Copa do Mundo de 1950. **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 191-208, 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **A construção da Nação Canarinho: uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da Memória em Terras de História: Problemas atuais. *In*: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SMELSER, Neil J. et al. Psychological trauma and cultural trauma. **Cultural trauma and collective identity**, v. 4, p. 31-59, 2004.

SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. **Futebol, raça e nacionalidade no Brasil**: releitura da história oficial. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. *In*: JENNINGS, Andrew. et al. (Orgs.). **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014 *E-book*.

VOGEL, Arno. Momento Feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional. *In*: DAMATTA, Roberto (Org.). **Universo do Futebol**: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982. p. 75-113.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio**: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MATERIAL DE IMPRENSA REFERIDO

a. Jornal dos Sports

BRASIL, Jocelyn. Ninguém fazia fé no Uruguai. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1968. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=39502. Acesso em: 15 jul. 2025.

CASTELO, José. Um Técnico Vê O Brasil Através Das Copas (!). **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1966. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=27359. Acesso em: 01 dez. 2025.

FALCÃO, Flávio. A tragédia nacional de 16 de julho de 1950 (6). **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1965. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pagfis=39540. Acesso em: 22 jul. 2025.

FARIA, Octavio de. Voltando ao perigo platino. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1965. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=24589. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERNANDES, Raul; AZEVEDO, Vinícius. Um encontro sem amargura dos veteranos. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1989. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=53475. Acesso em: 16 jun. 2025.

FILHO Mário. A Dívida do Público do Maracanã. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 30 maio 1964. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=18561. Acesso em: 13 jun. 2025.

FILHO, Mário. A Vitoria Que O Vasco Precisava E O Brasil Tambem. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1951. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=39087. Acesso em: 18 nov. 2025.

FILHO, Mário. A Maior Vitoria Do Scratch Brasileiro No Maior Espetáculo Do Football Mundial. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1950a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36715. Acesso em: 13 jun. 2025.

FILHO, Mário. O Fantasma de 50. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1962a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=9972. Acesso em: 10 jul. 2025.

FILHO, Mário. O Mito do Scratch Dourado. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1962b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=10024. Acesso em: 13 jun. 2025.

FILHO, Mário. Triunfo histórico do football brasileiro. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 02 jul. 1950b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36594. Acesso em: 13 jun. 2025.

FILHO, Mário. Tudo Está no Fla-Flu. **Jornal dos Sports**, 14 dez. 1963. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=16783. Acesso em: 10 jul. 2025.

GUIMARÃES, Marco Aurélio. Bigode – O culpado foi Juvenal. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1968. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=39490. Acesso em: 16 jun. 2025.

HORÁCIO, Fernando. A guerra que a taça vale. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=2425. Acesso em: 16 jun. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Brasileiro Tem Mania de Confiar Demais: Isso Pode Ser Fatal. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1961. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=8802. Acesso em: 16 jun. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Danilo nunca duvidou da vitória. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1970a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano+197&pesq=&pagfis=2440. Acesso em: 16 nov. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Fantasma de 50 não atemoriza as feras na hora da decisão. **Jornal dos Sports**, 16 jun. 1970b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=2422. Acesso em: 02 dez. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Ordem é vingar 50 e ir para a final: Brasil enfrenta a catimba sem medo. **Jornal dos Sports**, 16 jun. 1970c. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=2411. Acesso em: 02 dez. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Vice-campeões de 50 estão com as feras de 70. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970d. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=2428. Acesso em: 18 ago. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Zizinho: se viver cem anos sei que não esquecerei o desastre.

Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 17 jun. 1970e. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=2434. Acesso em: 22 jul. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. 16 de julho de 50 em 16 de abril de 52... Revanche! **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1952. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=42613. Acesso em: 21 nov. 2025.

NETO, Fausto. Ademir: por que não sou herói. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1968. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=39526. Acesso em: 16 jun. 2025.

QUADROS, Raul. Barbosa, 18 anos depois – Fui eu o culpado do gol. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1968. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=39478. Acesso em: 13 jun. 2025.

RODRIGUES, Nelson. A Velha Celeste. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1962a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pagfis=10023. Acesso em: 10 jul. 2025.

RODRIGUES, Nelson. Bom Dia. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1975. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=32890. Acesso em: 23 jul. 2025.

RODRIGUES, Nelson. O Tristíssimo Domingo. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1962b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=9985. Acesso em: 10 jul. 2025.

RODRIGUES, Nelson. Quando Despertamos Entre Os Mortos. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 04 jul. 1965. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=23795. Acesso em: 12 jul. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. A Derrota de 1950. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 03 mar. 1978. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pescq=&pagfis=47397. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Como no caso da renúncia de Jânio, a derrota de 50 nunca teve quem a explicasse direito. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1962. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pescq=&pagfis=10057. Acesso em: 12 jul. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Copa do Mundo: os técnicos. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1986. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pescq=&pagfis=34655. Acesso em: 27 jul. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Da lição de 50 à consagração em 70, sangue, suor e lágrimas. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 20 jun. 1984a. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pescq=&pagfis=23611. Acesso em: 27 jul. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. O Dia do Juízo Final. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 04 mar. 1978. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pescq=&pagfis=47411. Acesso em: 13 jun. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Os anos de ouro da Seleção de Mané e Pelé. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 08 jun. 1984b. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pescq=&pagfis=23424. Acesso em: 13 jun. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Também está de acordo com Cruyff: - Derrota não se chora. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 27 set. 1974. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pescq=&pagfis=26927. Acesso em: 18 ago. 2025.

SENNA, Ernesto. Chico, Vascaíno Eterno, Tem Um Remorso: 1950. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1963. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pescq=&pagfis=15309. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, Thomás Soares da. A dívida foi paga com juro. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 19 jun. 1970. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pagfis=2448. Acesso em: 17 nov. 2025.

b. O Globo

BENJAMIN, Felipe. Fim de papo: Adeus, fantasma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2014. Caderno de Esportes, p. 09.

BERLINCK, Deborah; DUARTE, Fernando. Pergunta de canadense cria mal-estar na cerimônia da Fifa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2007. Caderno de Esportes, p. 06.

BLANC, Aldir. A máscara caiu. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jul. 2014. Primeiro Caderno, p. 19.

BOSCO, Francisco. Homenagem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2014. Segundo Caderno, p. 02.

CALAZANS, Fernando. Uma única saída: ressuscitar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 02.

DIEGUES, Cacá. Depois da Copa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2014. Primeiro Caderno, p. 18.

GUEIROS, Pedro Motta. Duro golpe 64 anos depois. Em escombros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014a. Caderno de Esportes, p. 04.

GUEIROS, Pedro Motta. Terapia do luto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 out. 2014b. Primeiro Caderno, p. 35.

JABOR, Arnaldo. A volta do complexo de vira-latas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2014. Segundo Caderno, p. 10.

LEITÃO, Míriam. Sem palavras. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014. Primeiro Caderno, p. 22.

LEMONS, Carlos. Da tristeza à ofensa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 12.

MÁXIMO, João. Do trauma à humilhação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 12.

MIRANDA, André. ENTREVISTA – Roberto DaMatta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 12.

NORONHA, Sérgio. Do choque ao chope com sabor alemão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 12.

O GLOBO. A Copa é nossa. Agora, só faltam os aeroportos, as rodovias, os trens, os metrô, os estádios. E Pelé. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2007. Primeiro Caderno, p. 01.

O GLOBO. A necessária superação do vexame. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014a. Primeiro Caderno, p. 18.

O GLOBO. Para entender: sete perguntas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014b. Caderno de Esportes, p. 09.

TÉRCIO, Jason. Vira-lata, mas sem complexo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2014. Primeiro Caderno, p. 19.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. A última. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2014a. Caderno de Esportes, p. 16.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. Desforra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 jan. 2014b. Primeiro Caderno, p. 15.

VIANNA, Hermano. Outros assuntos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2014. Segundo Caderno, p. 02.

c. Diário de Pernambuco

FREYRE, Gilberto. Foot-ball mulato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jun. 1938.

Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&p](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=29316)
esq=&pagfis=29316. Acesso em: 28 jul. 2025.

MATERIAL DE IMPRENSA LEVANTADO E NÃO REFERIDO

a. Jornal dos Sports

AZEVEDO, Vinícius. Veteranos vivem a emoção da vitória 39 anos depois. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1989. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=53475. Acesso em: 18 ago. 2025.

DABUS, Marilene. A seleção na voz de comando dos capitães. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1971. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=8408. Acesso em: 18 ago. 2025.

FARIA, Octavio de. O Tremendo Êrro. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1966. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=28811. Acesso em: 18 ago. 2025.

GUIMARÃES, Marco Aurélio. Não gostar de futebol é maluquice. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 04 jan. 1965. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=21427. Acesso em: 18 ago. 2025.

HORÁCIO, Fernando. Problema sério. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1970. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=4892. Acesso em: 18 ago. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. A tragédia, 40 anos depois: 16 de julho só foi bom para o Brasil ano passado. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1990. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_06&pasta=ano%20199&pesq=&pagfis=2620. Acesso em: 18 ago. 2025.

JORNAL DOS SPORTS. Velhos Já Venceram Duas Copas (N. Santos). **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 09 mar. 1963. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=13645. Acesso em: 18 ago. 2025.

MÁXIMO, João. João Máximo. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 05 dez. 1972. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=16698. Acesso em: 18 ago. 2025.

MORIER, Max. Gifoni – Doping é lenda. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1968. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=39514. Acesso em: 18 ago. 2025.

RODRIGUES, Carlos Alberto. Brasil vinga 50 e conquista a Copa América. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1989. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=53471. Acesso em: 18 ago. 2025.

RODRIGUES, Nelson. Bom Dia. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1978. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=47427. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Brasil x Uruguai: O dia em que o Maracanã chorou. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1989. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=53451. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Elas Por Elas: Depois De Perder Duas Copas Nilton Santos Foi “Bi”. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 08 jul. 1962. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=11065. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Estava chegando a hora. A vingança de 50, antes e depois do baile. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1986. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=35811. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Flávio acerta na previsão: Brasil ganha. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1989. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=53475. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Flávio Costa. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1981. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=8383. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROMUALDO DA SILVA, Geraldo. Para Telê ler na toca. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 27 maio 1982. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_05&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=12063. Acesso em: 18 ago. 2025.

SENNA, Ernesto. Craque Do Tostão Era Igual Ao De Milhões. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1963. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_03&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=15189. Acesso em: 18 ago. 2025.

b. O Globo

BUARQUE, Cristovam. Desculpe, David Luiz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jul. 2014. Primeiro Caderno, p. 21.

FONSECA, Mauricio. Felipão: Não tem fantasma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2013. Caderno de Esportes, p. 03.

MANSUR, Carlos Eduardo. 'Fomos fracassados sim'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 03.

MÁXIMO, João. O Maracanã como palco, de 1950 a 2014. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 05.

MOTTA, Aydano André. Uma estratégia de chorar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 jul. 2014. Caderno Especial: Copa 2014, p. 07.

O GLOBO. 'Em 1950 eu nem era nascido'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2013. Copa das Confederações, p. 04.

O GLOBO. O Brasil mostrou a sua cara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2014. Primeiro Caderno, p. 12.

O GLOBO. O gosto amargo do insucesso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014. Caderno Especial: Copa 2014, p. 08.

RÓNAI, Cora. Dias horríveis. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2014. Segundo Caderno, p. 08.

XEXEO, Artur. A Copa de 50 é nossa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jun. 2014. Caderno de Esportes, p. 10.

ZOBARAN, Eduardo. Na arquibancada sobrou a bronca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jul. 2014. Caderno de Esportes, p. 07.